

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS**

Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras

Linguística e Transculturalidade

DIOGO NOLASCO DA ROCHA

**A MORTE DO CAVALO: DISCURSOS DE VIOLÊNCIA NUM JORNAL *ON-LINE*
DE DOURADOS - MS**

DOURADOS – MS

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS**

Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras

Linguística e Transculturalidade

DIOGO NOLASCO DA ROCHA

**A MORTE DO CAVALO: DISCURSOS DE VIOLÊNCIA NUM JORNAL *ON-LINE*
DE DOURADOS - MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística e Transculturalidade.

Orientação: Prof. Dr. Marcos L. S. Góis.

DOURADOS – MS

2020

xxx Rocha, Diogo Nolasco da.

A morte do cavalo: discursos e violências num jornal *on-line* de
Dourados – MS. / Diogo Nolasco da Rocha.
Dourados, MS: [s. n.], 2020.

110 f.; 30 cm.

Orientador: Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados.
Mestrado em Letras.

1. Análise do Discurso. 2. Mídia. 3. Sujeito. 4. Indígena.
I. Título.

CDD xxx

DIOGO NOLASCO DA ROCHA

A MORTE DO CAVALO: DISCURSOS DE VIOLÊNCIA NUM JORNAL *ON-LINE* DE
DOURADOS - MS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis (Presidente)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Andrébio Márcio Silva Martins
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Dedico aos meus pais, Ramão e Celmi, por todo o apoio e compreensão ao longo dos anos. Dedico também à minha avó Ordália, tios, tias, primos e amigos. Meu amor e carinho por todos vocês.

AGRADECIMENTOS

Na minha caminhada ao longo do mestrado, tornei-me não semelhante àquela pessoa anterior, e isso fez todo o esforço valer a pena. Para chegar até aqui existe muita gratidão.

Primeira, gratidão a Deus por tudo que tem proporcionado à minha vida. À minha família, por me oferecer força e amparo para nunca desistir e ser sempre um porto seguro; aos meus pais, Ramão e Celmi, meu muito obrigado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Lúcio, pela paciência e, principalmente, pelas orientações e aportes nesta caminhada. ML, meu muito obrigado.

Ao coletivo, afinal, é nele que existimos. Minha eterna gratidão aos amigos. Começo por ti, Evelyn Morales, quanta parceria de sua parte ao longo de nossa amizade. Gratidão eterna por ti. Ao nobre Ary Cavalcanti, ensinamentos, tranquilidade e camaradagem transmitidos em palavras de calma. À Elizete Bernardes e sua doçura e bom humor. Meu muito obrigado.

Ao meu primo-irmão, Talmir Nolasco, uma irmandade de outras vidas. Grato, irmão.

Meu carinho e agradecimento por um apoio fundamental neste processo. Ele veio em tom de cobrança, incentivo e serenidade. Obrigado, Danúbia Braga.

Aos professores das disciplinas ao longo da pós-graduação. Sem vocês, este trabalho não existiria.

Aos colaboradores, funcionários e colegas da Universidade Federal da Grande Dourados, sobretudo, Suzana e Ariane, vocês são exemplos de dedicação.

Aos meus amigos e parceiros que fiz ao longo do percurso do mestrado. Conversas e confidências fundamentais.

A todos, meu muito obrigado!

ROCHA, Diogo Nolasco da. *A morte do cavalo: discursos e violências num jornal on-line de Dourados - MS*. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

RESUMO

A presente dissertação está inserida no campo de Estudos de Discursos e objetiva compreender a relação entre um enunciado jornalístico sobre o sujeito indígena de Dourados (Guarani, Kaiowá e Terena), Mato Grosso do Sul, veiculado pela mídia do município, e a história desses povos no cenário local. A problemática proposta é: como as notícias sobre o sujeito indígena são constituídas? Como essas notícias seguem conceitos formando uma rede interdiscursiva de subjetivação do sujeito indígena no imaginário social de parte da sociedade? Para isso, elegeu-se como suporte o jornal *on-line O Vigilante* e selecionou-se entre suas publicações um acontecimento histórico-discursivo intitulado “Cavalo morre de exaustão após sofrer maus-tratos em Dourados”, publicado em 2017 no referido *site*. Os fundamentos teóricos e metodológicos estão amparados, sobretudo, em Michel Foucault, que contribuíram para pensar esse sujeito indígena e as relações de poder a que está submetido. Além disso, são utilizados conceitos do linguista Patrick Charaudeau, para quem o discurso de informação estabelece um vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário; e a mídia como parte interessada nessa prática social. Esta dissertação fundamenta-se, também, em Dominique Maingueneau, de modo particular, em seu trabalho *Análise de textos de comunicação* (2013). Espera-se, assim, problematizar a ilusória neutralidade dos discursos jornalísticos, refletir como a imagem do indígena pelo imaginário social é histórica e implica o poder do discurso. Expressa-se, com este trabalho, o desejo de contribuir para a percepção da presença do discurso colonialista em parte dos discursos jornalísticos sobre a comunidade indígena de Dourados, alimentando uma memória e o posicionamento dos leitores das notícias.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Mídia. Sujeito. Indígena.

ROCHA, Diogo Nolasco da. *A morte do cavalo: discursos e violências num jornal on-line de Dourados* - MS. 2020. 110 pages. Dissertation (Masters in Letras) UFGD. – Federal University of Grande Dourados, Dourados, 2020.

ABSTRACT

This dissertation is inserted in the field of Discourse Study and aims to comprise the relationship among a statement on the indigenous theme of Dourados (Guarani, Kaiowá and Terena), Mato Grosso do Sul, broadcast by the municipality media, and the history of these peoples in the local entourage. The proposed problems are: to reveal how this individual is built from a memory; reflect on how the communication vehicle builds a certain perspective for this subject; spell out how the speeches are capable of creating effects of subjectification of indigenous people. However, opted, the online newspaper O Vigilante It was designated and a historical-discursive event entitled: “Horse dies of exhaustion after suffering mistreatment in Dourados”, published in 2017, on mentioned website, was selected from among its publications. The theoretical and methodological basis are centered, above all, on Michel Foucault, who favored to thinking about this subject and the power relations to which he is subject. As well, concepts by linguist Patrick Charaudeau are used, for whom the discourse of information establishes a social bond without which there would be no identity recognition; and the media as an interested party in this social practice. This dissertation is also based on Dominique Maingueneau, in particular, in his work *Analysis of communication texts* (2013). It is hoped, therefore, to problematize the illusory neutrality of journalistic discourses, to reflect how the image of the indigenous person through the social imaginary is historical and implies the power of discourse. This work expresses the desire to contribute to the perception of the presence of colonialist discourse in part of the journalistic speeches about the indigenous community of Dourados, feeding a memory and the position of the readers of the news.

Keywords: Discourse analysis. Media. Subject. Indigenous.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução da fotografia da reportagem em análise.....	77
Figura 2 – Jornal <i>O Progresso</i> de 21.12.2004.....	93
Figura 3 – Jornal <i>O Progresso</i> de 31.01.2007.....	94
Figura 4 – Jornal <i>O Progresso</i> de 13.10.2012.....	94
Figura 5 – Jornal <i>O Progresso</i> de 22.06.2004.....	95
Figura 6– Jornal <i>O Progresso</i> de 01.12.2004.....	96
Figura 7 – Jornal <i>O Progresso</i> de 08.09.2014.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CDR	Centro de Documentação Regional
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPF	Ministério Público Federal
RID	Reserva Indígena de Dourados
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>1 INDÍGENA, VIOLÊNCIA E ANÁLISE DO DISCURSO</u>	15
<u>1.1 Indígena: um modo de ser apresentado pela história</u>	15
<u>1.2 Dourados: a construção indígena do foco da pesquisa</u>	17
<u>1.3 A saída foi confinar</u>	18
<u>1.4 Violência contra os povos indígenas</u>	20
<u>1.5 A agressão de ferimentos internos</u>	29
<u>1.6 Os discursos e seus sentidos, que são sentidos</u>	33
<u>2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA</u>	41
<u>2.1 Discurso em Michel Foucault</u>	43
<u>2.2 Método arqueológico e genealógico</u>	47
<u>2.3 Acontecimento discursivo</u>	50
<u>2.4 Memória</u>	52
<u>2.5 Memória discursiva</u>	53
<u>2.6 Interdiscurso</u>	54
<u>2.7 Formação discursiva</u>	55
<u>2.8 Arquivo</u>	56
<u>2.9 Maingueneau e suas contribuições</u>	57
<u>2.9.1 - As cenas de enunciação</u>	57
<u>2.9.1.1 O discurso direto: “genuíno e de boa fonte”!</u>	58
<u>3 ANÁLISE DAS MATERIALIDADES</u>	60
<u>3.1 Análise de uma notícia de jornal: os indígenas e os discursos de preconceito</u>	69
<u>3.2. Dos enunciados-comentários e seus reflexos</u>	80
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	99
<u>REFERÊNCIAS</u>	103
<u>ANEXOS</u>	109

INTRODUÇÃO

Qual morador de Dourados nunca se deparou com um indígena em situação de mendicância na rua? Muitos deles estão próximos a estabelecimentos comerciais, às vezes vestidos com roupas sujas, descalços e são, em sua maioria, crianças. Para muitos, tal fato destaca-se na paisagem, porque, apesar de o município ter vários problemas sociais, de estrutura, de lazer, é a presença do indígena em situação de vulnerabilidade que incomoda, e, como jornalista que trabalhou durante anos pelas ruas da região, este pesquisador assegura: incomoda muito.

Isso ocorre em vários lugares da cidade, nos quais o douradense chama de ponto de lazer, como a feira livre. Nesse local, eles são vistos também por quem está visitando a localidade, haja vista que Dourados é rota para a fronteira do Brasil com Paraguai, não sendo incomum que turistas adentrem o município para ir a uma padaria durante sua viagem, por exemplo. Tal contexto pode criar imagens negativas, pois o sujeito não indígena, principalmente, moradores da cidade, é capaz de criar enunciados preconceituosos em relação aos indígenas, afinal, “o discurso pode ser terrível, talvez maléfico” (FOUCAULT, 2014, p. 6).

Ainda apoiado no filósofo francês Michel Foucault, compreende-se que o discurso está na ordem das leis e tem capacidade de criar sentidos de verdade dentro de uma determinada sociedade. Vale destacar que os povos indígenas enfrentam diversos desafios sociais no contexto histórico – alguns deles serão abordados ao longo desta dissertação –, como: mendicância, insegurança e ausência de moradias dignas, a não demarcação de terras (MOTA; CAVALCANTE, 2019). Por conta dessa falta de assistência e de oportunidades inclusive, o indígena está constantemente em interação com sua cidade, saindo da pequena Reserva Indígena de Dourados (RID), para ir em busca de serviços e alimentos, comprando-os ou pedindo-os.

A RID é habitada por três etnias, Guarani, Kaiowá e Terena, dividida em duas aldeias: Jaguapiru e Bororó. A reserva fica próxima ao limite com o município de Itaporã e pode ser acessada pela rodovia MS 156. O território também se aproxima muito de bairros como Santa Fé, Parque Alvorada e Monte Carlo, que são compostos, basicamente, por famílias de classe média; um espaço geográfico mínimo que separam universos tão distintos. A constituição do sujeito ocorre nessas diferenças.

Os indígenas tentam manter sua identidade cultural, como a língua, a religião e sua organização social. A composição dentro da realidade vivida por eles é complexa,

principalmente, por conta do modo de ser da reserva. São três etnias, com suas particularidades, suas singularidades, seus desafios.

Há ainda a presença de não indígenas, resultado de casamentos interétnicos. Quando sai daquele território que lhe é “destinado”, o indígena enfrenta os desafios de seu cerceamento nessa reserva. Ele precisa se adaptar, enfrentando os preconceitos e as diversas formas de racismo. Nessa tentativa de adaptação, enfrenta, portanto, as consequências do contraste social, relativo, sobretudo, ao preconceito sobre suas origens tradicionais.

Se não bastasse o estado de dificuldade de aceitação nas relações fora do contexto tradicional de seus povos, eles são personagens de uma narrativa histórica, como é observado neste trabalho, carregada de prejulgamentos e de violências. Dessa forma, ao contextualizar a história da RID, propôs-se analisar como o sujeito indígena é constituído discursivamente no município, compreendendo que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, organizada, com capacidade de criar verdades, produzir sentidos.

Nesse elo entre o discurso e a prática, chamado de prática discursiva, Foucault (2008) suscita a fabricação de enunciados nas relações sociais e define um saber, além de determinar formas de comportamento de uma época específica. Com o surgimento de um certo conhecimento, suscita-se o poder exercido a partir dos sentidos de verdade. Essas práticas discursivas podem ecoar pela história de uma determinada civilização e, por essa razão, busca-se compreender como elas se refletem em Dourados acerca do sujeito indígena.

O discurso é um suporte abstrato de vários textos concretos que circulam na sociedade e suas manifestações têm sido objeto ininterrupto de pesquisas em Análise do Discurso (GREGOLIN, 1995). É objeto analisado também na mídia, que se vale da lógica de transmissão de informações por uma construção editorial a respeito de determinado fato. Assim, está presente no social e implica uma exterioridade à língua (FERNANDES, 2008). Explicar essa organização é um desafio para todos os que estudam o papel da mídia, pois tentar analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil (CHARAUDEAU, 2013).

Esta dissertação investiga uma reportagem que trata de um algo comum na referida localidade sul-mato-grossense, na qual o sujeito não indígena atribui ao indígena, quase exclusivamente, a responsabilidade por ações negativas que acontecem na cidade. Além disso, serão examinados comentários nas redes sociais pertinentes a essa notícia.

O objetivo geral é compreender a relação entre os enunciados veiculados pela mídia sobre o sujeito indígena de Dourados (Guarani, Kaiowá e Terena) a partir da situação sócio-histórica desses povos no contexto da sociedade. No que concerne a esse sujeito,

independentemente das causas, os comentários sobre ele ganham contornos de violência e ódio, sustentados em construções discursivas de natureza racista.

Entendendo o processo de construção do *corpus* como ponto de partida para a análise do discurso (ORLANDI, 2001), tomou-se como ponto de partida o enunciado “Cavalo morre de exaustão após sofrer maus-tratos em Dourados”, extraído do jornal *O Vigilante*, publicado em 13 de novembro de 2017, em uma versão *on-line*.

O enunciado apresenta um indígena como proprietário da carroça e do equino, informando que ele abandonou o animal morto no meio da rua de um bairro de classe média douradense. O conteúdo teve repercussão na imprensa local e, principalmente, nas redes sociais, com comentários relacionados ao acontecimento.

Diante do exposto, compreende-se, também, como a sequência de enunciados do texto-base manifesta um lugar à interpretação do sujeito leitor e como é sua participação usando sua filiação sócio-histórica a respeito do indígena.

Neste estudo, elencam-se os seguintes objetivos específicos: a) mostrar como o indígena é construído a partir de uma memória e uma rede interdiscursiva na sociedade local; b) refletir como a mídia elabora certa perspectiva sobre esses sujeitos; c) entender como os discursos são capazes de criar efeitos de subjetivação do indígena no contexto sócio-histórico em Dourados.

Trata-se de um trabalho em Estudos do Discurso, em um diálogo próximo ao construto teórico do filósofo francês Michel Foucault, no desenvolvimento de um saber pelo dispositivo da mídia e no efeito de poder, com o posicionamento do não indígena nos comentários acerca do *corpus*. Sabendo que o principal conteúdo dos veículos de comunicação é o resultado de discursos que, enquanto práticas, obedecem a regras (FOUCAULT, 2008), a investigação também busca refletir sobre essa práxis nos enunciados determinados para este trabalho.

Inicialmente, seriam selecionadas várias reportagens com o assunto “violência” em relação aos sujeitos indígenas de Dourados. Entretanto, foi seguida a sugestão do orientador de que fosse escolhida somente uma notícia e seus respectivos comentários, a partir da qual se analisou como discursivamente se constrói um discurso de violência contra o indígena.

Cumprido frisar que a reportagem selecionada teve publicação em 2017, época em que as discussões dos usuários estavam ativas no *site* em questão. Todavia, em 2019, em visita ao portal e busca da matéria, observou-se que todas as opiniões foram retiradas do ar. Não há na página nenhuma menção relatando o porquê da exclusão. Há outros comentários sobre a matéria, mas os que foram extraídos para formar o *corpus* não estavam mais visíveis. Destaca-se que as participações foram registradas por meio de uma captura de tela (*print screen*) feita no ano de 2018.

Como forma de identificar o lugar de fala deste pesquisador e o interesse pelo tema de investigação, introduzo um acontecimento que ocorreu comigo. Sou jornalista e, em dezembro de 2013, deparei-me com minha primeira grande cobertura sobre questões indígenas. Era noite de Natal, o telefone tocou na redação da TV Rondônia, em Porto Velho, Rondônia, e a pessoa do outro lado da linha falava sobre ataques contra prédios, veículos e barcos ligados a órgãos de defesa desses povos no município de Humaitá, Amazonas, localizada a 110 km de distância de onde eu estava. Segundo a fonte da informação, os atos partiam de não indígenas. Por ser repórter recém-formado, ou “foca”, no jargão da profissão, era o único na redação naquele horário, por isso fui escalado para me deslocar até a cidade para investigar a situação.

Depois de quase duas horas de viagem, chegamos ao local. Era madrugada e pouco podíamos fazer naquele momento. Quando amanheceu, percebemos a gravidade da ocorrência: prédios da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), assim como motos, carros e barcos estavam completamente destruídos pelas chamas. Estávamos lá representando a afiliada da Rede Globo em Rondônia, logo, jornalistas da Central Globo de Jornalismo, no Rio de Janeiro, manifestaram interesse no assunto e, por telefone, começamos a enviar os primeiros dados. Diversas reportagens foram veiculadas em rede nacional, procedimento não muito comum a repórteres menos experientes. O trabalho jornalístico em Humaitá durou uma semana.

Com a apuração, confirmou-se que o ataque ocorreu em razão do desaparecimento de um carro com cinco pessoas não indígenas na região da reserva dos Tenharin, próximo ao curso médio do rio Madeira, no sul do Amazonas. A população local se revoltou e atacou os órgãos de defesa locais. Já na época, percebi o quanto os telejornais da empresa na qual eu trabalhava deram importância para o assunto e isso me chamou a atenção. Em geral, pautas relacionadas aos indígenas em contextos positivos são aceitas raramente.

Em 2014, deixei Rondônia para morar em Dourados, onde a violência envolvendo as etnias é assunto rotineiro em veículos de comunicação. Diante dessa realidade, questiono-me há certo tempo: como tais notícias são anunciadas à sociedade? Para entender como o jornal constrói discursivamente o sujeito indígena da referida cidade, figura com relevância sócio-histórica considerável o surgimento e a constituição do município.

A pesquisa não dará, obviamente, uma resposta final às questões correlatas, ainda mais diante de sua complexidade, mas é inevitável que elas apareçam nas reflexões aqui presentes, sinalizando um recorte analítico da dimensão que a violência de natureza étnico-racial assume em noticiários nacionais.

A dissertação traz uma breve contextualização teórica para situar o leitor em relação aos fundamentos dos Estudos dos Discursos aqui adotados, a fim de entender como é feita a construção histórica do indígena, a produção de verdades existentes na mídia e que se manifestam por meio das práticas discursivas. Essa concepção de saberes é vista como um conjunto de elementos de uma determinada conjuntura, em condições históricas que envolvem os sujeitos no tempo, no espaço e em suas relações entre si.

Este trabalho examina como a questão étnico-racial na manifestação da violência verbal é abordada no *corpus*, ou seja, nos comentários sobre o indígena. Nesta análise, não será discutida a ação física propriamente dita, e sim um estado violento, que é perceptível no espaço do discurso, carregado de preconceitos, estereótipos, racismo e que afetam constantemente os indígenas.

A imagem, enquanto ferramenta de fotojornalismo, também se faz presente neste estudo. Ela será analisada à luz da genealogia das imagens de nossa cultura (COURTINE, 2013). Nesse conceito, o saber é composto por uma memória de imagens, o já dito, ou melhor, o já visto. E diante de uma rede social, uma fotografia é capaz de incitar a participação de vários sujeitos a respeito do material jornalístico publicado.

A repercussão de assuntos negativos relacionados ao referido povo é um fato na mídia. A percepção por parte dos veículos de comunicação é seletiva, tencionando publicar aquilo que é capaz de virar “sensação”, com muitas visualizações e acessos (CHOMSKY, 2013). É esse tipo de notícia que traz repercussão para o veículo enunciador. Levar ao conhecimento do público assuntos negativos é relevante, quando envolvem indígenas, são ainda mais atraentes.

Assim, o presente trabalho está organizado em três capítulos que, em ordem de apresentação, dispõe do seguinte: no primeiro capítulo, apresenta-se um contexto histórico-político da temática indígena, focando em pontos de violências que envolvem as etnias, especialmente em Mato Grosso do Sul. No segundo, abordam-se os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam este estudo discursivo, amparado, de modo especial, em Michel Foucault, como já dito anteriormente. No terceiro, expõe-se uma análise da materialidade do *corpus* desta investigação, realizada por meio da publicação do jornal *on-line O Vigilante*, bem como de comentários de leitores do veículo de comunicação.

1 INDÍGENA, VIOLÊNCIA E ANÁLISE DO DISCURSO

1.1 Indígena: um modo de ser apresentado pela história

Sobre a história da origem indígena, pouco se sabe, “[...] nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe” (CUNHA, 1992, p. 11).

No Brasil, a autora debate *A Carta de Pero Vaz de Caminha* como um documento datado de 22 de abril a 10 de maio de 1500, que identifica “[...] uma progressiva descoberta dos homens (desde o primeiro instante, não há dúvida de que são homens) e das mulheres de Porto Seguro” (CUNHA, 1990, p. 93). Enfatiza que fora uma imagem que Colombo também tivera nas Antilhas, homens nus com arcos em mãos. O ato do descobrimento foi, na verdade, uma propagação dos portugueses em terras da América do Sul, uma invasão ao território, até então, ocupado somente por indígenas. O continente sul-americano já tinha habitantes (indígenas), mesmo assim, a chegada dos portugueses a essa terra é considerada uma conquista, conquista essa involuntária em um primeiro momento, já que objetivo era a Índia.

Os grupos encontrados pelos portugueses no litoral do Brasil eram predominantemente de origem Tupi, que se instalaram séculos antes na Costa brasileira. A estimativa, apontada por Darcy Ribeiro no livro *O povo brasileiro* (1995), era de cerca de um milhão de indígenas nas regiões litorâneas, todavia, como se sabe, não eram somente esses povos que habitavam o país; inúmeras outras etnias estavam espalhadas pelo território denominado posteriormente de América e que, no caso específico, estiveram presentes e foram fundamentais para a formação do povo brasileiro. Desde o início, foram criadas maneiras de doutrinar os indivíduos moradores da região.

Alguns deles como escravos preferenciais, por sua familiaridade com a tecnologia dos paulistas antigos, como o Paresi. Outros, como inimigos, irreconciliáveis, imprestáveis para escravos porque seu sistema adaptativo contrastava demais com o dos povos Tupi. É o caso, por exemplo, dos Bororó, dos Xavante, dos Kayapó, dos Kaingang e dos Tapuia em geral (RIBEIRO, 1995, p. 35).

A suposição é de que esses indivíduos tenham percebido a vinda dos europeus ao território habitado como algo espantoso, por conta da visão de mundo que tinham até então.

Eles chegaram pelo mar, formando a ideia da presença enviada pelos deuses (RIBEIRO, 1995, p. 42).

Imaginar um povo habitando um lugar até então somente deles, com seus costumes e crenças, extraindo da natureza aquilo que lhes era necessário: comida, água, matéria-prima para objetos essenciais à vida. Essa simplicidade dos povos habitantes do Brasil naquela época fez com que eles imaginassem algo generoso com a chegada dos visitantes, o que levou os nativos a embarcarem confiantes de que seriam levados para lugares sem males. Isso fez os indígenas serem a principal mercadoria de exportação para metrópoles, ficando atrás somente do pau-brasil. A percepção dos indígenas começou a mudar e a visão idílica dos europeus se dissipa, pois, os povos começam a compreender a calamidade que recaia sobre eles, diante de uma realidade apontada por Ribeiro:

Mais tarde, com a destruição das bases de vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer. Morriam de tristeza certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, sua vida indigna de ser vivida por gente verdadeira (RIBEIRO, 1995, p. 43).

Somado a esse efeito de extermínio da vida social, o contato a que os nativos foram submetidos com os europeus contribuiu, ainda, para a sua mortandade, em razão de sua imunidade incompatível com a realidade de doenças novas. Cunha (1994) diz que, entre os anos de 1562 e 1564, as aldeias jesuítas da Bahia foram dizimadas: “os sobreviventes, movidos pela fome, vendiam-se a si mesmos em escravidão” (CUNHA, 1994, p. 124).

Portanto, no Brasil, os povos indígenas foram mergulhados em um movimento de violências desde o período colonial, produzindo interferência no seu modo de vida, seja no campo da cultura ou da sobrevivência física. A história do país mostra essas pessoas em papéis apagados, secundários, sempre à mercê das ações dos colonizadores:

Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação, o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado. A nossa história comum foi um rosário de iniquidades cometidas contra elas. Resta esperar que as relações que com elas se estabeleçam a partir de agora sejam mais justas: e talvez o sexto centenário do descobrimento da América tenha algo a celebrar (CUNHA, 1992, p. 22).

Essas civilizações permanecem convivendo com violações de seus direitos, às margens da sociedade não indígena, em uma invisibilidade representada, também, pela violência

utilizada no discurso, uma vez que essa prática é impregnada de poder, capaz de estabelecer opressão sobre determinado sujeito. Neste trabalho, como citado há pouco, são abordados discursos sobre a violência construídos pela linguagem, o que representa parte do arsenal das diversas ações perpetradas contra minorias étnicas.

1.2 Dourados: a construção indígena do foco da pesquisa

O sul do território do atual estado de Mato Grosso do Sul é tradicionalmente ocupado pelos povos Guarani e Kaiowá, mesmo muito antes de as caravelas com os colonizadores chegarem ao continente. Como o local não estava em região litorânea e não tinha perspectivas de extração de minério, houve menos interesse nele. Foi só no século XIX que começou a chamar atenção de pessoas de outras localidades do país.

Essa “chegada de fora” demorou a atingir o extremo sul da região denominada Mato Grosso do Sul (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 22), mas, a guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, foi um fator decisivo para a construção do contexto indígena no lugar.

Uma das principais preocupações do Estado brasileiro após o fim do combate foi a colonização das terras próximas à fronteira. O ambiente não era “vazio”, “tratava-se de um território de ocupação indígena tradicional Kaiowá e Guarani, mas à luz do estado colonial, tratava-se de uma zona a ser conquistada e povoada por não indígenas” (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 22).

Além da presença, o Estado precisava tornar a localidade rentável, de forma a garantir a presença dos não indígenas e ter fins econômicos. A extração de erva mate se tornou altamente lucrativa: era feita em terras públicas por meio de contratos e arrendamento, tendo como mão de obra indígenas e trabalhadores paraguaios em condições análogas à escravidão (MOTA; CAVALCANTE, 2019).

Dentro de um contexto colonial, o indígena foi considerado inferior, incivilizado e fadado ao desaparecimento, iniciando, então, a segregação contra esses povos. A perspectiva era criar uma nação branca com valores provindos de uma cultura europeia e isso era totalmente o oposto do cenário da região, o que impactou diretamente essas civilizações.

Surgiram vários debates acerca das possibilidades desses indivíduos. Alguns defendiam o uso da religião, a assimilação da nova cultura pelo trabalho, a miscigenação. Independentemente do posicionamento, os intelectuais e os políticos, incumbidos da tarefa de

pensar a nacionalidade, tinham uma certeza: a de que eles estavam “fadados a desaparecer enquanto coletividade etnicamente distinta” (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 23).

A independência do Brasil, em 1822, não foi suficiente para fazer com que o indígena deixasse de ser considerado inferior, transitório. Todavia, tanto no Brasil quanto em outros países da América, as doutrinas favoráveis à colonização não desapareceram após as independências. A experiência colonial se fez presente, mas em um conceito chamado de colonialidade. Mesmo com a transição, permaneceram as formas coloniais de dominação. Dessa maneira, a ideia de colonialidade interliga o processo de colonização das Américas à formação da economia-mundo capitalista, assim, os dois lados são integrantes de um mesmo processo histórico iniciado no século XVI (ASSIS, 2014).

Essa colonialidade forma um Estado independente, porém, com uma sociedade colonial. Esse fenômeno existe no poder, ser e no saber. Essas três definições são capazes de revisitar o colonialismo ligado à conquista, onde as elites econômicas agem como um Estado colonial. “Tal colonialismo interno é que media as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas desde a independência política do país” (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 24).

Na prática, esse colonialismo interno contribuiu para a criação das reservas indígenas, uma forma de liberar a maior parte do território para a colonização. Em Dourados, a reserva indígena foi destinada primeiro a Kaiowás e Guaranis, entretanto, os Terenas também compõem a diversidade étnica do local.

1.3 A saída foi confinar

Com a criação do Decreto n.º 8.072, em 1910, foi implantado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN). Com isso, houve a demarcação, entre os anos de 1915 e 1928, de oito reservas de terras destinadas a Kaiowás e Guaranis. Entre elas, a de Dourados (Francisco Horta), inicialmente com 3.600 hectares.

O objetivo que norteou a criação desse órgão da administração pública federal foi colocar as populações indígenas sob a égide do Estado, por meio do instituto da tutela, prometendo assegurar-lhes assistência e proteção, tornando efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflito entre índios e fazendeiros (FERREIRA; BRAND; ALMEIDA; COLMAN, 2015, p. 375).

A RID foi criada pelo Decreto n.º 404, de 3 de dezembro de 1917, e, atendendo à política indigenista da época, liberou terras aos indígenas para a colonização e a territorialização,

porém, de modo precário, sendo estes submetidos ao controle da tutela estatal (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 28).

Durante um período de aproximadamente um século, os Guarani foram totalmente confinados através de um processo claramente marcado pelo desrespeito aos dispositivos legais e por violências físicas e culturais. Seu território, em sua quase totalidade, passou para as mãos de terceiros (FERREIRA *et al.*, 2015, p. 369).

A implementação das reservas e a seleção das localidades aos referidos povos Guarani e Kaiowá não seguiam critérios positivos a eles, somente eram realizadas em regiões onde o principal quesito era ser em uma terra sem proprietário. Além disso, era observado o potencial agrícola, terras férteis e prósperas, pensando na conversão dos indígenas para trabalhadores rurais assalariados. Tanto que

[...] a política indigenista orientou suas ações de acordo com as demandas dos setores econômicos hegemônicos em cada período, incorporando, também, a ampla gama de representações e preconceitos construídos no decorrer do processo de disputa territorial (FERREIRA *et al.*, 2015, p. 370).

Outro critério para a implantação da RID foi a proximidade da área com o município, que, em 1917, era um distrito de Ponta Porã (MOTA; CAVALCANTE, 2019). A escolha para a criação das reservas no território que conhecemos hoje como Mato Grosso do Sul raramente atendia às necessidades dos indígenas. A de Dourados, por exemplo, tinha uma concentração mínima de indivíduos nos 3.600 hectares destinados ao confinamento, mesmo assim, o lugar foi usado para fixá-los.

Os Guarani estavam espalhados às margens de rios e córregos e já enfrentavam situações de vulnerabilidade por conta das práticas exercidas à época, pelas quais eram explorados por moradores locais e por grandes produtores paraguaios, principalmente na atividade de extração de erva-mate.

Em relação aos Kaiowá, estudos presentes no acervo do Museu do Índio trazem que cerca de 5 mil deles viviam distribuídos em oito regiões no ano de 1923, e já “apontava-se para a necessidade de novas áreas para abrigar esses indígenas, que se encontravam cada vez mais encurralados pelas atividades da extração da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira” (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 61). Mas essa possibilidade não se concretizou e esses povos foram aldeando na reserva de Dourados.

O surgimento dos Terena na formação da RID foi estratégico. Eles chegaram à localidade por volta de 1920, vindos do Noroeste do, então, estado de Mato Grosso. Essa

peregrinação foi pensada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), uma vez que eles eram vistos como mais civilizados, mais evoluídos, e poderiam contribuir para uma caminhada acelerada dos Guarani e Kaiowá à sociedade local (MOTA; CAVALCANTE, 2019).

Dessa forma, começou a configuração de um cenário multiétnico da referida reserva, com a composição de três etnias autodenominadas de Guarani, Kaiowá e Terena, e, claro, de mestiços, por conta da pluralidade existente. Essa mistura é capaz de formar uma imagem negativa dos indígenas em relação ao não indígena. “De modo geral, esses índios, perante a sociedade não indígena, costumam identificar-se tão-somente como índios, numa construção conceitual genérica de índio” (GIROTTI, 2007, p. 61).

Essa diversidade trouxe inúmeros casamentos ao longo de pouco mais de um século de história (Terena + Guarani, Kaiowá + não indígena etc.), o que mostra a complexidade de um território criado pelo Estado, mas que segue sem o acompanhamento devido.

É comum, quase uma regra, o uso do termo “Guarani-Kaiowá” quando a imprensa vai noticiar algum fato acerca dos indígenas de Dourados. Essa forma reduz a diversidade presente na cidade, apontando, ainda, a falta de interesse no contexto histórico da reserva. Isso porque são duas etnias e, apesar da semelhança na forma de organização social, elas possuem diferenças. Ademais, em Dourados também existe a presença do Terena.

Sobre os dois primeiros grupos étnicos, eles têm como língua de origem o Guarani. Os Kaiowá, historicamente, são considerados os que mais resistiram ao contato com o “civilizado” e davam preferência a seus territórios tradicionais, no entanto, esses locais foram ocupados pelas propriedades rurais. Os Guarani são provenientes do Paraguai e do território onde hoje fica o estado de São Paulo. Os Terena, por sua vez, são originários da região da bacia do Rio Paraguai, atual pantanal sul-mato-grossense e eles “são, tradicionalmente, falantes da língua Terena da família linguística Aruák” (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 45). Diante disso, é possível perceber suas características: são pessoas que carregam consigo marcas da história de povos importantes para a construção do estado de Mato Grosso do Sul, mas, no senso comum, são observados como uma mesma etnia, sem considerar suas peculiaridades.

1.4 Violência contra os povos indígenas

Em 2017, 110 indígenas foram assassinados no Brasil, conforme dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Além das questões territoriais, ainda existem explorações de forma irregular de áreas indígenas, com a extração de recursos naturais com prejuízos, tais como: desmatamento, retirada de minérios, extração de madeiras, contaminação de rios com

agrotóxicos, pesca e caças predatórias, incêndios e destruição de patrimônio. No referido ano, foram mais 97 registros de violações em territórios indígenas no Brasil (CIMI, 2017). O estado do Pará lidera essa estatística, pois está em um local ameaçado pela devastação.

No último relatório sobre as violações sofridas por esses povos, o CIMI divulgou que pediu para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) o número de homicídios no período, e a resposta veio por meio de um levantamento preliminar, pois a instituição ainda estava captando algumas informações e estatísticas. Mesmo sem conclusão, foram apontadas 110 mortes. Nesse mesmo documento em seu *site* oficial, o Conselho aponta dificuldades em conseguir dados sobre a violência permanente contra as civilizações tradicionais, acrescentando que essa omissão é reflexo da negligência do poder público com as políticas sociais para os povos indígenas.

O estudo feito pelo CIMI e apresentado no relatório anual mostra também que foram 68 assassinatos de indígenas no país, diferentemente do índice apresentado pela SESAI. O órgão traz detalhes de faixa etária, etnia e circunstâncias dos eventos.

Das 68 vítimas, sete eram do sexo feminino e tinham idades entre 17 e 74 anos. Um bebê de colo está entre as vítimas, além de mais duas crianças, um menino de 4 e uma menina de 10 anos. Dentre as 61 vítimas do sexo masculino, 45 tinham idade entre 1 e 78 anos. Pelo menos 13 mortes ocorreram em decorrência de brigas e/ou consumo de álcool. Predominou nos assassinatos o uso de armas brancas, com 28 casos, e armas de fogo, com 16 ocorrências. As autorias dos crimes puderam ser evidenciadas em 25 dos casos, e no restante, 43, não se sabe quem praticou os crimes (CIMI, 2017, p. 82).

O informe anual revela casos bárbaros de violência. Os que mais chamaram a atenção foram a morte de um líder da etnia Krikati, morto a pauladas no Maranhão enquanto dormia em uma rede, e de uma criança com menos de um ano de idade, que, segundo informações da polícia, ao chegar ao município de Sena Madureira, o barco onde a mãe estava foi atacado por criminosos e o bebê morreu no colo dela (CIMI, 2017). Os dois casos têm ligação com conflitos fundiários nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Entre 2003 e 2017, 1.119 indígenas foram vítimas desse crime em todo o país. Os registros apresentam violações graves, sem poupar idosos, crianças e mulheres. A SESAI não aponta com precisão os registros de homicídios, fato classificado pelo CIMI como um indicador da falta de importância dessas mortes para a sociedade e como entrave à criação de políticas públicas para minimizar os fatos (CIMI, 2017).

Não há como negar a existência de diversas realidades dos povos indígenas. Há aqueles que estão no isolamento, ou seja, não têm nenhum tipo de contato com a sociedade envolvente;

esses casos são mínimos e registrados no Norte do país. Há também os que se relacionam com não indígenas ou que vivem marginalizados à beira de rodovias e estradas do Brasil. O relatório traz em seu conteúdo parte da realidade em Mato Grosso do Sul.

As violências contra os indígenas em Mato Grosso do Sul têm sua origem nestes pontos em comum, que geram: suicídios – dramaticamente acentuados nos últimos anos; morte na infância; desnutrição infantil; morte por desassistência; invasão dos territórios por madeireiros, garimpeiros, grileiros, pecuaristas, empresários da especulação imobiliária responsáveis por uma intensa devastação dos bens ambientais; confinamentos em áreas impróprias para a vida, sem água potável, saneamento básico e habitação; assassinatos; ameaças de morte; atropelamentos; espancamentos; preconceito, racismo e discriminação (CIMI, 2017, p. 16).

Esse estado é onde as violências contra os povos indígenas são práticas permanentes, são atos graves, de acordo com dados do CIMI. O estado é mencionado pelos levantamentos do Conselho por uma realidade de violações permanentes contra a integridade dos povos tradicionais. Alguns elementos contribuem para essa percepção, entre eles: o fato de as comunidades viverem nos chamados confinamentos populacionais em reservas indígenas, surgindo problemas sociais e, em decorrência destes, os casos de violências (CIMI, 2017).

Os conflitos por demarcações de terra são parte de uma realidade constante nas últimas décadas. A região vem aumentando a produção de grãos e de áreas plantadas ano a ano. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) comparou a safra 2013/2014 com áreas plantadas em 2018/2019 e o crescimento foi de 30,27%, atribuindo tal feito ao estímulo de expansão dos limites das lavouras e do empenho do setor agropecuário (AGROLINK, 2018).

Esse avanço pode ser considerado como um eixo da mobilização criminosa nas questões territoriais. As etnias mais atingidas são Guarani e Terena, pois estão concentradas em municípios considerados de alto potencial para o agronegócio. O relatório mostra que, em 2016, um conflito por retomadas de terra em Caarapó-MS foi cenário de ameaças, espancamentos e assassinatos de integrantes da reserva Tey Kuê.

Naquele ano, o acampamento de uma comunidade Guarani foi invadido por cerca de 200 policiais e soldados do Exército, sem qualquer comunicado à FUNAI ou ao Ministério Público Federal (MPF). A ação destruiu barracos, materiais utilizados em rituais e revirou pertences dos indígenas. A justificativa para o uso das forças de segurança foi o cumprimento de uma ordem de busca e apreensão. Todavia, estas não teriam apresentado mandado judicial,

além disso, o procedimento deveria ter sido acompanhado por órgãos responsáveis pela segurança e integridade da comunidade (CIMI, 2017).

Como jornalista, estive presente para cobrir esse episódio de violência imposta para com o sujeito indígena. Ali, pôde-se perceber a resistência e a bravura desses povos. Naqueles dias de visita ao território para a produção das reportagens, em um cenário de tensão constante, percebeu-se o quanto eles davam valor para aquele espaço geográfico. Em um primeiro momento, houve a reflexão: essas pessoas não têm aonde ir, por isso se mantêm na resistência. É fato, isso faz sentido, contudo, por conta das pesquisas para a realização deste trabalho, foi possível compreender que essa “vontade de ficar” vai muito além de resistir, uma vez que o conceito de terra dos povos tradicionais é bem diferente daquele dos não indígenas.

Para os Guarani e os Kaiowá de Mato Grosso do Sul, o local onde está a moradia tem significado muito mais amplo e não é somente uma propriedade.

Nos dias atuais, as famílias extensas buscam espaços em reservas, em áreas demarcadas e, em alguns casos, na beira das estradas para construir seu modo de ser. O espaço faz parte da construção de um modo de ser que parte do pressuposto da indissociabilidade entre o ser humano e o meio ambiente. Na interação do grupo com o meio são elaboradas e reatualizadas as noções de tempo, de espaço, de qualidade, de quantidade, de distância, de valores e de conhecimentos coletivamente elaborados que formam a mentalidade kaiowá. Esse processo interativo é evocado pela expressão *tekoha*, o que a faz uma das mais significativas da língua guarani falada pelos Kaiowá neste momento histórico (CREPALDE, 2014, p. 21-22).

A expressão *tekoha* é abrangente e traduz a vida de cada um deles, inclusive das relações com o meio ambiente naquele lugar onde estão há gerações. Compreende-se, assim, que a territorialidade tem outros significativos para os Guarani e os Kaiowá. Tanto que nesta pesquisa também será debatida a percepção da mídia sobre tal conceito.

Desse modo, a apreensão da realidade de uma vida social violada, ceifada dos direitos mínimos estabelecidos na constituição e que deveriam fazer parte da existência dos povos sul-mato-grossenses que é reconhecida pelo relatório do CIMI.

A concentração das famílias em pequenas porções de terras retira qualquer perspectiva de futuro dos indígenas, tendo em vista que para os Guarani Kaiowá, por exemplo, a terra é a esperança de vida nova e vida boa. Sem ela as relações culturais, sociais, religiosas e interpessoais acabam sendo tensionadas (CIMI, 2017, p. 82).

A aglomeração populacional é compartilhada e analisada no estudo *À procura do bom viver: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá*, realizado pelo

antropólogo Fábio Mura (2006). O autor faz um resgate pela história desses povos que habitam Mato Grosso do Sul, analisando os costumes relacionados à terra e à tradição, trazendo o conceito daquilo que é conhecimento dentro da comunidade. Na pesquisa, há a referência a três conceitos da organização de território desses povos. A começar pela unidade linguística *tekoha*: “[...] um lexema constituído do substantivo ‘teko’ mais o sufixo ‘ha’ que, entre vários significados, tem o sentido de ‘lugar’. Assim *tekoha* é entendido atualmente pelos índios como o lugar onde realizamos nosso modo de ser (MURA, 2006, p. 80, grifos do autor).

É possível compreender, também, a resistência no que diz respeito aos conflitos por terra:

A situação apresentada coloca em clara evidência a natureza negociada dos espaços a serem demarcados. Ainda mais evidentes se mostram as medidas reduzidas das superfícies legalizadas, em decorrência da impossibilidade de superar as barreiras impostas pela situação local, absolutamente subordinada ao domínio das frentes agropecuárias, estas “legalmente” em posse de enormes latifúndios (MURA, 2006, p. 114, grifo do autor).

Mura contribuiu para o entendimento acerca do episódio no território Teykuê durante a cobertura jornalística anteriormente relatada. Na ausência dos direitos indígenas, a violência se torna parte do cotidiano das famílias dentro e fora daquele espaço delimitado e demarcado. Diante do exposto, compreende-se a importância da terra para esses povos. Costume este que não é aceito ou, muitas vezes, desconhecido da sociedade não indígena, que, por sua vez, recrimina a resistência e a luta destes pelos seus *tekoha*.

A Constituição Federal de 1988 traz normas para a proteção e a garantia de direitos dos povos tradicionais:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Perante a realidade apresentada pelo CIMI, pelo Ministério Público Federal e, mais que isso, frente à participação por cinco anos em coberturas dentro da reserva indígena de Dourados, constata-se que tais normas não são respeitadas, nem de longe.

A valorização da família também é diferente do sentido dado por não indígenas. Consoante Adilson Crepalde, em *A construção do significado de tekoha pelos Kaiowá de Mato Grosso do Sul* (2014), a acepção e o entendimento de família extensa mostram uma realidade desconhecida da sociedade.

Mesmo vivendo em reservas e em contato muito próximo à sociedade envolvente ainda hoje se organizam socialmente em famílias extensas – grupos macrofamiliares – nas quais e com as quais lutam pela sobrevivência e para construir o teko porã, condição de pertencimento e fulcro de um jeito de ser que dá sentido ao mundo de maneira diferente de outros modos de ser. Essas famílias são compostas de filhos, filhas, genros, noras e agregados que se juntam em torno de pais de linhagem, cuja condição de liderança é construída ao longo de suas vidas em decorrência de suas habilidades de resolver problemas práticos, de seus conhecimentos tradicionais e de suas capacidades argumentativas nos jogos políticos (CREPALDE, 2014, p. 20).

Não se pode pensar nos Kaiowá sem levar em consideração a importância da família extensa. A relação entre os integrantes forma o parentesco e a identidade dos indivíduos dentro da comunidade.

A família extensa é um espaço de pertença autônomo e ponto de referência com base no qual o indivíduo kaiowá constrói-se sócio-historicamente nos jogos de alteridade, aprendendo a ser e a agir segundo os valores kaiowá. Cada família tem sua história e suas peculiaridades, mas todas se relacionam fundamentadas do ñande reko (modo tradicional de ser comum a todas elas) que encerra um conjunto de crenças, valores e regras que determinam o ser kaiowá (CREPALDE, 2014, p. 20).

Esse modo de existir não é de conhecimento do não indígena. Quando são noticiados fatos pertinentes ao contexto dos familiares em textos jornalísticos, essas questões sobre a família extensa não são trazidas à tona, prática que contribui para criar no imaginário coletivo uma superficialidade da realidade dentro da sociedade indígena.

No tocante ao volume da RID, apesar de ser uma pequena porção de terra, ela é superpopulosa. Comprova-se isso porque a cada década o Brasil realiza o censo, que é um estudo estatístico referente a diversas características dos habitantes do país, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O último levantamento feito em 2010 apontou em Mato Grosso do Sul uma população de 51.800 indígenas, sendo 11.800 em Dourados (IBGE, 2012). Estima-se que, uma década depois, esse número seja maior. A expectativa é que sejam cerca de 16 mil pessoas convivendo nos 3.600 hectares de área da reserva do município nas duas aldeias ali presentes: Bororó e Jaguapiru.

Antônio Brand (1993, 1997) chamou as terras indígenas delimitadas e criadas em 1917 como “confinamento territorial”. Levi Marques Pereira (2007) optou por denominá-las “acomodação”, em uma perspectiva de colocação em caráter permanente, uma vez que lá dentro não há impedimento da utilização do território (andar, viver, estudar), mesmo que de forma

extremamente precária. A limitação territorial e espacial é considerada uma estratégia do Estado para restringir a presença das comunidades em um espaço onde possam ser controlados.

Mesmo controlados, esses espaços não são suficientes para a garantia efetiva de ocupação. Para Ferreira *et al.* (2015, p. 377), “a demarcação deve vir acompanhada de outras ações, como uma política séria de recuperação ambiental e produção de alimentos”; o que não ocorre.

A realidade dificulta as práticas sociais de preservação de cultura, qualidade de vida e dignidade. “Há muitos anos indigenistas, antropólogos e profissionais da saúde vêm alertando para os problemas decorrentes do confinamento populacional nas reservas de Dourados e Amambai, onde a situação é de absoluta desagregação” (CIMI, 2017, p. 82).

Após a Constituição de 1988 ficou determinado que é competência da Justiça Federal julgar ações envolvendo direitos indígenas. Em outros termos, assegurar e defender os direitos dos indígenas é de responsabilidade do Ministério Público Federal (MPF). Por conta disso, existe uma aproximação do órgão que o torna capaz de apontar a conjuntura vivenciada pelos povos indígenas no Brasil. Diante disso, o MPF divulga em sua página oficial estatísticas reafirmando o alto índice de violência, sobretudo quando se trata da região sul de Mato Grosso do Sul.

No *site* do MPF, há uma reportagem publicada em junho de 2019 sobre a situação precária das aldeias indígenas da região (Jaguapiru e Bororó) e classifica o tratamento como hostil, contribuindo para a formação da discriminação como a principal causa do desrespeito à comunidade indígena e seus costumes. Segue o texto da reportagem, cuja publicação está inserida nos anexos (Anexo A).

Em entrevista coletiva, MPF aborda situação precária em aldeias indígenas de MS

Enquanto as comunidades indígenas da região sul de Mato Grosso do Sul vivem uma escalada sem precedentes na criminalidade, as lideranças locais clamam por atitudes preventivas e repressivas por parte da polícia. Dos últimos sete homicídios registrados em Dourados (MS), seis foram cometidos dentro da reserva indígena do município. Para jogar luz sobre a gravidade da situação, lideranças indígenas e representantes do Ministério Público Federal (MPF) concederam uma entrevista coletiva à imprensa na tarde desta segunda-feira (17).

Na oportunidade, o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida relatou a realização de uma reunião, na manhã do mesmo dia, das lideranças indígenas com o secretário de Estado de Governo, Eduardo Riedel. Todos puderam expor a problemática que enfrentam, especialmente no tocante à falta de policiamento preventivo e emergencial dentro das comunidades. Do encontro, restou agendada uma nova reunião, desta vez com a secretária de

Estado de Cultura e Cidadania, Luciana Azambuja, em Dourados, no dia 26 de junho, a fim de tecer encaminhamentos mais precisos.

Durante a entrevista coletiva, tanto o procurador da República quanto as lideranças indígenas foram questionados acerca do atendimento policial e dos índices de violência nas comunidades. Hoje, se um crime é cometido dentro dos limites de uma aldeia ou reserva indígena, seja roubo, furto, violência doméstica ou assassinato, os moradores não encontram respaldo junto às autoridades policiais que, na maioria das vezes, ignoram o chamado alegando falta de combustível, de viatura, de efetivo ou até mesmo falta de segurança. As lideranças das comunidades, por falta de opção, acabam desempenhando o papel dos investigadores, fazendo rondas, identificando os autores dos delitos e prendendo-os por conta própria. Só aí a polícia entra em cena, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos próprios indígenas. E a situação não é recente: desde 2012, o MPF atua judicialmente para que as polícias Civil e Militar cumpram a obrigação de prestar atendimento emergencial às aldeias da região sul do Estado.

Na medida em que os índices de criminalidade diminuem em áreas urbanas do Estado, eles crescem numa medida inversamente proporcional dentro das áreas indígenas. “É uma conta que não faz sentido, não fecha. Há uma diferença nítida de tratamento no tocante ao enfrentamento à violência dentro das comunidades indígenas. E isso não pode acontecer, pois somos todos cidadãos detentores dos mesmos direitos à segurança. Por isso estamos otimistas após essa conversa com o secretário de Governo, com a esperança de que se inicie um novo período, uma nova visão da segurança pública em relação às comunidades indígenas do estado”, resumiu Marco Antonio.

Álcool e drogas – Outro problema grave citado pelas lideranças é o consumo de drogas e álcool, que tem crescido vertiginosamente e impacta diretamente no aumento nos índices de violência. Em 2017, o MPF, conjuntamente com as defensorias públicas do Estado e da União, ajuizou Ação Civil Pública para que os governos Federal, Estadual e Municipal sejam obrigados a implementar políticas públicas de enfrentamento ao uso de drogas na Reserva Indígena de Dourados (MS).

A Reserva Indígena de Dourados tem a maior concentração de população indígena do país, cerca de 13 mil habitantes. Para o MPF, a população é tratada com “indiferença hostil”, fundada, na maioria das vezes, em motivos discriminatórios. Tal descaso estatal reflete nos índices de violência. Com base nos dados oficiais, entre 2012 e 2014, o Brasil teve taxa média de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, a taxa foi de 26,1. Entre os indígenas de MS este número sobe para 55,9. Já os indígenas da Reserva de Dourados enfrentam uma taxa de homicídios de 101,18 por cem mil habitantes. Os indígenas da região de Dourados morrem por homicídio a uma taxa quase 400% superior aos não indígenas de MS (MPF, 2019).

Segundo a matéria, entre 2012 e 2014, o Brasil teve uma média de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Já no MS foi de 26,1. Se forem analisados somente casos ligados aos indígenas no estado, a taxa passa para 55,9, sendo que em Dourados o número de mortes é de 101,18. Os indígenas nessa região são vítimas de assassinato a uma taxa quase 400% superior aos não indígenas (MPF, 2019).

A convivência dentro de um perímetro urbano faz com que a formação de determinados sujeitos seja afetada por vários costumes, modos, e, assim, receba influência uns dos outros a todo instante, em um entre-lugar – conceito que será apresentado ainda neste capítulo. Nesse

processo de proximidade, de vaivém de informação, existem as lacunas; é nesse deslocamento que surgem os processos de identificação, produzindo os significados e as representações presentes na vida social coletiva e individual, já que são atravessados a todo momento por novas informações.

A cidade estudada no *corpus* vive uma particularidade de espaço entre não indígenas e indígenas. Geograficamente, há limites territoriais, onde a omissão do poder público forma uma comunidade de miséria e com enfrentamentos sociais.

Em maio de 1997, em carta redigida e assinada por membros da Terra de Sukuriy e destinada à justiça brasileira, Guaranis e Kaiowás já afirmavam que a cidade não era o seu lugar; sentiam-se desamparados:

[...] em meio às idas e voltas e aos vários despejos pelos quais passaram, em alguns momentos foram obrigados a morar na cidade; e afirmam que lugar de índio não é na cidade, porque lá “não tem lugar pra roça, pra produzir e alimentar os filhos”, que não sabem morar na cidade (FERREIRA *et al.*, 2015, p. 378, grifos dos autores).

O fazer viver e deixar morrer pelas políticas do Estado se faz presente por meio da gentrificação. Os indígenas de Dourados não moram próximos a serviços diversificados. Um exemplo é o caso da única maternidade pública da região, no Hospital Universitário. As mulheres indígenas só têm essa opção para dar luz aos seus filhos e chegar até o local não é uma tarefa fácil. As estradas dentro do território da comunidade, muitas vezes, estão em péssimas condições. Essas famílias, geralmente, não têm veículos para o transporte. Todos esses fatores contribuem para uma imensa dificuldade em se dirigir até a unidade de saúde. E quando chegam, elas sofrem mais violações de direito. Mota e Cavalcante discutem essa problemática:

As violências contra as mulheres indígenas perpetradas pelo Estado também são significativas: altos índices de mortalidade materna indígena nos hospitais da cidade, no caso de Dourados, que recebe uma grande população em seus hospitais e maternidades, e onde ouvimos com recorrência a violência de que “por serem índias, são mais fortes, e portanto, precisam de menos atenção”, como pode ser constatado nestes locais. Ou ainda, serem vítimas da política de assistência social que são pensadas por mulheres não indígenas e para mulheres indígenas, que estigmatiza essa população como pobre, negando a elas o seu direito constitucional à diversidade (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 256, grifos dos autores).

A proximidade entre comunidades indígenas e não indígenas não é uma exclusividade de Dourados. Na pesquisa intitulada *Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT*, alteridade

irredutível?, Águeda Borges (2013) discute a proximidade e a migração dos referidos povos para área urbana. A pesquisadora aponta vários contextos semelhantes no Brasil e cita Dourados como a localidade que cresceu e “engoliu” a reserva indígena. Borges (2013) também compartilha a ideia de que o índio é um corpo sem corpo, sendo que na cidade não é habitante, não é proprietário, e indica que esse indivíduo é colocado como sujeito que perdeu suas características por conta do processo da aculturação (VIETTA, 2002).

A presença/frequência se apresenta para os povos indígenas como os que “buscam melhoria de vida na cidade”, o que sob a nossa compreensão é um discurso fundador do enunciado “o índio que vem para a cidade deixa de ser índio”, produz-se aí um efeito de logicidade e rapidez incrivelmente eficaz: vem para a cidade, logo deixa de ser índio. Na ordem da cidade, como já foi dito, passam a ser sujeitos de direito, portanto iguais a qualquer outro = cidadão comum, interpelados pelo discurso capitalista, porém, divididos entre esse discurso e o indígena (VIETTA, 2002, p. 74, grifos da autora).

Até aqui foi traçado um retrato da significação do indígena diante das violações praticadas contra esses povos. Agora, será abordada uma outra violência, sem marcas físicas.

1.5 A agressão de ferimentos internos

A partir deste momento será discutido o estado de violência. Esse ato não traz consigo sangue, cortes, feridas, seja ele praticado contra uma única pessoa ou contra o coletivo, mas isso não o afasta das marcas e das cicatrizes. Esse fenômeno é perverso e invisível para muitos. Ele atua de uma forma psíquica, afetando o emocional, a moral, tirando a liberdade de ação. Isso ocorre, por exemplo, em comunidades desassistidas de políticas públicas de inclusão, saúde, educação e saneamento básico. É fato que os grupos indígenas sofreram tais violências e estas tornam-se conhecidas dos não indígenas, principalmente, pelos meios de comunicação com discursos sobre tal assunto formando uma concepção coletiva da realidade vivenciada pelos moradores.

Em Dourados, o indígena é visto por quem é de fora reserva indígena como uma sub-raça, no contexto histórico da localidade. Existe um “discurso da luta das raças como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (FOUCAULT, 2005, p. 73). Essa disputa pode ser criada pela mídia e retroalimentada de maneira que os não indígenas não reconhecem os indígenas e os classificam como sujos e inconcebíveis no seio social urbano do município. Dessa forma, o racismo não é mais um instrumento de confronto entre grupos sociais, mas faz parte de uma estratégia de conservadorismo social.

Com esse perigo biológico, ele se torna um “inimigo” de classe da sociedade douradense e, para a maioria, é preciso fazer uma higiene na cidade. O indígena é feio, deixa o lugar mal visto. Esse pensamento de racismo de Estado¹ é suscitado por meio do discurso.

Sustentado em Foucault, entende-se o discurso como algo concebido, não uma manifestação desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece, ao contrário, trata-se de “[...] um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 61). Portanto, podemos entender o termo como um campo de regularidade de diversas posições de subjetividade.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascente diante dos seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2014, p. 46).

Sendo assim, o modo como o assunto é colocado na mídia é capaz de afetar a percepção da sociedade sobre determinado indivíduo: “[...] o discurso de informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (CHARAUDEAU, 2013, p. 12). No trabalho intitulado *A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico*, Márcio Rogério de Oliveira Cano (2012) discute alguns dados e como o discurso da violência representa boa parte dos enunciados dos veículos de comunicação nos grandes centros do Brasil. Conforme o autor,

[...] em mídia, 20% das matérias dos maiores jornais do Rio de Janeiro tratam diretamente de temas violentos. Em São Paulo e Minas Gerais, o índice gira em torno de 10% (conforme dados da mesma pesquisa). Tal incidência no espaço jornalístico acaba impregnando outros discursos. Política, esporte, publicidade e entretenimento também passam a ser guerra, pois são representados metaforicamente como se assim fosse. Tais questões nos levam a concluir que uma forma de entrar na discussão sobre a violência é por meio do tratamento dado à informação nos meios de comunicação. A violência sempre atraiu muito o olhar do público consumidor que se deixa seduzir por filmes, novelas, jogos, romances, cujas tramas envolvem guerras, mortes, brigas etc. Como o jornal se instala em um mercado consumidor, ao lado das outras mídias de entretenimento, há de concorrer para ganhar o comprador da informação (CANO, 2012, p. 27-28).

Tal manifestação agrega visualizações, aumenta a audiência, traz repercussão e custa pouco para uma empresa. Muitas vezes, há uma logística de trabalho voltada para uma grande

¹ Racismo de Estado: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos e produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2005, p. 73).

reportagem, com investimento de material, pessoal, tempo e, nem sempre, corresponde aos resultados esperados. Uma notícia de violência, de um acontecimento ocorrido dentro da área de cobertura do veículo de comunicação tem menor demanda de investimento, tempo, dinheiro, e pode ter muito mais alcance e, assim, contribuir para o capital financeiro da organização. É o alcance da mídia e a influência sobre a sociedade que fazem os veículos midiáticos terem álibi para serem enxergados como um produto de renda.

As mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação (CHARAUDEAU, 2013, p. 17).

Os consumidores dessas notícias podem nem perceber a violência delas, uma vez que reportagens, textos, vídeos, fotos, não vêm com rótulos. É difícil perceber a negatividade de um enunciado quando ~~o mesmo~~ não o atinge. Quando a ofensa é para com o *outro*, a percepção dessa negatividade que não lhe ofende não é percebida pelo senso comum. Em *Topologia da Violência*, Byung-Chul Han (2017) aborda a exclusão por parte do sujeito daquilo que não lhe é próximo: “a sociedade de hoje desonera cada vez mais a negatividade do outro e do que lhe é alheio. E é justamente o processo de globalização que acelera a suspensão de barreiras e diferenciação” (HAN, 2017, p. 9).

Essa negatização do *outro* é percebida em uma falta de reconhecimento da identidade de outrem. Pelo imaginário coletivo da sociedade, a imagem do indígena do passado se mantém: uma visão estereotipada e carregada de negatividade, com a invisibilidade, a discriminação, a humilhação, o constrangimento, o preconceito de determinados sujeitos. É a “violência não apenas no nível interpessoal” (HAN, 2017, p. 138).

A ideia de que o indivíduo é um ser do passado e, ainda, selvagem, faz parte de uma classificação generalizada. Compreendendo o poder como um fenômeno de continuidade, ele gera violência de forma constante e simbólica, ou seja, ela está em comportamentos que viraram hábitos, costumes. “A violência, de certo modo, é *naturalizada*. Sem o emprego da violência física, marcial, ela provê as condições para que as relações de domínio vigentes se mantenham” (HAN, 2017, p. 23, grifo do autor).

A naturalização é melhor ainda quando o *outro*, o indígena, no caso, está longe e há uma sensação de controle sobre ele. Em outras palavras, para a sociedade douradense, quanto mais o indígena ficar dentro da reserva, melhor. E quando existe essa negação da humanidade do

outro a violência se torna possível, seja física ou num estado de violência. Então, aqui, convém expor o conceito de necropolítica.

A necropolítica constitui a dizimação por alteridade, diferença. O controle classifica a distribuição da espécie humana em grupos, uma subdivisão da população, e, dessa maneira, há um gerenciamento de quem vive e quem morre, sendo pautada na promoção de extermínios. “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 28). Estrutura-se, assim, a aceitabilidade na condição de fazer morrer.

Nesse sentido, o conceito de biopoder, que é o conjunto dos mecanismos pelos quais a espécie humana concebe suas características biológicas fundamentais e pode entrar na política, na estratégia política, na estratégia geral do poder (FOUCAULT, 2008). Isso é debatido por Achille Mbembe ao propor a definição de necropolítica. Foucault afirma claramente que o direito soberano de matar e os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos.

Em *Necropolítica*, Achille Mbembe (2018), sustentado em Frantz Fanon, aborda o modo como o poder de morte opera.

A cidade do colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos (FANON apud MBEMBE, 2018, p. 41).

O autor apresenta a ideia de mundo, e, apoiados nessa teoria, compreendemos a realidade da RID como uma colônia, com a manifestação de um estado de exceção, como se não existisse o indígena, exceto como uma ferramenta de produção.

Lá (*nas colônias*) o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com o imaginário colonialista, caracterizado por terras selvagens, morte e ficções que criam efeito de verdade (MBEMBE, 2018, p. 36, grifos nossos).

O poder soberano existente fora da reserva douradense gera um processo de redução do *outro*, nesse caso, do habitante local. Ele se sente inferiorizado e o poder exercido sobre a colônia, o múltiplo, desemboca no “um”. Dessa forma, um sujeito indígena desamparado, desassistido e “não aceito” pelo externo é capaz de tirar a própria vida. Entre os indígenas da

RID, há casos de suicídio por conta da falta de políticas públicas, das dificuldades sociais e da ausência de tratamentos de doenças psicológicas.

Para enxergar esse efeito, basta olhar para o relatório do CIMI. O levantamento aponta que 93,3% dos suicídios na região Centro-Oeste são registrados em Mato Grosso do Sul. Foram 38 casos em 2017, com moradores na faixa etária entre 15 e 19 anos. Em 2018, 44 mortes, dentre elas, sete indígenas (CIMI, 2017).

Aumentaram os casos de suicídios no Mato Grosso do Sul. Novamente, neste último estado, os níveis de violências são assustadores, sendo que os casos de assassinatos e as práticas de suicídios são quase corriqueiros. Evidencia-se, com isso, o fracasso das políticas públicas e a sinalização por parte do governo de que a questão indígena não é demanda que preocupa o Estado, ou, ao contrário, dela se busca distanciamento tendo em vista o resguardo de outras prioridades e interesses que conflitam com os direitos indígenas (CIMI, 2017, p. 14).

O relatório do CIMI abaliza estatísticas refletindo a ausência do estado com políticas públicas de assistência para os indígenas da reserva de Dourados. Essa negligência deixa os sujeitos indígenas na franja mais vulnerável da sociedade douradense e causa contextos violentos envolvendo os indígenas, esses contextos são noticiados e podem contribuir para a formação de uma imagem negativa no imaginário coletivo.

1.6 Os discursos e seus sentidos, que são sentidos

O estudo da Análise do Discurso (AD) é capaz de desconstruir uma naturalidade impregnada sobre determinado assunto, é também, uma ferramenta que reconstrói sentidos. Tal área interage diretamente com outras disciplinas, como Linguística, Sociologia, História, e nos mostra que a linguagem não é transparente nem neutra (FOUCAULT, 2014).

O sujeito enquanto produtor de discurso ocupa um lugar discursivo no espaço e no tempo. E por meio dele, insere elementos elaborados social e historicamente. Esse fenômeno é constante e os sentidos se deslocam. Hoje aqui, outrora lá. O sujeito, independentemente do local onde está em determinado momento, produz sentidos. E como estes são produzidos quando se trata da temática indígena em Dourados?

Partindo do princípio de ódio nos discursos acerca dos indígenas, pode-se compreender que esse estado de violência perpetrado constitui uma submissão, mesmo com resistência do referido sujeito. Esse acontecimento resulta em uma dominação da qual a classe dominada se torna refém de uma realidade criada pela dominadora. Tal problemática manifesta-se na

formação de estereótipos, preconceitos, representações sociais diversas. Em uma perspectiva foucaultiana, é possível compreender que não existe história em si fora daquilo chamado de eventos históricos, que são acontecimentos narrados por meio de discursos. E esse procedimento é seletivo e classificatório, com uma rota traçada por quem narra fabricando a própria narrativa.

O caminho escolhido nesta dissertação não é o de uma investigação da verdade, mas uma maneira de entender como ela é desenhada pelo discurso, analisando as forças que organizam, selecionam e classificam a “história”. De modo específico, defende-se que os fatos narrados sobre os indígenas não lhes fazem justiça quanto a sua identidade, sua sociedade, suas formas de ver o mundo etc., e sim são práticas de um discurso dominante, que moldam esses eventos, construindo-os e os colocando a circular como verdade e história. Nesse sentido, assimilam-se essas temáticas tal como Veyne, leitor de Foucault.

A história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades. Aí está, pois, um universo inteiramente material, feito de referentes pré-discursivos que são virtualidades ainda sem rosto; práticas sempre diversas engendram nele, em pontos diferentes, objetivações sempre diversas, rostos; cada prática depende de todas as outras e de suas transformações, tudo é histórico e tudo depende de tudo; nada é inerte, nada é indeterminado e, como veremos, nada é inexplicável; longe de depender de nossa consciência, esse mundo a determina (VEYNE, 1998, p. 139).

No caso da mídia, alguns acontecimentos de violência são naturalizados, especialmente no contexto de classes, em que os mais vulneráveis são diretamente relacionados ao tema. Assim, o fenômeno se desloca do caráter visível para o invisível, do real para o virtual e volta de forma a criar a falsa impressão de desaparecimento (HAN, 2017).

O *corpus* analisado é extraído de um *site* de notícias, logo, passa pelo conceito de credibilidade, um atributo almejado pelos veículos midiáticos, entendendo este como algo construído por meio da relação clássica dos meios de comunicação (produtor/emissor/receptor). O contrato de comunicação é formado pela inter-relação discursiva entre os agentes desse processo, colocando o relato jornalístico como confiável e passando um retrato “verdadeiro” da realidade (CHARAUDEAU, 2008).

Compreende-se que a credibilidade é um fator contestável, mas, na maioria das vezes, os conteúdos publicados tendem a ser levados a sério por conta dessa “confiança” de determinados indivíduos nos conteúdos produzidos pela mídia. O conceito de credibilidade é

objeto de pesquisas científicas em diversos campos, entre eles: Filosofia, Sociologia e Comunicação.

Na dissertação intitulada *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: Independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência*, Sílvia Lisboa (2012) trabalha os termos “credibilidade constituída” e “credibilidade percebida”, destacando que o primeiro tem alicerce nas noções de caráter moral, por conta da presença de uma verdade ligada à integridade e ao interesse público; já o segundo trata da percepção do público sobre os indicadores presentes na credibilidade constituída.

O nível de credibilidade se mede por audiência, número de acessos em determinada notícia, entre outros. Os índices são apreciados internamente pelos veículos e usados quando convêm aos donos/proprietários para prospectar clientes e investidores. Existe, sim, como saber a audiência, entretanto, de forma geral, essa não é a preocupação de muita gente.

A interatividade da *internet* tirou o receptor da notícia de uma condição de expectador passivo. Hoje, quem assiste, ouve, lê, tem grande participação nos veículos de comunicação. No caso das notícias de *sites*, o retorno das reportagens é ainda mais rápido. Nas redes sociais, por exemplo, a partir do momento que determinada matéria é publicada, ela está lá para quem quiser interagir e, exceto nos casos de denúncia sobre a postagem, não há filtro sobre que o receptor irá escrever. Portanto, essa participação dos leitores é um reflexo dos enunciados aos quais eles têm acesso: “comentários que não têm outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (FOUCAULT, 2014, p. 24, grifos do autor).

Em uma perspectiva foucaultiana, entende-se que a produção do discurso é controlada e organizada pelos procedimentos chamados de exclusão e interdição. Tais processos têm o papel de desviar os poderes e esquivar da materialidade (FOUCAULT, 2014). O discurso e as interdições revelam uma ligação com o desejo e o poder, e sua produção estão inseridos em uma organização:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

Por conta desse controle, nós, enquanto sujeitos, não temos o direito de dizer tudo em qualquer circunstância. Existem regras, lugares, assuntos, e em todos eles há um controle capaz de reger o jogo de forças de uma sociedade. Com os estudos de Foucault, apreende-se o discurso

como tradução daquilo pelo que se luta e, também, pelo poder que queremos nos apoderar. Há vários procedimentos de delimitação e de controle dos discursos. Eles funcionam, sobretudo, como princípios de classificação, ordem e distribuição.

A (des)construção de conceitos nos afeta em uma dimensão extensa, apta a alcançar uma plenitude de *sentido*, demonstrado pela posição do sujeito. No caso dos indígenas, os enunciados carregam preconceitos e são formas de discriminação. Esse procedimento é constituído de tal maneira a atingir a memória coletiva da sociedade, tratada por Foucault como “memória discursiva”. Seu funcionamento ocorre pela repetição de enunciados, que provoca mutações nestes, retomando-os e invertendo-os, mantendo, porém, certa regularidade.

A maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual (FOUCAULT, 2008, p. 66).

Para algo ser dito em um determinado momento, são necessárias condições para sua construção ou, conforme abordado neste estudo, circunstâncias de produção dos textos jornalísticos sobre a violência contra indígenas. São particularidades que compreendem os sujeitos e a situação, capazes de acionar a memória de quem tem acesso às notícias, porque incluem o contexto sócio-histórico e ideológico, trazendo efeitos de sentido que afetam o imaginário. E esse processo de atravessar uma rede de memórias engloba o poder, a obediência e as posições políticas (ORLANDI, 2001).

As informações promovidas pela mídia geram processos de significação que podem atingir a memória coletiva, ficar no inconsciente de uma determinada coletividade e comandar o comportamento, os sentidos de produção nos comentários, a percepção dos textos e a forma de interação entre os sujeitos; elas colaboram para o repertório, para a visão da sociedade sobre determinado assunto. Esse conceito de “memória discursiva” será aprofundado no capítulo dois desta dissertação.

O processo de entendimento dos saberes e dos poderes passa pelo acontecimento discursivo, que é uma regularidade histórica sob a ótica de Michel Foucault. Para levá-lo em consideração, é preciso perceber as condições existentes que determinam a materialidade dos enunciados sobre a violência indígena, questionando como elas podem se formar historicamente na realidade social dos indivíduos. Em *A Arqueologia do saber* (2008), Foucault entende o acontecimento como a irrupção de uma singularidade no lugar de sua produção:

Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos (FOUCAULT, 2008, p. 6).

A partir do filósofo francês, compreende-se que o “sentido-acontecimento” é a ponta deslocada do presente como uma eterna repetição. Os fatos, ao longo dos anos, conduziram para a constituição do sujeito que somos e nos levam ao próprio reconhecimento de quem somos, o que fazemos e o que dizemos. Para Foucault (2008), a liberdade de caracterizar o modo de ser do homem não pode ser formada de uma relação com a verdade.

Neste trabalho, haverá a reflexão sobre o processo de construção do significado do indígena por intermédio do *corpus* em análise e dos comentários a respeito da notícia, uma vez que é possível considerar as linguagens e os recursos discursivos como meios de possibilitar a geração de identidades em um imaginário coletivo.

Desde a colonização, há a ideia de que os povos tradicionais formam um bloco único, sem distinções entre sujeitos e comunidades, com as mesmas crenças, línguas e religião, contribuindo para se criar uma generalização perigosa em relação a essas civilizações. Isso é perigoso, pois colabora para apagar traços próprios e comunitários dos diversos nativos desse território.

Assim, durante muitos séculos, a visão que se teve (e ainda se tem, de “n” formas) dos primeiros habitantes destas terras era serem eles, todos, sem distinção, meramente “índios”, com toda negatividade semântica que o termo ainda sustenta, principalmente quando de sua correlação com “bárbaros” e “selvagens”. Aparentemente, desde então, por conta do suposto equívoco, tornaram-se estrangeiros na própria terra (GÓIS; MARTINS, 2019, p. 429, grifos dos autores).

Ser estrangeiro dentro do próprio território resultou também na forma de trabalho empregada pelos europeus no país. No período colonial, a igreja católica era um dos braços de coordenação no Brasil colonial e, como ordem religiosa, tinha o papel de amansar e incorporar os indígenas na força de trabalho (RIBEIRO, 1995). A imposição de força para mudar comportamentos não era aceita sem resistência e, quando ela ocorria, ainda de acordo com o autor, cabia à organização religiosa o dever de julgar e condenar os contrários ao poder da época.

Ouvindo denúncias e calúnias na busca de heresias e bestialidades, julgava, condenava, encarcerava e até queimava vivos os mais ousados. Nem aí, na vastidão desses imensos poderios, terminava a estrutura civilizatória que se empunha sobre o Brasil nascente. Ela era um conglomerado interativo de

entidades equivalentes em ativa competição, às vezes cruentas umas contra as outras (RIBEIRO, 1995, p. 38).

Ao considerar o modo como os portugueses viram os habitantes das Américas, sobretudo ao chegar em terras brasileiras, os indígenas, assim chamados, foram tidos como peças daquele ambiente, julgados sem valor pela falta de algo a ser dado em troca, especialmente no que se refere ao contexto cultural e material. Dessarte, eram animais, serviam para algo que um animal poderia oferecer: transporte. Como “selvagens e hostis”, eram utilizados, também, a certa altura, para garantir as prosperidades da Colônia: “[...] interessavam-lhe aliados índios nas suas lutas com franceses, holandeses e espanhóis, seus competidores internos, enquanto para garantir seus limites externos desejava fronteiras formadas por indígenas coligados. “Ocasionalmente também, como no caso do rio Madeira na década de 1730, convinha-lhe a presença de um grupo indígena hostil para obstruir uma rota fluvial e impedir o contrabando” (CUNHA, 1992, p. 15).

Os indígenas eram considerados totalmente carentes de civilidade e com ações puramente animais, instintivas, visando apenas à sobrevivência. Tim Ingold (1994) trata dessa naturalidade:

Como condição oposta à da humanidade, a animalidade transmite uma noção da qualidade de vida no estado de natureza, onde se encontram seres “em estado cru”, cuja conduta é impelida pela paixão bruta em vez da deliberação racional e que são totalmente livres dos constrangimentos da moral ou da regulação dos costumes (INGOLD, 1994, p. 7, grifo do autor).

Diante dessa realidade, tornou-se urgente o processo para civilizar, a fim de que aprendessem e exercitassem o significado de ter rei, lei e fé (VIETTA, 2002). Conforme Vietta (2002), há uma análise sobre a cultura nesse processo de significação, a qual traz uma visão bem clara sobre a ideia de aculturação, pela qual determinado grupo ou indivíduo entra em contato permanente com outra cultura diferente e se adapta a ela.

Antes da Constituição Federal de 1988, especialmente no final dos anos 1970, as organizações sociais se multiplicam para a garantia dos direitos e o apoio aos nativos no Brasil. Essa mobilização é refletida na referida Constituição, que “[...] abandona as metas e o jargão assimilacionistas e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores” (CUNHA, 1992, p. 17).

No campo da educação e da cultura, é nessa mesma Constituição que são relatados os direitos sociais e individuais dos brasileiros, descrevendo a condição legal desses povos, o respeito e o reconhecimento da própria organização social após anos de influência e de

violações, bem como o direito a uma educação específica, com o reconhecimento das línguas maternas no processo de aprendizagem.

Existe uma diferença entre educação indígena e educação escolar indígena. A educação indígena é a educação que a criança recebe no contexto da comunidade e que varia de etnia para etnia e das relações históricas de contatos (igrejas, escolas, mídias, confrontos por territórios, urbanidade) que o grupo vivencia, mesmo sendo de uma mesma etnia. Na educação indígena, os saberes são transmitidos tendo como referência a cultura, mesmo que hibridizada, as suas pedagogias, as suas relações com a natureza e suas organizações sociais, de relações de parentesco entre outras particularidades. A educação escolar indígena, a partir da Constituição de 1988, é um processo em construção tendo em vista o respeito à diferença, ao bilinguismo, à interculturalidade e à especificidade de cada grupo indígena (NASCIMENTO, 2015, p. 332).

A legislação estabeleceu a presença da comunidade em um sistema intercultural, com o objetivo de reconhecer e de manter a diversidade cultural, de cada comunidade ter uma diferenciação, levando em conta as particularidades das etnias, por serem distintas no modo de ser. Esse sistema é uma esperança de reverter o processo de aculturação vivido até então.

A resistência ultrapassa os limites dos municípios e dos estados, chegando à presença dos indígenas em Brasília-DF, o que mostra uma organização ativa em busca de resultados de projetos que afetam diretamente suas questões e tramitam no Congresso Nacional. Historicamente, as lutas desses indivíduos ocorrem para a defesa das mais variadas formas de existência, sobretudo a demarcação de terras, que gera conflitos em vários estados do Brasil.

Segundo o último relatório do CIMI (2018), 847 territórios tradicionais esperam por alguma providência do Estado brasileiro, o que representa 64% do total de 1.306 terras indígenas. Para que o local seja definitivamente reconhecido como terra dos povos nativos, precisa passar por um processo de longas etapas até ocorrer a demarcação, ação que depende do desempenho dos órgãos representantes dos indígenas. A demora na efetivação dessas demandas é um dos aspectos que contribuem para que os direitos indígenas constitucionalmente estabelecidos não sejam assegurados. Mato Grosso do Sul, por exemplo, é o estado onde há conflitos mais acirrados e constantes, como destaca o levantamento do Conselho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

A AD e a mídia produzem diálogos necessários e há cada vez mais interesse em tornar a mídia um objeto de estudo dos discursos, posto que estes são produzidos pelos veículos de comunicação a todo momento. É senso comum que as notícias veiculadas pelas mídias se tornam assuntos do nosso cotidiano, seja no ponto de ônibus, na hora do cafezinho no trabalho, na confraternização, e, em dias atuais, devido à globalização, virtualmente por meio das redes sociais. É muito usual a notícia ser apresentada e, logo em seguida, ser submetida a uma imensa gama de enunciados acerca do seu conteúdo, não há como negar. Produzir sentidos é o alicerce da mídia e da AD, logo, elas são complementares. (GREGOLIN, 2007)

A mídia é uma fonte geradora de sentidos e, por intermédio da sua produção discursiva, insere-se na história, define posições-sujeito, debates culturais, econômicos, e promove uma relação dentro de um determinado grupo social, ocorrendo essa interação também entre grupos. Assim sendo, o discurso apresentado pela imprensa pode formar-se como um instrumento de manutenção da posição de controle e poder na sociedade, pela mediação feita entre os receptores e a realidade, mesmo que esta não seja pautada na verdade. “O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2004, p. 16).

Dentro de uma relação de poder, a mídia é, atualmente, o principal dispositivo² discursivo pelo qual é “construída uma ‘história do presente’ como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento” (GREGOLIN, 2004, p. 16).

Diante da quantidade avassaladora de notícias lidas, ouvidas, assistidas pelos sujeitos, é impossível não ser atravessado e se formar com essas informações. Os discursos jornalísticos sempre são acionados por um já dito na memória do sujeito. Biologicamente, é impossível lembrar com exatidão do conteúdo acessado, mas, ao menos, um fragmento da notícia fica na memória, ligando o passado ao presente, e que sempre se “renova”. A notícia da semana passada é velha, todavia, no final do mês, ela será recontada, de forma diferente, por isso o “novo” sempre renasce.

² Os dispositivos são precisamente o que, na estratégia foucaultiana, ocupa o lugar dos Universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: de preferência, como dizia na entrevista de 1977, “a rede (le reseau) que se estabelece entre estes elementos” (AGAMBEN, 2005, p. 11).

A produção de um enunciado é amparada em conjunto de regras já existentes, pré-estabelecidas, e esse ato de produzir não para, é uma fábrica a todo vapor. Para se manter no poder é preciso, paralelamente à elaboração de discursos, conservar a “verdade”. “A mídia é, por exemplo, na sociedade ocidental, um dos lugares produtores de verdades e de ausências” (GÓIS, 2013, p. 41).

Essa produção da mídia está diretamente ligada ao conceito de credibilidade. Na faculdade de jornalismo, este, frequentemente, é um dos primeiros debates apresentados aos pretendentes a jornalistas. Associada a essa credibilidade, vem outra base do jornalismo, a imparcialidade, no anseio de incluir em seus discursos a sensação de ser justo, neutro, sem partido. Essa ideia de transparência, em geral, é aceita por boa parte da população que acredita que a imprensa noticia a realidade.

O discurso que se proclama imparcial e comprometido com a apuração rigorosa dos fatos manifesta o desejo de ser aceito pela comunidade de leitores como discurso de verdade. Como esse desejo é uma imposição da ordem discursiva midiática, e tendo em vista que o real não se deixa apreender diretamente, o verossímil no jornalismo encontra-se em relação direta com o efeito de real construído discursivamente. É essa verossimilhança que irá garantir credibilidade ao jornal e, conseqüentemente, criar a imagem do enunciador midiático como aquele que sustenta um discurso verdadeiro (NAVARRO-BARBOSA apud GÓIS, 2013, p. 79).

Outros fatores, além do próprio enunciado, contribuem para a imprensa causar a sensação de credibilidade nos expectadores. Eles podem ser visuais: uma bela fotografia, um cenário atraente, vestimentas-padrão levando seriedade etc. Em uma perspectiva de que a notícia é o relato de um fato, ela está sujeita a equívocos, falhas, esquecimentos, e isso faz com que alguns desses enunciados sejam aceitos e outros não, variando de acordo com a ideologia de determinado sujeito. Portanto, o discurso jornalístico não cumpre àquilo prometido na faculdade sobre a imparcialidade. Ainda assim, a mídia e suas formas discursivas são capazes de criar enunciados que estabelecem sentidos com a história e a memória. Dito de outra forma por Góis:

Uma prática que seleciona, copia, edita, regula os saberes para que sejam aceitos como verdadeiros e se integrem à “ordem do discurso”. As pessoas, em geral, e as instituições de poder, em específico, veem nesses “saberes verdadeiros” aquilo que precisa ser oficializado e legitimado, passando assim a se tornar poder e a desfrutar dos privilégios sociais (GÓIS, 2013, p. 76, grifos do autor).

Quanto à construção discursiva do indígena de Dourados, objeto desta pesquisa, a mídia contribui para criar uma representação pejorativa desse sujeito na sociedade em questão. E como isso acontece? Com a produção quase diária de enunciados preconceituosos em relação aos Guarani, Kaiowá e Terena para os jornais, vistos como índios somente, sendo percebidos assim pelos receptores desses enunciados.

A violência acerca dos indígenas ganha espaço nos jornais impressos, *sites*, rádios e televisões do estado, sobretudo de Dourados. As notícias sobre homicídios, estupros, embriaguez entre indígenas têm participação certa e constante nos veículos de comunicação. Essa violência física presente na reserva indígena de Dourados pode ser um reflexo do contexto sócio-histórico do local, pautado pela carência de políticas públicas e pelo esquecimento por parte das autoridades. Entretanto, raríssimas vezes esses elementos aparecem nas reportagens.

Essas notícias contribuem para a formação de um imaginário social a respeito dos indígenas, de modo que o sujeito não indígena é conduzido, sem notar, tendo a sensação de estar livre em seu pensamento, a ocupar um lugar de preconceito contra o indígena. Essa prática é observada nas participações dos leitores quando o tema indígena está na notícia. Essa percepção dos receptores dos discursos jornalísticos por meio dos comentários sobre o *corpus* será discorrida no terceiro capítulo.

A apresentação das relações de saber e poder no campo midiático são importantes para a construção desta pesquisa. Isso posto, serão desenvolvidos fundamentos essenciais para as pesquisas da AD, base da construção desta dissertação, expondo conceitos que permitem a prática desse campo teórico: acontecimento discursivo, memória, memória discursiva e interdiscurso, caracterização do *corpus* discursivo, e percurso metodológico da análise. Explicitaremos o *corpus* e os enunciados dos comentaristas, com a finalidade de identificar suas não transparências e, assim, saber como esses discursos funcionam. Alguns desses conceitos foram sintetizados no capítulo anterior; a partir de agora, pormenorizá-lo-emos.

2.1 Discurso em Michel Foucault

O discurso traz em suas raízes uma pluralidade de sentidos; há um excesso de significados para determinado objeto, significante único. Essas condições fazem com que ele seja carregado de riqueza e plenitude ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2008).

Nós, enquanto sujeitos, somos afetados diariamente com discursos. Eles estão por todo lugar e têm papel fundamental na constituição da sociedade. Os acontecimentos e fatos reproduzidos são feitos de narrativas e, dessa forma, são percepções (FURLANETTO, 2015).

Assim como a presença do discurso, falado ou escrito, é um fato em nossa sociedade, a presença de regras em suas raízes também é um elemento inegável, e elas, “não se mostram inteiramente à sua consciência” (FOUCAULT, 2008, p. 236).

O discurso, calcado em suas raízes e observado como uma prática social, constitui os sujeitos e os objetos (GREGOLIN, 2007). Logo, debates, ideologias e pensamentos se entrecruzam por meio dos discursos, produzindo saberes e, conseqüentemente, poderes. Um leva ao outro, é lógica. Quando determinado sujeito, seja um agente social em uma relação do cotidiano ou um representante do alto escalão da sociedade, “sabe” algo, a tendência é que haja sua manifestação sobre o assunto. Os efeitos de sentido nos dispositivos midiáticos são presentes e fornecem uma certa estabilidade nessa prática social, uma vez que emergem a todo instante e produzem identidades.

A construção do conhecimento passa pelo discurso e afeta indivíduos de várias maneiras, a ponto de determinar qual posição pode e deve ocupar para ser um sujeito inserido em um percurso histórico e que está subjugado às formas organizadoras do espaço social onde vive. Esse processo é capaz de produzir sentidos e gerar opiniões, significados.

O deslocamento é uma das grandes características do discurso. Por meio dele, “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2008, p. 105). A transferência, o movimento e os inúmeros percursos marcam as lutas, os sistemas de dominação, o poder desejável; caminhos possíveis que fascinam. O discurso, dito por Foucault, é:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Tratar de discurso é compreender o enunciado como parte fundamental dele, é um átomo do discurso. Em *A Arqueologia do saber* (2008), Foucault faz questionamentos acerca do enunciado, entre eles: quais os seus limites, traços? No que consiste? Ele traz o questionamento

sobre qual lugar o enunciado ocupa nas descobertas já feitas pela linguagem. Em outras palavras:

Foucault mostra que o que torna uma frase, uma proposição, um ato de fala em um enunciado é justamente a *função enunciativa*: o fato de ele ser produzido por um sujeito em lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado (GREGOLIN, 2004, p. 89, grifos da autora).

Logo, para existir a função enunciativa é preciso uma tomada de posição, relações com enunciados já existentes, regras de controle. O contínuo movimento de novos enunciados é que faz o sujeito mudar ou manter um posicionamento. São as determinações que passam pela história que influenciam essas mudanças.

Neste trabalho, busca-se compreender como essa função enunciativa ocorre no enunciado sobre o sujeito indígena na cidade de Dourados; como a história se faz presente por meio deles; e como é a relação desses enunciados com outros presentes no contexto sócio-histórico da cidade.

O enunciado, enquanto função enunciativa na perspectiva foucaultiana, tem sua raridade, exterioridade e acúmulo. O primeiro traço apontado em *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008) é a raridade. Ela é baseada no princípio de que nem tudo é dito: por mais que haja uma quantidade imensa de enunciados, sempre há um saldo negativo. Aliás, segundo Foucault, poucas coisas são ditas de fato.

Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, escolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles (FOUCAULT, 2008, p. 136).

Já a exterioridade ocorre porque há intensa relação entre enunciados; existe sempre uma margem povoada por outro enunciado. Ao projetar um enunciado, o sujeito não aplica sua consciência, seu entendimento individual, há uma coletividade. A sua produção carrega consigo marcas de um contexto sócio-histórico. Dessa forma, um sujeito falante pode ser considerado um autor. “Não importa quem fala” (FOUCAULT, 2008, p. 139), mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.

No último traço da análise enunciativa, Foucault (2008) nos traz a noção de acúmulo. Nele se faz presente a memória, um aglomerado de outros enunciados, em que existem relações entre enunciados já efetuados. Mesmo acionando uma memória, conceito abordado mais à frente, essa revisitação não tenta constituir o já dito, ou seja, não há de se pensar em voltar ao mesmo, pois no acúmulo existe sempre um novo. “Os enunciados na densidade do acúmulo em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar” (FOUCAULT, 2008, p. 141).

É possível perceber esses conceitos de Foucault por meio da proliferação de palavras, expressões, reações, escritas, falas. No sentido de que o discurso é movimento, os ideais também se movem a todo momento. A participação de determinado sujeito acerca de um assunto é alterada ao longo do seu tempo, e esses sentidos são uma ordem de pensar, baseada na ideologia desse sujeito. Esse mover ocorre pelo discurso materializado em outro discurso, em um jogo de práticas e formações discursivas, tópico presente ainda nesta seção.

Convém ressaltar que a pretensão desta pesquisa também é compreender como os enunciados do *corpus* constituem e interagem com os saberes sobre o sujeito indígena na cidade de Dourados e quais são suas influências nas práticas sociais, uma vez que esses enunciados não são livres, independentes e sempre estão inseridos em um jogo enunciativo. “Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Essa teorização de enunciado é muito produtiva para a relação do sujeito e o discurso. “É a partir desta concepção de sujeito como posição que a teoria do discurso de Foucault pode chegar à relação entre os enunciados e a historicidade” (GREGOLIN, 2004, p. 92).

O poder de um determinado enunciado não é classificado por quem foi o autor. Na verdade, isso pouco importa, surgindo o apagamento do sujeito-autor. O relevante para os discursos que circulam nos sistemas de dominação é o seu alcance.

Perdem importância também a identidade de seu autor, o momento e o lugar de seu aparecimento; em compensação, é sua extensão que deve ser medida: até onde e até quando eles se repetem, por que canais se difundem, em que grupos circulam, que horizonte geral delineiam para o pensamento dos homens, que limites lhe impõem e, caracterizando uma época, como permitem distingui-la das outras. Descreve-se, então, uma série de figuras globais (FOUCAULT, 2008, p. 160).

Em um mundo globalizado, com o avanço dos sistemas de comunicação, essa “ausência” do autor-sujeito de determinado enunciado é uma constante e passa despercebida. As informações aparecem, sobretudo nas redes sociais, e são disseminadas, compartilhadas,

publicadas sem a identificação de quem as criou. A facilidade de propagação faz com que elas cheguem ao maior número de pessoas e, nesse processo, pouco importa a figura do produtor.

Ao enunciar, um determinado sujeito entra em uma rede de formulações já existentes e inclui seu discurso dentro de um conceito construído culturalmente. “Ao produzir um enunciado, então, o sujeito deixa intervir, ao mesmo tempo, a situação, a história e a memória” (GÓIS, 2013, p. 77). Alicerçado em Góis, compreende-se que os discursos produzidos a partir do *corpus* não estão presentes sozinhos, mas sim inscritos na memória e na história formada por meio do discurso.

Apesar da presença constante do discurso em nossa civilização, há por ele um certo receio. Devido a esse sentimento respeitoso, existem sistemas de controle para dominar a proliferação dos discursos (GREGOLIN, 2004).

Na acepção foucaultiana, a convexidade de discursos e enunciados em suas funções enunciativas é executada diante de algumas práticas apresentadas em *A Arqueologia do Saber* (2008). Elas são chamadas de práticas discursivas e formam os enunciados em acontecimentos: “Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

As práticas não podem ser confundidas com a participação de um sujeito falante ao formular um pensamento, exprimir uma ideia. Elas se constituem nas estranhas, na profundidade. É isso que faz o enunciado ter efeitos poderosos e ser tão desejável. A análise proposta por Foucault se instala na percepção desse movimento constante dos enunciados e o intenso movimento do sujeito situado no tempo e no espaço. Essas práticas discursivas serão importantes para identificar esses efeitos no *corpus* e nos comentários presentes nele.

2.2 Método arqueológico e genealógico

Para entender como as práticas discursivas envolvendo questões indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul, são constituídas, será utilizado o método arqueológico de Michel Foucault, uma possibilidade para a análise. Nesse método, Foucault buscou compreender a transformação histórica do saber a partir das articulações entre os saberes e os poderes (GREGOLIN, 2004, p. 54).

Alicerçado em Góis, conjectura-se que “as coisas não preexistem às práticas” (GÓIS, 2013, p. 35). Logo, Michel Foucault está dizendo que o mundo e as coisas já existem, mas é

por meio dos enunciados que elas ganham corpo na história; e essa constituição passa por um processo dentro das práticas discursivas.

Gregolin compartilha a teoria de Foucault: “É, assim, no interior da reflexão sobre as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental que uma teoria do discurso vai-se delineando e encontra um lugar central na obra de Foucault” (GREGOLIN, 2004, p. 54).

Com o método arqueológico, pode-se verificar as relações entre o discurso e outros domínios, que são as práticas discursivas, os processos econômicos e os acontecimentos políticos (GREGOLIN, 2004). Para Gregolin:

O método arqueológico envolve a escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ele se constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber em uma certa época (GREGOLIN, 2004, p. 71).

A análise arqueológica de Foucault permite ao analista do discurso entender o porquê de surgirem, em épocas determinadas, certos enunciados e não outros (GÓIS, 2013). Nela, encontra-se o acontecimento discursivo que nos possibilitará perceber as condições que permitiram a aparição de discursos em um dado momento histórico.

Para Foucault, deve-se renunciar a temas como interpretação, análise histórica, repetição, que garantem a continuidade do discurso e sua secreta presença em jogo de ausências: “É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos” (FOUCAULT, 2008, p. 28). Nessa irrupção acontece a quebra de relações sociais entre as palavras e as coisas.

Sendo assim, a arqueologia foucaultiana tem o objetivo de romper o fio da continuidade e olhar diretamente para as fendas, descobrindo o descontínuo: “A análise arqueológica busca o emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que, ao mesmo tempo, o explicam e o determinam” (GREGOLIN, 2004, p. 77).

O método arqueológico considera as práticas discursivas para aclarar as não discursivas. Estas, fundamentadas em Foucault, estão nas práticas conhecidas do cotidiano da sociedade ocidental.

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é a pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que

depende - e que caracterizam a positividade a que pertence - podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação (FOUCAULT, 2008, p. 183).

Logo, as práticas não discursivas estão presentes na cultura, na política, na economia, entre outras. Há um entrecruzamento entre práticas discursivas e não discursivas. Góis revela que uma não é somente parte ou face da outra, e os dois conceitos são relevantes para a AD. “São formas de perpetuar a memória: reconstroem-se os discursos por meio de memórias que chegam até nós pelos signos e que são historicamente fragmentadas” (GÓIS, 2013, p. 73).

Já pelo método genealógico, os discursos são como acontecimentos de uma ordem de poder e, assim, buscam nas raízes a mecânica de um jogo de poder. Foucault investigou a construção histórica das subjetividades, dentro de uma estética de existência e ética (GREGOLIN, 2004). Estas são concretizadas pelo poder, não aquele propriamente dito, mas por ações reais e efetivas capazes à sujeição dos indivíduos, controlando o comportamento da sociedade.

O poder, acho eu, deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Compreende-se que o poder é estratégico e está presente de várias formas e em todas as esferas da sociedade, além de permear todas as relações que envolvem os indivíduos. “Os discursos produzidos por uma sociedade seriam, então, o resultado destes jogos de poder: múltiplos e igualmente multifacetados” (GÓIS, 2013, p. 39). A relação de forças e busca de poder se torna possível pelo/no discurso.

Por conseguinte, na fase genealógica, Foucault analisa os sistemas de ações que governam outras ações. Além disso, “enxergará [o discurso] por meio da análise de outras práticas (como sistema de aprisionamento, o sistema escolar, o sistema fabril etc.) e no interior da relação entre o saber e o poder” (GREGOLIN, 2004, p. 109). Nessa fase, Foucault percorre o caminho para explicar a regulação das práticas discursivas para chegar à construção da história das subjetividades.

Um sujeito, passível de entendimento de um determinado conhecimento de sua época, adentra o caminho do poder, surgindo a subjetividade em diversas esferas da sociedade. Sendo o *corpus* deste trabalho um enunciado acerca do sujeito indígena e os comentários dos sujeitos

a partir desse enunciado, entende-se que o sistema de estudos dos discursos de Foucault (saber, poder e subjetividades) são pertinentes a esta pesquisa.

Percorrer o caminho do saber da arqueologia e o de poder na genealogia são objetos fundamentais para a AD em uma perspectiva foucaultiana. O fio condutor do método arqueológico e genealógico, trabalhado por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (2008), é que o analista precisa para entrar na intimidade da produção e da distribuição de saberes e poderes, e, conseqüentemente, das subjetividades. Sobre estas, Foucault traz reflexões no tocante à constituição do indivíduo como sujeito, em uma relação de si mesmo para com os outros.

Para ter a compreensão desse método, é preciso investigar questões históricas e discursivas. No caso deste trabalho, almeja-se compreender como são constituídos os saberes e os poderes a respeito do indígena de Dourados, e as relações de poder no contexto sócio-histórico da sociedade douradense.

2.3 Acontecimento discursivo

Foucault faz críticas a fundamentos utilizados pela história tradicional, como a crença na verdade de documentos, a causalidade, a continuidade etc. Dessa forma, segundo o filósofo francês, o sentido apresentado na história tem intervenção dos historiadores, que escolhem os documentos extraindo aquilo que é de sua preferência.

A intuição inicial de Foucault não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso: é a raridade, no sentido latino dessa palavra; os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina; pois o que é poderia ser diferente; os fatos humanos são arbitrários, no sentido de Maus, não são óbvios, no entanto parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer os percebem (VEYNE, 1998, p. 237).

A base da proposta foucaultiana para AD é composta pelo “afastamento de noções utilizadas pela história tradicional (continuidade, linearidade, causalidade, soberania do sujeito) e a afirmação de uma ‘nova história’ (descontinuidade, ruptura, limiar, série, transformação” (GREGOLIN, 2004, p. 87). Logo, deve-se fugir daquilo que tem o objetivo de garantir a continuidade do discurso, e estar prontos para “colher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal [...] não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2008, p. 28).

O acontecimento discursivo é um vasto campo de possibilidades, formado por uma gama de enunciados já existentes. Ele permite, pela escolha de um conjunto ou uma amostra, decifrar as regras que possibilitaram a construção de enunciados a partir daquilo que já havia desaparecido há muito tempo; e essa restauração pode ser feita com fragmentos raros. Para Foucault, “Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral” (FOUCAULT, 2008, p. 30).

O acontecimento discursivo é uma condição de existência para um discurso, seja qual ele for. É nele que estão as regras de formação, a relação entre determinados enunciados e as práticas discursivas. Ele não pode ser visto de forma isolada. “Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 32).

O jogo das relações faz com que um discurso surja em um determinado momento e, em outra temporalidade, ele pode surgir novamente de outra forma. Desse modo, “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25).

O conceito de acontecimento discursivo está ligado à grande repercussão que um determinado enunciado pode ter. A mídia, em sua dimensão de alcance, pode fazer um assunto chegar ao maior número de pessoas, com proporções gigantescas, no entanto, só isso não é capaz de torná-lo um acontecimento discursivo. Já no universo de Dourados, notícias veiculadas acerca dos indígenas se convertem em acontecimentos, porque são realizadas por agentes sociais inseridos no contexto histórico da cidade.

A notícia publicada hoje, pensando pelo viés do acontecimento discursivo, é única, entretanto, não é nova, há algo já visto ali dentro. Sendo assim, os enunciados sobre os indígenas na mídia douradense são carregados de uma memória, de um passado “aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2008, p. 31-32).

2.4 Memória

A memória é um conceito que importa aos estudos de AD, sendo muito debatida nos trabalhos relacionados ao discurso. Ela permite a formação de um saber, de um pensar. E esse conhecimento é marcado por intensas lutas ao longo da história, posto que sempre é utilizado em táticas de busca do saber atual. Esse processo fica “estacionado” em memórias.

O campo da memória é capaz de criar hierarquias e subordinações dos enunciados. No momento em que um determinado sujeito falante, inserido em uma época do seu tempo, recebe um enunciado, este será apoiado em uma rede de memória do sujeito; é a partir disso que ele tece comentários, participações e interpretações acerca daquilo que foi recebido.

A memória também passa pela história. Devido à constituição do indígena ser ponto importante para este trabalho, a história nos conta que, apesar de sempre estarem em um território seu, os indígenas foram vistos como uma parte que não iria para o mesmo caminho de “progresso” almejado para o país, fora daquilo que se imaginava como civilização, evolução, sendo apontados com um “peso” para um processo bem-sucedido. Assim sendo, quando um sujeito se depara com determinado enunciado sobre o indígena, aciona uma memória interna e, na maioria das vezes, é influenciada por outros enunciados já existentes, tendo uma percepção ruim dos indígenas.

A forma com que o indivíduo é atingido pelo discurso tem ligação direta com a rede da memória, apreendendo-o com influência de outros discursos; ao praticar um enunciado, ele torna-se porta-voz daquilo que o afetou até o momento de sua participação. Isso implica o lugar social e histórico ocupado por esse sujeito, cujo jogo de funções enunciativas não seria possível sem a memória. Não fosse esta, não haveria as redes de pensamentos, de ideologias, de posições sociais. Sem ela, o discurso nada seria. “Ao produzir um enunciado, então, o sujeito deixa intervir, ao mesmo tempo, a situação, a história e a memória” (GÓIS, 2013, p. 77).

Góis, amparado em Foucault, afirma ainda que, ao analisar os enunciados, precisa pesar seu “valor” (GÓIS, 2013, p. 77). Para Foucault, esse valor não é:

Definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e de troca, sua possibilidade de transformação, não apenas na economia dos discursos, mas na administração, em geral, dos recursos raros (FOUCAULT, 2008, p. 136).

A teorização de Foucault nos leva a perceber que a todo momento o sujeito é envolvido com enunciados, e a memória contribui para a elaboração de conceitos sobre o indígena na sociedade de Dourados. Com esta pesquisa, pretende-se notar a presença de enunciados na consciência dos indivíduos que fizeram comentários acerca do *corpus*, entendendo a

reutilização de outros enunciados e analisando possíveis índices de memória nessas participações, bem como identificar marcas, opiniões e acepções implícitas, e se há adaptação, repetição, apoio ou divergência.

O processo histórico é construído pelos discursos, criando um “imaginário histórico” coletivo a respeito dos enunciados. Quando tratamos da temática indígena, a cada notícia a memória vem à tona: “São formas de perpetuar a memória: reconstruem-se os discursos por meio de memórias que chegam até nós pelos signos e que são historicamente fragmentadas” (GÓIS, 2013, p. 73). Essa rede de enunciados não afeta somente o sujeito individualizado, mas enquanto coletivo, surgindo a memória discursiva, conceito que será trabalhado a seguir.

2.5 Memória discursiva

A construção histórica ligada a lugares e práticas é capaz de constituir um conceito no sujeito. Isso se dá por intermédio de contextos históricos, já ditos, pré-formulados, independentemente de percepção e aceitação por parte do indivíduo. Atualmente, o sujeito douradense tem determinado pensamento em relação ao indígena por conta desse percurso em jogo: o indígena é X, Y e Z. Essa ideia é acionada toda vez que se ouve ou se lê algo sobre o indígena de Dourados, e é a memória discursiva que permite entender isso como natural, algo “normal”, digamos assim.

A memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31). Pêcheux corrobora essa noção:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita (PÊCHEUX, 1999, p. 52, grifos do autor)

Todo sujeito é afetado por uma memória, no entanto, no sentido de estar inscrita no uso da palavra de um sujeito do discurso, ela é considerada coletiva, envolvida em uma rede de implícitos. A memória discursiva “deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

2.6 Interdiscurso

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas palavras” (ORLANDI, 2001, p. 32). Com isso, ao dizer determinada coisa o sujeito está sendo afetado pelo que já viu e ouviu. Há uma circulação interna com o interdiscurso, a memória. Dessa maneira, no discurso proferido ecoa algo mencionado em outro lugar. Essa noção de interdiscurso nos traz o atravessamento entre discursos, mostrando, assim, que, ao manifestar qualquer discurso, o sujeito não está sozinho: há ali uma representação de outras formas já ditas que também passam pela memória.

O modo como a memória é acionada tem sentido direto com as condições de produção de um determinado discurso. Estas são classificadas como contexto imediato. Considerando-as em sentido amplo, elas incluem o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2001). Compreende-se, então, que a memória discursiva é um interdiscurso, sendo “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2001, p. 31).

Durante o pronunciamento de um enunciado, filiamo-nos à rede de sentidos, posto que não existe sujeito anterior a qualquer experiência, dono de uma verdade, mas é impossível saber como fazemos isso³. Sendo assim, indaga-se: por que existem comentários marginalizando os indígenas? A ideologia e os discursos pré-concebidos e já ditos estão por trás disso. Dessarte, a AD permite levar em conta os efeitos e explicar esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas produz seus efeitos por meio de enunciados pré-existentes e repetidos (ORLANDI, 2001).

Para Foucault, conceitos como interdiscurso, práticas discursivas, acontecimento, memória discursiva, derivam de uma formação discursiva, apresentada na próxima seção.

2.7 Formação discursiva

Pela teoria de Foucault, quando o sujeito toma posição é um sinal de que ele foi afetado pela relação entre enunciado e historicidade. “Pensando o ‘sujeito’ como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas, é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua consequente articulação com os poderes” (GREGOLIN, 2004, p. 59).

³ “Além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

De acordo com Gregolin, o sujeito é o resultado de uma produção que segue três eixos: ser-saber, ser-poder, ser-si. Nesse processo de produção, ele tem a ilusão de que ideias, palavras e dizeres, ao partirem de si próprio, são seus, no entanto, essa ilusão ocorre porque se esquece do pré-construído, daquilo que já ouviu e viu outrora.

Os sentidos dos enunciados existentes na sociedade chegam aos indivíduos com sentidos de transparência; os do campo midiático, há, ainda, o apoio de uma imagem de credibilidade. Todavia, em todos eles existem sentidos, posições e ordem de pensar e a sua materialidade segue a formações discursivas.

A formação discursiva se define quando se pode estabelecer um conjunto semelhante, como se qualquer objeto do discurso encontrasse seu lugar em determinado sistema. A origem, sua modificação, seu lugar, sua exclusão, são pontos da formação discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifos do autor).

Por conseguinte, o discurso é regido por um poder invisível, mas vigente, regulador daquilo que deve ou não ser dito. Esse domínio pode ser feito pelo saber, que coordena e faz a subordinação dos enunciados que aparecem.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Entende-se que o sujeito é influenciado pela rede de opiniões de um dado interdiscurso, gerado a partir do conteúdo de ideias pré-concebidas nos grupos sociais, aos quais estão inseridos tais sujeitos. Assim, a sociedade se constitui por diversas formações ideológicas, e cada uma delas corresponde a uma formação discursiva, com suas regras e estratégias. Nesse campo, estão o discurso, o sujeito e o sentido (GREGOLIN, 2004).

2.8 Arquivo

Vimos que a AD para Michel Foucault deve ser delineada por uma série de conceitos fundamentais para a sua teoria. Para o filósofo francês, não se pode descrever de modo exaustivo o arquivo de uma civilização, de uma época, de uma sociedade. O arquivo é o conceito mais amplo dado pela proposta de Michel Foucault, para quem:

O domínio dos enunciados assim articulado segundo a priori histórico, assim caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas, não tem mais o aspecto de planície monótona e indefinidamente prolongada que eu lhe dava no início, quando falava de “superfície do discurso”; deixa igualmente de aparecer como o elemento inerte, liso e neutro em que vêm aflorar, cada um segundo seu próprio movimento, ou estimulados por algum dinamismo obscuro, temas, ideias, conceitos, conhecimentos. Temos de tratar, agora, de um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo (FOUCAULT, 2008, p. 146).

No arquivo são reunidas as possibilidades de encontro das ideias a serem expressas nos interdiscursos, em que são expostos os sistemas de enunciados acerca de determinado fato. Ele, enquanto sistema de discursividade, transforma enunciados e discursos em acontecimentos; é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2012, p. 158).

Portanto, depreende-se que o arquivo, em Foucault, não se trata de um depósito de ideologias ou fatos previamente anunciados, mas a conexão dos discursos de diferentes ordens que consideram o espaço e tempo ao qual estão inseridos.

O constante surgimento e apagamento de determinados enunciados é seguido por um conjunto de regras. Logo, o arquivo nos permite buscar por meio dos conceitos apresentados (memória; memória discursiva; interdiscurso; formação discursiva) a compreensão de regras e caminhos percorridos em certo espaço e tempo.

Dessa forma, o discurso construído a partir do acontecimento histórico-discursivo selecionado como *corpus* não seria de forma alguma isolado, ele não emergiu naquele momento, mas é um acontecimento inserido na história da cidade de Dourados e esse contexto se faz presente por meio do discurso.

Ao observar o *corpus* de análise desta dissertação, são relacionados à memória e ao interdiscurso dos sujeitos os que colaboram para a repetição da imagem indígena com aspectos

de violência e de desprezo, e que são reverberados de longa data, não sendo observado apenas naquela situação, mas, especialmente, na imagem, no signo carregado desses sujeitos de outras épocas, de outros discursos.

No capítulo seguinte, referente à análise das materialidades, são expostos esses conceitos do discurso a fim de perceber as demonstrações de raiva e violência quando se trata de um assunto envolvendo um indígena e o seu cavalo no município de Dourados. O retrato de inutilidade desse indivíduo, conforme a história contou desde o século XVI, é repetida, com outros contornos e instrumentos, acionada pelos mecanismos do discurso que se valem da memória e do arquivo dos sujeitos diante da sua formação discursiva.

2.9 Maingueneau e suas contribuições

Dominique Maingueneau tem obras e pesquisas relacionadas à mídia, sobretudo, a textos publicitários e jornalísticos nos quais o autor utiliza exemplos para tornar explícito seu ensinamento acerca da análise dos funcionamentos textuais. Em suas obras há conceitos fundadores da AD que serão mobilizados para a estrutura metodológica desta dissertação.

2.9.1 As cenas de enunciação

Segundo Maingueneau (2013), as cenas de enunciação são compostas por três cenas: a englobante, a genérica e a cenografia. Essas ferramentas são capazes de fazer com que o discurso esteja atrelado a sua materialidade. A classificação ocorre em três etapas porque há uma mais superficial e aquela mais profunda.

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso. Dessa forma, é quando o sujeito recebe o enunciado, se situa e entende a qual tipo de discurso ele pertence: religioso, político, publicitário etc. Cada discurso é organizado com uma finalidade, e é nessa organização que está a cena englobante, na “linha de frente”, o primeiro impacto para o leitor. Além de se mostrar como o primeiro passo das cenas propostas por Maingueneau, a cena englobante também é determinada por meio das relações sócio-históricas de certa sociedade. (MAINGUENEAU, 2013).

A cena genérica é o momento em que o sujeito assume de fato um papel. Essa cena é composta por vários gêneros do discurso com os quais nos defrontamos. Essa ferramenta de comunicação é mesclada por vários gêneros já existentes e conhecidos pelos sujeitos. Diante do leque de gêneros do discurso existente estão jornais, panfletos etc., não havendo a

necessidade de se criar novos gêneros para cada situação, pois eles já estão aí e são capazes de criar uma manutenção das relações sociais, uma vez que definem a participação de cada sujeito. “Num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um candidato dirigindo-se a eleitores; numa sala de aula, trata-se de um professor dirigindo-se a alunos, etc.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 97). Assim, o sujeito-enunciador é o responsável por situar o leitor dentro de uma cena enunciativa.

Diante disso, as duas cenas formam um conjunto a partir do qual o enunciado ganha sentido. Já a cenografia é o nível mais profundo e coloca a cena genérica em segundo plano. Por exemplo, quando o sujeito tem acesso a determinada notícia sobre violência envolvendo indígena e não é dada tanta importância para a cena genérica “violência”, o sujeito é capaz de voltar a atenção para a questão indígena e isso o coloca em um papel diferente de leitor. Note-se que se fosse uma notícia sobre violência sem a presença de um sujeito indígena dentro de um mesmo acontecimento, a interpretação seria distinta.

A cenografia legitima sua existência enquanto enunciado. “A cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra” (MAINGUENEAU, 2013, p. 98). Para o autor, o texto diz aquilo que deve permitir validar a cena, ou seja, a cenografia se apoia em cenas validadas, uma vez que está instalada na memória coletiva de determinada sociedade. Elas estão presentes no contexto sócio-histórico e os sujeitos têm tanto contato a ponto de não precisar explicá-las.

2.9.1.1 O discurso direto: “genuíno e de boa fonte”!

Maingueneau faz observações sobre o emprego discursivo do discurso direto. O autor aponta que essa ferramenta pode ser usada pelo sujeito-enunciador para reproduzir exatamente as palavras de outrem em seu discurso. Esse modelo de escrita é muito utilizado nos discursos jornalísticos. Maingueneau (2013, p. 182, grifo do autor) trata o discurso direto como “uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade, de uma espécie de imitação”. E como “a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata”.

O discurso direto pode parecer fiel às palavras do enunciador citado, mas ele não pode ser objetivo. “O discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante” (MAINGUENEAU, 2013, p. 182). Utilizando essa opção discursiva, o sujeito-enunciador oferece o enfoque que acha pertinente para causar o efeito de sentido em seu enunciado. Essa opção discursiva é potencialmente ligada aos discursos jornalísticos, como é o caso do *corpus* desta dissertação. Além da sensação de ser legítimo por

indicar que as palavras usadas foram realmente proferidas, ele mostra-se sério, e a seriedade está ligada à credibilidade, qualidade crível almejada pelos veículos de comunicação (MAINGUENEAU, 2013).

A imprensa tende sempre a usar o uso das aspas para marcar o discurso direto no enunciado. Essa ferramenta é uma forma de contextualizar a participação do enunciado citado no contexto da reportagem. Dentro dos discursos jornalísticos existem vários gêneros: editorial, artigo, crônica, coluna, reportagem, entre outros. A utilização das aspas é muito mais comum nas reportagens. Esse gênero é caracterizado por um sujeito-enunciador reportando determinado assunto e, na maioria das vezes, ele é baseado em depoimentos, testemunhos, entrevistas de terceiros. Por conta disso, o discurso direto com o uso das aspas se faz tão presente no momento de trazer o sujeito citado para o enunciado, uma vez que “todo o ato de enunciação é assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido” (MAINGUENEAU, 2013, p. 22, grifos do autor).

3 ANÁLISE DAS MATERIALIDADES

Tornar um acontecimento notícia é o papel dos veículos de comunicação e é uma ação contínua dentro das redações, nome dado aos locais onde ficam os profissionais de um determinado veículo de comunicação. Agora, como determinar que um acontecimento pode vir a ser notícia?

Em um primeiro momento parece uma resposta simples, óbvia, clara. A rotina de uma redação de jornal é bem parecida, independentemente do tamanho do veículo de comunicação. Todos os dias os profissionais debatem aquilo que será publicado, seja em um jornal impresso, de televisão, ou em um *site* de notícias. Esse momento é chamado de reunião de pauta e, como o nome sugere, trata da sequência de temas que serão expostos na próxima edição a ser publicada.

A pergunta do início deste capítulo é definida de várias formas pelos jornalistas. Há quem diga que é preciso um “bom faro”, aquilo que é relevante para a sociedade em questão. O fato é que não é fácil definir essa logística de transformar um acontecimento em notícia.

Em um trabalho para criar uma teoria da produção de notícias, Lobo (1970) trata da escolha dos veículos de comunicação sobre “apostar” em determinado assunto e não em outro para veicular em seus conteúdos. Para o autor, notícia é “simultaneamente um relato selecionado de acontecimentos passados e um fator constituinte da configuração de acontecimentos futuros” (LOBO, 1970, p. 514).

A liberdade de imprensa é, nos meios de comunicação, uma premissa básica, assim como a atribuição de reportar os acontecimentos como notícias. O poder atribuído à mídia para decidir aquilo que será noticiado faz como que ela crie a notícia pensando na narrativa que julgue interessante construir. O valor dessa notícia é baseado em uma soma daquilo que pode ser válido a fim de alcançar audiência.

Dois ideias trabalhadas por Lobo (1970) são importantes para analisar o *corpus* desta dissertação. A primeira delas é em relação ao “furo” de reportagem. No jargão da imprensa, o “furo” é uma informação exclusiva e dada em primeira mão⁴; na concepção dos veículos de comunicação, isso atrai mais público para o que é veiculado. Ser o único veículo a ter

⁴ Para Galiego (2013), o “furo é o resultado da criação de uma pauta relevante e inovadora e de uma investigação plena para a construção da notícia e sua divulgação exclusiva”. Oliveira (2014, p. 6) explica que a “palavra ‘furo’, ou ‘scoop’ em inglês, designa a notícia dada em primeira mão, com exclusividade, por um jornal ou revista (impresso, rádio, televisão ou online); um jargão jornalístico criado no interior das redações para designar a ‘notícia exclusiva’, ou a ‘grande notícia’”.

determinado conteúdo traz certa vantagem, no sentido de atrair mais a atenção do leitor/expectador/ouvinte. Um exemplo citado por Galiego (2013) é o famoso caso Watergate.

Em 1972, os jornalistas norte-americanos Bob Woodward e Carl Bernstein investigaram a fundo a tentativa de cinco pessoas de fotografar documentos e instalar escutas no comitê do Partido Democrata, opositor ao então presidente Richard Nixon. Após meses de apuração, os jornalistas do *Washington Post* descobriram que Nixon estava envolvido na espionagem, o que resultou na renúncia do presidente.

Outro exemplo, citado por Ormaneze e Fabbri Junior (2017), é a publicação do jornalista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*, envolvendo o presidente da República, Michel Temer (PMDB), e o empresário Joesley Baptista, divulgada no jornal impresso *O Globo* em dia 17 de maio de 2017.

[...] Baptista, em delação premiada no contexto da Operação Lava-Jato, entregou a gravação feita na noite de 7 de março de 2017, de uma conversa com o presidente Temer, na residência oficial em Brasília. Além do presidente, o então senador Aécio Neves (PSDB-MG) também foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley. A existência do diálogo que veio a público como furo de reportagem tratava de uma (suposta) compra do silêncio de Eduardo Cunha, que já estava preso. A divulgação do fato instalou uma crise no governo e, uma semana depois da divulgação, o empresário e a família se mudaram para Nova York. Temer, na mesma noite do furo, negou, em nota, que teria solicitado quaisquer pagamentos (ORMANEZE; FABBRI JUNIOR, 2017, p. 5).

No contexto indígena, pode-se citar a reportagem exclusiva elaborada pelo jornalista Igor Carvalho, publicada em 20 de junho de 2020 no jornal *on-line Brasil de Fato*, intitulada “Funai gastou R\$8 com cada indígena em ações de combate à pandemia”, detalhando no início da reportagem que:

Nos últimos 114 dias, desde a confirmação do primeiro caso de coronavírus no Brasil, a Fundação Nacional do Índio (Funai) gastou apenas R\$6,6 milhões em medidas para proteger a população indígena da doença. O valor corresponde a 1,18% do orçamento anual da entidade, que é de R\$507 milhões. Os dados foram obtidos pelo Brasil de Fato via Lei de Acesso à Informação (LAI) (CARVALHO, 2020).

Em tempos de redes sociais, isso é ainda mais importante. Qualquer um pode presenciar um fato e torná-lo público, por isso é pertinente ao veículo publicar o conteúdo o quanto antes. Lobo (1970, p. 515) afirma que: “A definição de acontecimento-come-notícia, ou seja, o ‘valor-notícia’, é estabelecida por aqueles jornais que primeiro ‘agarraram’ a história”. Sendo assim,

a base da notícia não é o acontecimento empírico, mas aquilo que a mídia julga relevante para ser noticiado e como será feito.

A notícia se origina em uma linha entre uma oposição do real com o que está, supostamente, por trás do acontecimento. Ela é construída sobre uma perspectiva de mundo do sujeito-enunciador. A concepção da forma como o acontecimento vira notícia é pautada também nos interesses dos detentores dos direitos do veículo onde o jornalista trabalha.

A reportagem em análise ganhou a forma que ganhou, porque o animal em questão era um pangaré e um indígena, supostamente, seu proprietário; se fosse um cavalo puro sangue, a narrativa teria sido outra. O jornal *O Vigilante* foi um dos primeiros a noticiar a morte do cavalo, sendo que essa informação chegou à redação por meio de leitores que entraram em contato com o jornal, podendo ser inferido que o conjunto de dados que levou à construção da notícia, conforme será trabalhado mais adiante, não foi a mais próxima da realidade. Isso porque há certo conhecimento de que os indígenas circulam pela cidade de Dourados, muitas vezes, em carroças puxadas por animais menosprezados, tais quais o dono, como os da imagem estampada na notícia, sendo bem provável que o sujeito-enunciador pincele no texto os preconceitos já existentes na cidade em relação aos indígenas, deixando nele rastros de outras matérias sobre assunto equivalente.

Os jornais seguem caminhos pré-estabelecidos para construir narrativas de um mesmo assunto. Para Lobo (1970, p. 515), “o acontecimento é descrito e analisado segundo ‘ângulos’ desenvolvidos nas reportagens anteriores ao próprio acontecimento”. Qual veículo de comunicação de Mato Grosso do Sul nunca publicou uma notícia capaz de criar um imaginário negativo acerca dos indígenas do estado, sobretudo, Dourados? Estupros, conflitos territoriais, histórias de álcool e droga etc. Os acontecimentos viram notícias seguindo, ao que parece, as mesmas formas pré-estabelecidas: negatizar o sujeito indígena.

Dentro das redações dos jornais há um conceito chamado *suíte*⁵. É uma atualização de determinado assunto. A ideia é fazer o leitor/telespectador/ouvinte lembrar do contexto abordado anteriormente. O novo da notícia deve ser colocado no início para ter uma “pitada de novidade”. Esse elemento de novidade também é abordado por Lobo (1970, p. 516):

Todavia, observa-se, para reter o interesse do leitor, a reportagem deve conter alguns elementos de novidade (“notícia”) e assim, dentro dos limites das definições que precederam a situação, a atenção será dirigida para aspectos

⁵ “Lembre-se da *suíte*, que deve rememorar os fatos anteriormente divulgados. Serve para contextualizar o leitor sobre o assunto. Prefira colocar a *suíte* nos últimos parágrafos da matéria e não no início. Quando possível, as matérias que tratam do mesmo assunto podem ser ‘linkadas’ no final” (DICOM, 2017, p. 15).

atípicos, que então se tornam os principais “ângulos” em torno dos quais a reportagem cristaliza.

Com base na afirmação de Lobo, seja na utilização da suíte ou em uma notícia não publicada anteriormente, há sempre um já percorrido nas notícias dos veículos de comunicação. Ou seja, independentemente do acontecimento empírico, os jornais já têm um roteiro “traçado”, de forma tácita ou não, de como a notícia deve ser construída quando o sujeito é indígena. A “forma” para criar o enunciado é tendenciosa e está inscrita em uma historicidade capaz de constituir os discursos e os sujeitos no contexto sócio-histórico de Dourados. “Os acontecimentos serão selecionados para notícia nos termos do seu ajustamento ou consonância com imagens pré-existentes – a notícia do acontecimento irá confirmar ideias anteriores” (LOBO, 1970, p. 515)

Para alcançar o objetivo de ter audiência em suas publicações, os jornais seguem uma estrutura em suas reportagens (LOBO, 1970). Os conteúdos não podem ter ambiguidade, logo, precisam ser redigidos de modo claro, utilizando linguagem acessível ao público, inclusive por isso existem manuais de redação para jornalistas; os fatos devem ser atuais, produzir impacto e continuidade, apresentar certo negativismo, entre outros. O conceito é que, se o jornalista seguir esse caminho, terá um texto mais objetivo e claro, conseqüentemente, alcançará o convencimento com a informação. Dito de outra forma, os jornais seguem uma estrutura a fim de obter a adesão de seu público, além disso, seguem o caminho pré-construído para reafirmar ideias já existentes acerca do assunto em debate.

Partindo desse princípio, antes mesmo de fazer circular determinada notícia, os veículos sabem aonde chegarão, qual ponto será atingido dentro de uma memória coletiva, e, quanto maior a falta de conhecimento do jornalista acerca do assunto, maior a probabilidade de ele seguir um enquadramento estabelecido anteriormente e usar a zona de conforto do pré-construído sobre o assunto para elaborar suas matérias. Como já foi dito, a notícia que compõe o *corpus* desta dissertação foi feita segundo fotos e informações repassadas por populares, mostrando pouco conhecimento do sujeito-enunciador da reportagem acerca do acontecimento, levando-o para o enquadramento já existente: indígenas como marginais, selvagens, preguiçosos e outros termos menos dignos de nota.

Consoante a teoria traçada por Lobo, é possível perceber uma inferência por parte do jornal sobre o assunto. Imagine o telefone da redação tocando ou recebendo as informações por mensagem. A testemunha passa a versão dela acerca do acontecimento e, com base nisso,, o jornal publica a notícia.

A testemunha trata-se de moradora do bairro Santa Fé, vizinho à Reserva Indígena de Dourados (RID). Além de estar nos arredores da RID, esse bairro, como outros da região, foi criado nas últimas duas décadas, sendo esse avanço do perímetro urbano estratégico por parte do poder público-privado, uma vez que agem juntos para ocupar áreas que são ou virão a ser reivindicadas pelos indígenas como territórios tradicionais. Como ponderam Mota e Cavalcante:

Muitos acampamentos indígenas estão localizados nas bordas da Reserva, como é o caso do Ñu Verá e Boqueron. Ou seja, existem disputas por territórios que estão sendo tecidas “fora” da Reserva e, a criação de novos bairros e condomínios fechados está sendo implementada como uma forma de impedir ou dificultar as retomadas indígenas pelos seus territórios étnicos (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 272).

Logo, não espanta que a ligação fosse para falar algo negativo dos indígenas. O conhecimento de como funciona o sistema de participação dos cidadãos nas redações de jornais sugere idealizar essa cena. Dessarte, a matéria foi publicada seguindo uma estrutura inferencial:

O desenvolvimento de uma estrutura inferencial é um processo de simplificação e interpretação que estrutura o significado dado a determinada história, de acordo com o seu valor inicial como notícia. Não se trata, portanto, do desenvolvimento intencional de uma inclinação pró ou contra determinado evento. A história interpretada e simplificada toma o seu lugar como parte da informação acerca de acontecimentos na sociedade, sendo tudo interpretado através do mesmo processo de comunicação, isto é, segundo o valor-notícia originariamente estabelecido. Este processo é visível como efeito final das sucessivas reduções do relato noticioso operadas de acordo com o desenvolvimento de certos temas básicos (LOBO, 1970, p. 518).

A inferência também é observada por Gregolin (2007, p. 17): “O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”. Ou seja, o olhar lançado inicialmente sobre o acontecimento traz consigo marcas de uma memória acerca dos indígenas de Dourados. Esse pensamento precede à elaboração da reportagem, e a memória do sujeito-enunciador sobre o sujeito indígena é ativada para acionar o ponto de vista do leitor sobre a notícia.

Na sociedade contemporânea, a mídia é a principal ferramenta discursiva para contar a história presente. Por esse motivo, ela é capaz de criar uma relação de confronto entre aquilo que se guarda na memória e o esquecimento. Se for analisada no contexto da sociedade de Dourados, essa relação de confronto atravessa e forma o cidadão sob a perspectiva da historicidade do indígena, formando uma identidade do caminho percorrido e daquilo vivido

até hoje. Assim, há uma inesgotável produção de subjetividades por parte da mídia, conforme esta afirmação de Gregolin:

A subjetividade não se situa no campo individual, mas no de todos os processos de produção social e material e, conseqüentemente, o sujeito moderno é um consumidor de subjetividade: ele consome sistemas de representação, de sensibilidades. A subjetividade está em circulação, é essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. Colocando em circulação enunciados que regulamentam as formas de ser e agir, os meios de comunicação realizam um agenciamento coletivo de enunciação, entrecruzando determinações coletivas sociais, econômicas, tecnológicas etc. (GREGOLIN, 2007, p. 21).

A temática indígena se faz presente na sociedade de Dourados devido à presença desses povos no contexto sócio-histórico e político do município. A mídia se coloca como um importante ator no processo de construção da imagem desses sujeitos indígenas, com a produção de discursos específicos sobre a violência, e contribuem para o modo como os indígenas são vistos pelos não indígenas, uma vez que a mídia faz um trabalho discursivo na produção de identidades.

As reportagens de cunho negativo sobre o indígena fazem parte do cotidiano em Dourados e deixam o assunto “natural” para os moradores da cidade. A naturalização da questão da violência minimiza o contexto sócio-histórico. Não há um debate sobre a falta de políticas públicas dentro da reserva indígena de Dourados, da ausência do Estado perante os desafios dos indígenas (saúde, educação, cidadania etc.); isso tudo é apagado. O que interessa nas reportagens é direcionar o público, com práticas discursivas, reforçando a negatividade do sujeito indígena.

A notícia analisada não tem assinatura de nenhum jornalista responsável; não há indício de quem elaborou a narrativa, a forma, seu conteúdo. Do ponto de vista discursivo, conteúdo, forma, não importam por si, é preciso mais para um texto produzir sentidos. Para Foucault (2008), um texto solto, de forma livre, é apenas um suporte material e não é suficiente para conceber uma função enunciativa. De fato, o filósofo afirma:

Não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em uma relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente (FOUCAULT, 2008, p. 110).

Os enunciados não são livres, tampouco neutros. Eles sempre estão inseridos em um conjunto, em uma série anterior ou posterior a eles, e o jogo enunciativo só ocorre com a

participação de vários enunciados; sempre há uma influência que, por menor que seja, afetará o jogo com sua participação (FOUCAULT, 2008). A forma como o sujeito-enunciador narra o acontecimento é afetada diretamente por esse encaixe de peças do passado e do presente.

A redação do *site O Vigilante* fica na cidade de Dourados, e os profissionais utilizam o local para criar as notícias do jornal. O sujeito-enunciador pode ser natural da cidade, ou não, mas o fato é que conhece o contexto sócio-histórico do município, vivência a realidade local e, ao produzir o enunciado, tudo a sua volta se faz presente neste. A ação do jornalista diante da notícia é carregada de conceitos, opiniões, julgamentos, e todos esses fatores são levados para a reportagem. “Eis porque o repórter leva para o campo da reportagem toda uma série de expectativas e juízos prévios que largamente vão estruturar (inferencialmente), não apenas aquilo que vê, mas o como reporta aquilo que viu” (LOBO, 1970, p. 519.). No caso da reportagem em análise, a percepção de expectativas e juízos vieram à distância, diante de relatos de terceiros. Logo, a inferência acerca do acontecimento aconteceu duas vezes.

A falta de assinatura de uma reportagem como a analisada é uma atitude distinta das demais reportagens do jornal *O Vigilante*, que vêm assinadas por um profissional. Quando não há, surge ao menos o termo “da redação”, utilizado em materiais institucionais.

Dentro do campo midiático, o discurso jornalístico tenta vender uma imagem de imparcialidade. Essa tentativa decorre de um suposto modo de ser de isenção, caracterizando o jornalismo como uma atividade na qual o jornalista é honrado com a verdade e exerce fidelidade aos fatos. Na teoria do jornalismo, o discurso jornalístico é carregado com sentidos do sujeito-enunciador, dependendo do tema a ser tratado ou da figura sobre quem recai a notícia. Ele, o sujeito-enunciador, cria uma determinada imagem, de forma a se harmonizar com seu posicionamento, que representa o pensamento do jornalista ou mesmo do próprio jornal (CANO, 2012).

Ainda segundo Cano (2012), esse posicionamento pode ser assumido pelo enunciatário que é situado sócio-historicamente e faz parte do processo de construção de sentidos. A idealização da mensagem criada pelo sujeito-enunciador só fará sentido se o enunciatário estiver inserido na realidade sobre o assunto. Assim, este será capaz de compreender e até criar novos sentidos ao enunciado, caso haja adesão acerca da mensagem. Ressalta-se que esta dissertação é trabalhada pelo viés de um posicionamento ideológico do sujeito-enunciador capaz de criar possíveis sentidos em seus enunciados.

O jornalismo tem papel ativo na estrutura da sociedade, ajudando a construir visões de mundo, formar opiniões, edificar identidades coletivas etc. Essa pluralidade de alcance do discurso jornalístico o faz ter relevância no espaço social. Os jornalistas fazem parte deste

espaço, apesar de, muitas vezes, tentarem um posicionamento afastado dele. Os “jornalistas podem diferir quanto a posições ideológicas ou valores, mas ocupam posições similares no espaço social, fruto de trajetórias semelhantes e de padrões comuns de socialização, nas universidades e nas redações” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 63).

Assim, se todo discurso é uma construção social situada, marcada, afetada por uma rede complexa de relações, então não é diferente com o discurso jornalístico. Diante disso, a noção de imparcialidade do discurso jornalístico não impera, e sim há um discurso redefinido de maneira mais democrática, pautada em diversos interesses para atender à necessidade de produtores e consumidores de notícia. Para construir efeitos de sentido, o jornalismo toma para si a responsabilidade por um papel supostamente neutro, livre e ético, “capaz de garantir e promover o debate entre diferentes perspectivas e interesses, estabelecendo os limites razoáveis para esse debate” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 60).

Segundo um estudo⁶ realizado pelo Reuters Institute e a Universidade de Oxford, o Brasil é o segundo país com a maior confiança na mídia. O trabalho mostra que 60% dos consumidores de notícias *on-line* confiam nos veículos de comunicação. Portanto, para a maioria dos indivíduos, o jornalismo (re)produz discursos de maneira equilibrada e fiel. Todavia, dentro desses discursos estão as vozes com interesse no acontecimento, entre elas, a do próprio sujeito-enunciador. Esse conjunto promove debates suficientes para compor o noticiário. Desse modo, ao narrar um fato, o jornalista está relatando o acontecimento alicerçado em sua visão de mundo, tornando-se difícil sustentar a imparcialidade defendida pelos meios de comunicação.

As notícias ocupam um espaço privilegiado no discurso jornalístico. É na transição de um acontecimento em notícia que serão elencadas as páginas do jornal; o assunto de capa terá maior destaque daquilo que vai para as páginas finais. Todas as ações do veículo de comunicação têm como norte a notícia. Esta não tem como função primária informar, mas transformá-la em um fato noticioso, “ou seja, um fato, por si só, não vende jornal, o que vende é a construção noticiosa que se faz dele” (CANO, 2012, p. 22). Por sua vez, a construção noticiosa está diretamente ligada à ideologia do jornal.

As notícias podem ser classificadas em duas dimensões. A tática é a primeira, a forma como a notícia será veiculada: uma reportagem, um editorial, um artigo etc. A segunda é a dimensão estratégica, e, como o próprio nome diz, é a mais importante. Nela o acontecimento

⁶ Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/brazil-2017/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

será apresentado de acordo aspectos pessoais, sociais, históricos, ideológicos etc. Essas variantes determinam o modo como a notícia será trazida ao mundo (SOUSA, 2002).

A notícia é consolidada a partir de uma interação de forças ideológicas, culturais, comportamentais, sociais. Dito de outra forma, notícia “é um campo do conhecimento humano de natureza dialógica; é um produto originado da interação de diferentes forças: um produto dialógico” (SANTOS; RODRIGUES, 2017, p. 532).

O sujeito-enunciador, no caso do discurso jornalístico, o jornalista, é quem tem o contato com o acontecimento; ele transforma o acontecimento em notícia caracterizando uma certa atualidade no enunciado para o efeito de novidade, sem deixar de trazer o efeito informativo, a fim de que o leitor se sinta informado e atualizado.

Durante o diálogo com as outras vozes na produção do discurso jornalístico, o sujeito-enunciador pode usar as palavras da maneira que lhe convém para atender o seu anseio de como construirá a narrativa acerca do fato. Os jornais vendem a imagem de posicionamento neutro e essa sensação de estar “livre” cria um alibi para a imparcialidade e, conseqüentemente, traz a imagem de um texto justo.

A noção de imparcialidade, que legitima a compreensão de que práticas jornalísticas tecnicamente orientadas são capazes de produzir um espaço discursivo plural, não permite lidar adequadamente com as formas de inclusão restrita da diversidade e do contraditório que se apresentam nos noticiários. Essas práticas produzem, na realidade, um equilíbrio que consiste em *simulação controlada* dos conflitos sociais (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 74, grifos dos autores).

O sujeito-enunciador se apresenta como um fiador do debate dentro da cena de enunciação, alguém que está ali para mediar, reportar. Sendo assim, o leitor procura uma notícia atual para se informar, e o sujeito-enunciador precisa de um meio que assegure a condição de imparcialidade e objetividade em seu enunciado (CANO, 2012).

O discurso jornalístico usa fatores linguísticos e estruturais para criar sentidos dentro de um texto. Já o leitor se espelha nas palavras do sujeito-enunciador e faz da palavra deste o seu sentido sobre determinado assunto.

O jornalismo vive de reportar fatos. Há no imaginário social o pensamento de que sempre haverá algo real sendo narrado, contribuindo para o efeito de credibilidade. Logo, ao ter acesso ao texto-base do *corpus*, o leitor espera que o sujeito-enunciador esteja o mais próximo da realidade, da verdade, uma vez que o fato narrado por ele é real, um acontecimento, e não ficção. Fatores estes que corroboram a construção dos sentidos, assim como a fotografia.

A fotografia do cavalo morto, utilizada na notícia analisada, também contribui para a “veracidade” do fato narrado e será analisada no próximo item.

3.1 Análise de uma notícia de jornal: os indígenas e os discursos de preconceito

Uma notícia engendra possibilidades múltiplas de participação por meio dos comentários, decorrentes de uma mesma formação discursiva. A proposta é mostrar como o texto-base aciona uma mesma rede de formação acerca dos indígenas, que recebe o reforço dos comentários efetuados pelos leitores. O comentário é múltiplo e aberto para a circunstância da repetição. Ele é “um recurso infinito para a criação de discursos” (FOUCAULT, 2014, p. 36).

O texto-base inserido no contexto histórico-social de Dourados forja os sujeitos em uma filiação discursiva para desumanizar o sujeito indígena. Aqui o objetivo é mostrar quais estratégias foram utilizadas e como se dão as condições de produções do texto-base para desumanizar o sujeito indígena com a finalidade de apresentá-lo como bárbaro.

A análise feita do *corpus* desta dissertação problematiza o termo “indígena”, mobilizando alguns conceitos essenciais de Michel Foucault apresentados no segundo capítulo deste trabalho, além de contribuições de Dominique Maingueneau. A seguir está a reportagem utilizada como texto-base, cuja publicação original está inserida nos anexos (Anexo B).

Cavalo morre de exaustão após sofrer maus-tratos em Dourados

O cavalo apresentava ferimentos na pata e no lombo e estava bastante debilitado.

A situação de um cavalo abandonado ontem, domingo (12), está comovendo moradores do Bairro Santa Fé em Dourados. O animal foi abandonado no meio da rua e a suspeita é de maus-tratos. Quem mora na região acredita que ele teria sido chicoteado e obrigado a puxar carroça exaustivamente até cair ao chão por um indígena. O cavalo apresentava ferimentos na pata e no lombo e estava bastante debilitado

Leitores do Jornal O Vigilante MS entraram em contato com nossa redação e falaram sobre o caso do animal que estava sendo explorado naquela região.

Uma de nossas leitoras nos disse que o animal morreu na frente da casa dela e não sabia o que fazer com o animal: “Infelizmente, a realidade de cavalos de carroceiros em todo o país é muito triste. Muitos ficam desnutridos ou mesmo morrem em acidentes de trânsito que poderiam ser facilmente evitados se seus donos, que dependem do trabalho deles para conseguir o sustento, fossem mais cuidadosos”, afirma uma veterinária que falou à reportagem.

Para a dona de casa Célia Regina, que mora no bairro Santa Fé. “Esses animais são submetidos a jornadas cansativas de trabalho, os bichos necessitam de alimentação balanceada e um limite de peso para puxar, cuidados que, geralmente, não são respeitados pelo donos”, diz a leitora.

Para outra leitora, que é veterinária, ela nos disse que foi até o local, mas o animal teve uma morte rápida. “O proprietário se tratava de um indígena que

simplesmente o abandonou, ele morreu ontem de exaustão e foi abandonado, sofrendo”, disse a veterinária (O VIGILANTE, 2017).

O primeiro ponto será analisar o texto-base à luz da cena de enunciação (MAINGUENEAU, 2013), cujas três cenas foram apresentadas no capítulo 2, começando pela cena englobante, a linha de frente para amarrar o discurso a sua materialidade. Assim, ao se deparar com uma reportagem envolvendo um indígena, o enunciatário deve considerar em que cena englobante ele interpretará o discurso. Tratando-se da morte de um animal, o efeito de sentido vai direto para uma crítica ao ator da cena: no texto-base, o indígena. Nesse primeiro momento (cena englobante), o sujeito filia-se às formações discursivas presentes no contexto sócio-histórico de Dourados, que, historicamente, rotula o indígena como violento, agressivo, sujo, a parte ruim da cidade.

A cena genérica define de que forma o enunciatário irá se debruçar sobre o discurso, de acordo com o seu gênero. A reportagem está inserida no discurso jornalístico. Dentro da sociedade, esse discurso é responsável pela manutenção de debates e interação. Assim, para a maioria dos sujeitos, o texto-base caracteriza-se como algo pautado na mais cristalina das verdades.

Por último, a cenografia determinará em qual discurso o texto-base está inserido. Nesse caso, há um quê de religioso e político.

No enunciado, os substantivos “abandonado” e “obrigado” são semanticamente carregados de um modo negativo, significando falta de amparo, fazer pouco caso do animal, forçar o cavalo a trabalhar etc. Essas ações são praticadas pelo indígena, segundo a narrativa do acontecimento. Dessa forma, o sujeito-enunciador constrói um efeito de verdade baseado na dicotomia o indígena é mau e o cavalo, bom; o cavalo é do bem e o indígena, do mal. Há uma humanização do cavalo e uma animalização do sujeito indígena, que é colocado na reportagem como um bárbaro, um animal.

A falta de imparcialidade se faz presente em qualquer texto, o que o sujeito-enunciador faz são recortes discursivos com a finalidade de pôr à vista determinado ponto para ser divulgado, silenciando outros, apagando-os, deixando-os de lado.

A intenção de silenciar questões sociais, tais como fome, miséria, preconceito etc., é, na verdade, uma forma de reforçar o estereótipo do indígena como mal, vagabundo, preguiçoso. As questões sociais para entender o desafio que é ser sujeito indígena em Dourados não aparecem na reportagem. Em nenhum momento, o sujeito-enunciador traz um debate sobre a ausência do Estado. Não se aborda, por exemplo, a falta de condições do indígena para tratar o animal, como alimentação, cuidados veterinários, bem-estar. A realidade financeira e social não

permite ao indígena tratar o animal de uma forma melhor, mas isso não é debatido, a começar pelo título da reportagem.

[E1] Cavalos morrem de exaustão após sofrerem maus-tratos em Dourados

A primeira acepção de “maus-tratos” no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* mostra a seguinte definição: “comportamentos infligidos a outrem que colocam em perigo a sua saúde ou integridade física e que constitui delito (pode incluir trabalho impróprio ou excessivo, castigos físicos ou outras punições, alimentação insuficiente, negligência nos cuidados de saúde, etc.” (PRIBERAM, 2020). No fragmento [E1], não há menção a quem teria cometido tal delito, e existe um juízo de valor negativo diante do que ocorreu com o cavalo. Diante do título, o leitor é forçado a saber quem matou o cavalo, de que forma, por quê, entrando em uma teia de suspense sugerida, buscando alcançar, assim, o principal objetivo do título, que é atrair o leitor com um apelo emotivo. O verbo no presente do indicativo (“morre”) é uma característica dos títulos de reportagens, já que a notícia precisa ser vendida como algo do presente, atual; o passado só interessa como complemento de informação dentro da reportagem (AMARAL, 1969).

O título tenta traduzir um efeito de clareza ao dizer que o animal morreu de exaustão após sofrer maus-tratos para que não restem dúvidas sobre o ocorrido, cabendo ao leitor, ao adentrar o texto, apenas descobrir os motivos. Da forma colocada, o título ajuda a criar, portanto, um efeito de verdade capaz de fazer o sujeito leitor “acreditar ser verdadeiro”. O substantivo Dourados aponta o lugar onde do ocorrido. O conhecimento de mundo exigido do leitor o faz criar uma adesão ao fato de um cavalo ter morrido de maus-tratos em uma cidade onde, supostamente, as carroças de indígenas estão presentes no contexto urbano, fazendo parte de sua paisagem e miséria. Esse reconhecimento é coletivo e, de certo modo, entendido por várias pessoas. Dito de outra forma:

Para entender os sentidos subentendidos em um texto é preciso que o enunciador e o enunciatário tenham um conhecimento partilhado que lhes permita inferirem os significados. Esse conhecimento de mundo envolve o contexto sócio-histórico a que o texto se refere (GREGOLIN, 1995, p. 20).

Os elementos do real, construídos discursivamente, contribuem para o efeito de verdade pretendido, ligado diretamente à imagem de sustentação de verdade por parte do sujeito-enunciador em “busca de credibilidade”. Assim, os títulos no jornalismo têm um papel cognitivo e representam uma importante ferramenta para atrair, chamar a atenção do leitor para apreciar as informações e a verdade publicadas. Sobre o título, Comasseto afirma:

Ao lê-lo, o leitor estará, ao mesmo tempo, extraindo um fragmento macroestrutural provisório, fazendo conjecturas contextuais, estabelecendo modelos situacionais relevantes ao tema inicialmente derivado e mesmo construindo um plano de leitura parcial, que inclui a decisão de continuar ou não lendo o artigo, ou ler só um parágrafo (COMASSETO, 2001, p. 42).

O desafio do sujeito-enunciador é colocar o título em poucas palavras e resumir o conteúdo da reportagem. O valor da notícia deve estar presente no título de forma pulsante para atingir o objetivo. Sendo assim, o enunciado apresenta marcas tradicionais desse gênero de discurso para alcançar o alvo específico do título: atrair o leitor.

Os textos jornalísticos seguem padrões de formatação, diagramação, de acordo com o veículo de comunicação. No caso do jornalismo *on-line*, os textos são produzidos utilizando um recurso chamado fio. Este é usado após o título, cuja função é, em uma ou duas orações, prender a atenção do leitor. Segue abaixo o fio do texto-base da análise.

[E2] O cavalo apresentava ferimentos na pata e no lombo e estava bastante debilitado.

Nele aparecem os substantivos “ferimentos” e “debilitado”, que reforçam o efeito apelativo de “dó” para com o animal. Dessa forma, já no início do corpo do texto, o leitor da mensagem pode ser induzido, por meio da memória, à construção de uma imagem negativa. Até esse momento, não havia menção sobre quem teria cometido os maus-tratos contra o cavalo. O enunciatário vai se carregando de informações ainda sem saber quem teria praticado a ação citada na reportagem, mas, diante de [E1] e [E2], o sujeito já é capaz de levar uma carga de sentido negativo para o restante do enunciado, pois há nesses dois trechos a indução para o sentimento de rejeição para com o autor da barbárie.

Seguindo a estrutura do gênero jornalístico, o texto tem como formato inicial o *lide*, uma ferramenta-guia no jornalismo, usada como forma textual para responder a seis perguntas essenciais ao início de quaisquer publicações noticiosas (LASSWELL, 1981): o quê? como? quando? por quê? quem? onde? As respostas a essas perguntas, geralmente, encontram-se no primeiro parágrafo ou, até mesmo, no segundo. O restante do texto trata de debater as informações do *lide* ou do texto-guia, no qual são caracterizados elementos em forma não linear, seja pelas respostas do *lide* ou pela ordem dos acontecimentos. No texto-base, o *lide* foi utilizado nos dois primeiros parágrafos.

[E3] A situação de um cavalo [*o quê?*] abandonado ontem, domingo (12) [*quando?*], está comovendo moradores do Bairro Santa Fé em Dourados [*onde?*]. O animal foi abandonado no meio da rua [*como?*] e a suspeita é de maus-tratos. Quem mora na região, acredita que ele teria sido chicoteado e obrigado a puxar carroça exaustivamente até cair ao chão [*como?*] por um indígena [*quem?*]. O cavalo apresentava ferimentos na pata e no lombo e estava bastante debilitado (acréscimos entre colchetes e grifos nossos).

Em [E3], o substantivo “suspeita” contradiz o descrito no título de que a causa de morte foi tratada como confirmada. Isso porque, no título, a intenção era chamar a atenção dos leitores. Mais à frente, a expressão genérica “quem mora na região” não garante a fonte nem a veracidade da culminância do fato. Apesar de a fonte poder ser mantida em sigilo, conforme prerrogativas da função jornalística, os dados devem ser confirmados, checados, para sua devida publicação. No mesmo trecho, o termo “acredita” introduz uma suposição sobre o que realmente aconteceu, indicando o sujeito indígena como autor da ação, baseando-se em uma generalização.

Do ponto de vista enunciativo, [E3] se apresenta com uma característica marcante dos textos jornalísticos para se mostrar imparcial: usa a terceira pessoa na intenção de criar um efeito de objetividade, forma utilizada nos enunciados do gênero jornalístico para o sujeito-enunciador se manter afastado dos discursos. O “no meio da rua” dá um sentido de lá, distante do sujeito-enunciador. Os verbos conjugados (“morre”, “apresentava”, “estava”, “acredita”, “abandonado”) representam um “ele” (o cavalo) e corroboram o sentido de distanciamento e, dessa forma, uma imagem de neutralização do sujeito-enunciador diante da narrativa.

A reportagem traz contextos histórico-sociais do município de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Os marcadores do *lide* nos textos jornalísticos apresentam marcas de referência para todo texto do gênero, principalmente os enunciados de jornais diários, como é caso do veículo em análise.

Ainda em [E3], o enunciador traz o determinante de local, o bairro Santa Fé, onde, por ser próximo da reserva indígena de Dourados e ser uma rota de passagem, é comum ver indígenas caminhando e cruzando suas ruas. As carroças são o principal meio de locomoção dos indígenas, e os moradores do bairro sempre presenciam essa cena. Logo, se o fato fosse em outro lugar, causaria outro efeito nas pessoas.

O verbo comover, no gerúndio (“comovendo”), traz um sentido capaz de causar emoção, ligando a ação ao substantivo “moradores”. Em seguida, vem a frase: “o animal foi abandonado no meio da rua e a suspeita é maus-tratos”. O fato de abandonar um animal morto é colocado no sentido de falta de compaixão com ele. A pressuposição de que ele tenha morrido em decorrência de maus-tratos é colocada em evidência na frase, com ausência de comprovação técnica da causa da morte. O trecho permite vislumbrar o contraste socioeconômico: indígenas

cruzando as ruas de um bairro de classe média, com casas e carros dentro do padrão de beleza, sobre carros puxados por pangarés.

O texto-base atribui o conhecimento do fato à leitora do jornal *O Vigilante*, falando sobre a exploração do animal na região e permitindo inferir que o sujeito-leitor é conhecedor da realidade à qual faz referência, o que nos leva a indagar: como ela sabe que no país é assim quando diz “infelizmente, a realidade de cavalos de carroceiros em todo o país é muito triste”? Há, pelo menos, duas hipóteses: a primeira é de que ela pode ser uma pesquisadora da área; a segunda, mera especulação de senso comum, é de que tenha vindo de outro lugar, atribuindo ao sujeito indígena uma marginalização. Esse conceito pré-construído, ao aparecer no intradiscurso do texto-base, fará sentido em razão de um interdiscurso, pois o sujeito do discurso tende a ser alcançado de duas formas possíveis: absorvendo ou esquecendo aquilo que é de fora quando seu conhecimento de mundo (interdiscurso) tem acesso ao texto (intradiscurso) (PÊCHEUX, 2009).

A memória discursiva está funcionando no trecho: “muitos ficam desnutridos ou mesmo morrem em acidentes de trânsito”. É um vínculo demonstrado por enunciados afetados, atravessados pelo já dito; é o pré-construído emergindo na participação do sujeito-enunciador. Um (o pré-construído) chegou até o outro (sujeito que fala) por meio de marcas pessoais, tempos, aspectos da sociedade na qual ele vive. Sendo assim, os enunciados em análise não são apenas um acontecimento de um presente sozinho, mas um acontecimento inscrito na história, na memória coletiva, já que a história é formada por meio do discurso.

No trecho supracitado, é atribuído a uma moradora a voz que conhece quem teria praticado o ato de abandonar o animal no bairro mencionado na reportagem. Dessa forma, emerge uma estratégia de atribuir a outrem a responsabilidade pelo dito. Há ainda o uso de aspas, sinal gráfico para isolar no enunciado uma citação, uma indicação de que a fala não é do sujeito-enunciador; não há uma explicação sobre isso, mas, no contexto da reportagem, as aspas indicam o discurso direto.

No texto-base, há afirmações a respeito de moradores da região, com expressões generalizadas sobre o acontecimento, como a menção à “jornada cansativa de trabalho” do animal ou à necessidade de “alimentação balanceada”. No trecho final, o sujeito, identificado como veterinária, diz que o animal era de um indígena que o abandonou. A atribuição da forma como os equinos são expostos a jornadas intensas e cansativas de trabalho e a falta de uma alimentação adequada para o animal são informações atribuídas a uma veterinária, portanto, uma autoridade supostamente capaz de atestar as causas da morte do cavalo. Apesar de faltar identificação dessa pessoa, como um nome, mesmo que fictício, há uma idealização desse *quem*

diz no enunciado, que apresenta no imaginário social certo saber que o habilita a *dizer* naquele momento.

Desse modo, não importa a identificação do indivíduo como pessoa, mas como o sujeito-enunciador o mobiliza para produzir o efeito de fiabilidade do dizer. A contextualização do enunciado traz a veterinária em uma posição discursiva favorável ao discurso que se quer construir, de negatizar o sujeito indígena construindo-o como autor do ato de abandonar o animal à morte. O princípio dos procedimentos de controle e delimitação do discurso, tal como trabalhando por Foucault, que sustenta a impossibilidade de qualquer um poder falar qualquer coisa, reforça a importância da presença do sujeito “veterinária”, que é socialmente autorizada a dizer e a produzir enunciados a respeito dos animais, nesse caso, do cavalo.

A participação de uma “veterinária” funciona, portanto, como uma figura autorizada a falar, de cancelar a narrativa, e esse mérito é reconhecido pelo próprio veículo de comunicação ao usar o pronome relativo “que” (“que é veterinária”), introduzir uma oração restritiva, reforçando não se tratar de uma leitura qualquer, mas técnica, especialista, capaz de atestar a morte do equino e a causa.

Além de ser o termo que chama a atenção na notícia como elemento forte para atração de leitores, o verbo “morrer” é utilizado na matéria quatro vezes, incluído o título da reportagem. Em duas aparições do verbo, sua menção está associada ao depoimento de uma veterinária que falou à reportagem sobre como encontrou o animal e em sua explicação acerca de como os cavalos podem chegar a esse estado fatal na condição de puxadores de carga. O efeito de sentido é absorvido pelo enunciatário que passa a replicar a imagem do sujeito indígena como bárbaro em seus enunciados-comentários da notícia, a serem analisados mais à frente.

Outro termo recorrente é o adjetivo “abandonado”, que aparece três vezes na reportagem. Nas duas primeiras menções, o termo está relacionado ao *lide* da matéria, em que são descritas as características da morte do cavalo e as suposições sobre o acontecimento. Em associação ao verbo “comover” e ao substantivo “maus-tratos”, o enunciado revela que o sujeito da ação, o indígena, colaborou para tal enfermidade e seu desfecho fatal, o que contribui para uma visão negativa e violenta sobre o sujeito nos comentários da notícia.

Considerando que o sujeito não está sozinho e faz parte de uma rede de relações, conforme exposto no capítulo 2 desta dissertação, o enunciado dele não é uma produção particular, ou seja, é fruto de outras palavras, de outros discursos. Dessa forma, compreende-se que os enunciados expostos na reportagem são resultantes de uma construção social e dos entrecruzamentos dos diferentes discursos que se articulam, segundo Foucault, entre os saberes

e o poder. Assim, as palavras são expressas de modo a legitimar o que um grupo social já expôs sobre determinada “coisa”, que é ratificada em outro lugar, por outros sujeitos, mas, em contextos ideológicos semelhantes, como a predisposição no julgamento acerca de um indígena e seu comportamento perante as condições de um animal.

Diante do exposto, é possível entender que, no texto-base, há marcas de que é tendencioso, induzindo a julgamentos sobre o sujeito indígena, e essa ação, associada às marcas do já dito em relação ao indígena na sociedade douradense, impulsiona a participação dos leitores com enunciados carregados de ódio e violência.

A reportagem em análise foi publicada juntamente a uma fotografia do animal morto, como reproduzido na figura 1.

Figura 1 – Reprodução da fotografia da reportagem em análise



Fonte: O Vigilante (2017).

Atualmente, graças a um ritmo intenso de transformações sociais trazidas pelo capitalismo globalizado, tudo é muito rápido e acontece “para ontem”. Desse modo, por meio de um dispositivo móvel, por exemplo, a pessoa pode ter acesso somente à fotografia e ao título da reportagem e, assim, ser capaz de tirar suas próprias conclusões e participar dos comentários.

As redes sociais estão a todo momento na palma da mão das pessoas, e uma fotografia de uma notícia jornalística replicada por meio delas pode transformar essa imagem em signo, e esta, por sua vez, torna-se uma aposta interessante em busca de visualizações e compartilhamentos: quanto mais acessos, maior a oportunidade financeira de um veículo de comunicação, já que os valores publicitários variam de acordo com o “poder de alcance” de determinado veículo.

As imagens produzem diversos significados possíveis, portanto, possuem um discurso próprio (MENDES, 2013). A presença de carroceiros na cidade de Dourados é uma realidade, dessa forma, a imagem de um cavalo morto em uma rua da cidade tem um significado ligado a essa cultura. É uma cultura visual e que afeta o indivíduo, criando, assim, uma memória de imagens. “Existe um sempre já da imagem” (COURTINE, 2013, p. 43), pela qual cada indivíduo irá interpretá-la de uma forma ideologicamente marcada, e sempre o fator cultural estará relacionado a percepção (MENDES, 2013)

Na diagramação da página do texto-base, a fotografia tem praticamente o mesmo volume do corpo do texto da reportagem. A fotografia foi tirada por um leitor que não teve o nome revelado. É nítida a falta de conhecimento de técnicas de fotojornalismo, como enquadramento, saturação, contraluz; todavia, a foto é capaz de transmitir o principal: culpabilizar o responsável pela morte do cavalo. Mesmo sem o amparo técnico profissional, a imagem mostra o cavalo morto em primeiro plano, dando sequência à narrativa de abandono do animal. As fezes ao redor do animal indicam seu esforço físico antes de morrer, sugerindo um posicionamento a favor de que o indígena é um bárbaro.

Discursivamente, uma imagem carrega o poder de fazer ressurgir outra imagem, seja outrora vista ou que tenha existido somente em nossa imaginação; há uma conexão com o já visto e o agora. E é justamente por meio de vestígios, sinais, pegadas das imagens vistas e revistas que ocorre a identificação de significantes nas imagens. A partir dessa articulação que surge a genealogia das imagens de nossa cultura (COURTINE, 2013).

Neste momento vem a pergunta: qual é o morador de Dourados que nunca se deparou com uma carroça sendo puxada por um cavalo no perímetro urbano da cidade? Isso ocorre nas principais avenidas da cidade e até mesmo em áreas consideradas nobres. É um quadro social presente no município. No momento em que o enunciatário vê a imagem dentro do texto-base, aciona uma memória da presença constante dos indígenas e suas carroças, e, conseqüentemente, manifesta sua visão de mundo por meio dos enunciados-comentários. Como assinala Courtine (2013, p. 157), “É deste modo que toda fotografia suscita outra, que toda imagem estende ramificações genealógicas na memória de imagens”. O poder de transmitir uma ideia por meio de uma imagem é muito grande e afeta o sujeito como se fosse um carimbo: “As fotografias possuem o poder insuperável de determinar o que memorizamos dos acontecimentos” (COURTINE, 2013, p. 156).

Outro elemento muito importante é o da espacialização. O indígena é caracterizado somente como “índio”, genericamente, não é lhe atribuído outro fator de identidade. A maior parte da sociedade de Dourados não vê o indígena como indivíduo, pessoa, mas como um grupo social, apagando totalmente a sua individualidade. Em função dessa generalização, de um todo sobre o indígena, o sujeito discursivo da reportagem advoga pela rejeição, o desaparecimento do sujeito indígena, logo, da raça como um todo.

A marginalização anda paralelamente ao contexto de miséria e de dificuldades vividas pelos sujeitos indígenas. Com base em Boaventura de Sousa Santos, é possível compreender que essa visão por parte da sociedade douradense faz o jogo de um pensamento ocidental que é dominado por um conceito chamado de razão metonímica, “que se reivindica como a única

forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 240). Logo, a reportagem traz o discurso dominante de uma sociedade que não aceita o indígena, uma vez que eles estão fora de padrões, comportamentos e costumes aceitos, sendo, portanto, diferentes. Ou seja, o discurso ajuda a ratificar uma racionalidade de que somente o modo de vida do sujeito não indígena é aceito, é o correto.

Segundo Santos, a razão metonímica cria consequências importantes, entre elas a de que “não existe nada fora da totalidade que seja ou mereça ser inteligível, a razão metonímica afirma-se uma razão exaustiva, exclusiva, completa” (SANTOS, 2002, p. 243). Mostra-se, assim, que há uma relação de poder presente no enunciado.

Ao longo de todo o enunciado, o sujeito-enunciador coloca o indígena como o selvagem, o não civilizado, o bárbaro. A narrativa transcorre com a escolha das pessoas: uma moradora do bairro próximo à reserva onde o indígena não é bem-vindo; a veterinária, para dar peso técnico ao enunciado, figura que aparece duas vezes na reportagem, não claramente se tratando da mesma pessoa. Essas são escolhas pensadas pelo sujeito-enunciador a partir de um determinado ponto de vista para construir o acontecimento mesmo se afastando do discurso com recursos característicos dos textos jornalísticos, como o discurso direto, o uso da terceira pessoa etc.

O corpo do animal está ali como prova do crime, mas não há prova do fato, do culpado, então cria-se uma narrativa sobre esse outro corpo não presente, que pode ser recuperado pelas palavras, pela forma de construção da narrativa e pela memória. A relação de vida e morte vem no mesmo sentido do bem e do mal na reportagem. Um animal morto, abandonado, e um indígena que “simplesmente o abandonou”. Ou seja, o indígena, figurado como um bárbaro no enunciado, seguiu a vida, sem dar a mínima para o animal morto, virou as costas. Isso coloca o sujeito indígena como alguém com a competência de cometer maus-tratos contra o cavalo.

A reportagem, assim como seu enunciado, é direcionada ao morador de Dourados, uma vez que o próprio *site* traz em sua descrição que a cobertura é feita na cidade e na região. A reportagem cria um efeito de sentido de marginalizar o sujeito indígena, contribuindo para essa imagem desses sujeitos. O enunciado faz parte de um discurso dominante, com a presença de gatilhos para uma leitura preconceituosa, instigando a violência verbal dos enunciatários.

3.2. Dos enunciados-comentários e seus reflexos

No quadro 1, os enunciados-comentários, objeto de análise, têm a finalidade de expor a sequência de participação dos sujeitos acerca da reportagem. Na sequência, há explicações mais

detalhadas sobre os enunciados-comentários analisados a partir dos elementos sobre o discurso apresentado.

Quadro 1 – Comentários publicados no jornal *on-line*

	COMENTÁRIO
Comentário 1	Que barbárie, q absurdo. É de cortar o coração e nada acontece com o infrator como sempre...Desanima muito..
Comentário 2	Raça desgraçada! Esses filhos do demônio só sabem escravizar e maltratar os pobres dos cavalos. Tem que proibir carroça no Brasil inteiro. Esses desgraçados exploram os animais até a exaustão, chicoteiam, ferem os pobrezinhos e depois abandonam o animal como se ele fosse um objeto que não serve para mais nada. É por isso que essa raça do inferno não sai do buraco, está sempre na miséria. Desgraçados! <i>Esses</i> filho da puta, porque esses malditos não carregam as coisas deles nas costas e não fiquem explorando os pobres dos animais. Não tem polícia, lei nesse lugar para proibir esses malditos de terem animais, principalmente cavalo que é o animal que esses desgraçados mais exploram. Raça Excomungado. Ser for índio ou capeta, o que for, tem que pagar pelo que fez, maldito! Que morra na maior miséria, que passe fome, sede e tenha uma doença bem grave que ele sinta bastante dor e morre à mingua. Maldito, desgraçado, Que a desgraça caia sobre ele.
Comentário 3	Não acontecerá nada com esse verme humano pq é indígena o “tadinho”, escória da humanidade!! A lei diz que ele não “entende” as nossas leis!!!!
Comentário 4	Depois todos protegem os índios! Da minha parte espero que esse indígena e todos os que maltratam animais morram na maior agonia!! CPT nas minhas redes!
Comentário 5	Justo um indígena que deveria preservar a vida em todos os sentidos... O que o MP da cidade fez???? Nada???? O pobre animal não tem valor para as autoridades???? Belo país vivemos.....as vidas nada valem....deveriam localiza o “indígena” e fazê-lo pagar pelo crime.
Comentário 6	Gente ruim...depois reclamam da vida de M que levam...

Fonte: O Vigilante (2017).

Por uma questão de ética e preservação de identidade, os nomes dos perfis dos comentaristas não serão revelados, mesmos nos casos de possível não correspondência entre nome e pessoa. Além disso, o indivíduo não mais importa a partir da exposição de sua fala, uma vez que o enunciado circulou. Nesse sentido, observa-se o quanto esse enunciado é repetido, reformulado, e a forma como essa prática discursiva, seguida por um conjunto de regras históricas, anônimas, em um determinado tempo e espaço, ocorre dentro da formação discursiva.

Essa prática discursiva do “comentário” é compreendida na associação entre os próprios enunciados da reportagem, que já iniciam o contexto de julgamento sobre o ocorrido e se estende com a rede de comentários. Ou seja, o alcance é o mais relevante nessa cadeia, que expressa a intenção contínua da condenação do sujeito da ação naquele fato. É o que se analisa no segundo comentário sobre o sujeito indígena, que expressa bem a continuidade já introduzida no próprio corpo da notícia veiculada. O discurso de violência que se apresenta na fala é uma constante, instalando, no ato de fala, uma série de sentimentos pejorativos sobre o indígena em questão, mesmo não sabendo os reais motivos do ocorrido sobre a morte do animal, muito menos se foi realmente algum indígena quem maltratou e, posteriormente, abandonou o cavalo.

No quadro 1, existe uma ordem cronológica dos enunciados-comentários, de forma que o objetivo é entender como as participações dos enunciatários reproduzem os sentidos do texto-base. Do primeiro até o último, qual foi o perfil das palavras proferidas? Há uma ascensão da violência apresentada? Um enunciado-comentário retroalimenta o outro?

Para facilitar a visualização e ter uma forma mais didática, os comentários serão separados por tópicos e classificados com [C], seguidos de um número cardinal correspondente à ordem ocupada na participação dos comentaristas.

[C1] Que barbárie, q absurdo. É de cortar o coração e nada acontece com o infrator como sempre... Desanima muito..

Em [C1], o enunciado surge com a palavra “barbárie”, fazendo menção a um ato bárbaro, de barbaridade, repudiando o acontecimento narrado pelo veículo de comunicação. Em seguida, o trecho “cortar o coração” simboliza a sensação de dó, compaixão, comiseração sobre o fato de o animal ter morrido da forma relatada pela reportagem. Já “nada acontece”, antecedendo “como sempre”, faz referência ao discurso jurídico, um desejo proibido e incentivado, apresentando uma memória capaz de acreditar que há injustiça para fatos como esse na sociedade em questão. O comentarista encerra sua participação com “desanima muito”, expressando uma insatisfação com os dispositivos de justiça.

Há nesse trecho uma manifestação de poder em relação ao sujeito indígena descrito no texto-base, decorrente da forma como esses sujeitos e as práticas da sociedade são construídas por meio de uma memória e de uma rede interdiscursiva. No excerto se assenta o saber-poder do discurso jurídico, do protegido, do amparado. Ao dizer que nada acontece com o infrator, o enunciatário remete a uma memória acerca da não punição de crimes no Brasil.

Essa filiação encontra respaldo no texto-base quando o sujeito-enunciador diz: “O animal foi abandonado no meio da rua”. Esse mecanismo do saber-poder se configura no pensamento de que não haverá condenação ao sujeito que teria cometido o abandono no animal. A ancoragem desse saber jurídico está na Lei n.º 9.605/98, que estabelece detenção de três meses a um ano para quem cometer maus-tratos contra animais, e a memória desse enunciatário faz com que ele acione esse conhecimento, mesmo que de forma superficial.

Em [C1], o primeiro comentário feito pós-publicação da reportagem, não há uma forma explícita de violência. Ele é baseado somente no conteúdo da reportagem; nele não constam palavras agressivas contra o sujeito indígena, e sim a presença de um repúdio ao acontecimento.

Logo depois surge:

[C2] *Raça desgraçada!* Esses filhos do demônio *só sabem escravizar* e maltratar os pobres dos cavalos. Tem que proibir carroça no Brasil inteiro. Esses desgraçados exploram os animais até a exaustão, chicoteiam, ferem os pobrezinhos e depois abandonam o animal como se ele fosse um objeto que não serve para mais nada. É por isso que essa *raça do inferno* não sai do buraco, está sempre na miséria. Desgraçados! *Esses* filho da puta, porque esses *malditos não carregam as coisas deles nas costas* e não fiquem explorando os pobres dos animais. Não tem polícia, lei nesse lugar para proibir esses *malditos* de terem animais, principalmente cavalo que é o animal que esses desgraçados mais exploram. *Raça Excomungado*. Ser for índio ou capeta, o que for, tem que pagar pelo que fez, maldito! Que morra na maior miséria, que passe fome, sede e tenha uma doença bem grave que ele sinta bastante dor e morre à mingua. Maldito, desgraçado, Que a desgraça caia sobre ele (grifos nossos).

[C3] Não acontecerá nada com esse *verme humano* pq é indígena o “*tadinho*”, *escória da humanidade!!* A lei diz que ele não “entende” as nossas leis!!!! (grifos nossos).

[C4] Depois todos protegem os índios! Da minha parte espero que esse *indígena* e todos os que maltratam animais *morram na maior agonia!!* CPT nas minhas redes! (grifos nossos).

Os enunciados-comentários [C2], [C3] e [C4] refletem o discurso do texto-base. Em todos eles há exemplos de racismo contra o sujeito indígena. Os trechos “*raça desgraçada*”, “*raça do inferno*”, “*raça excomungado*”, estão diretamente ligados a uma eliminação da raça em questão, no caso, o sujeito indígena. “A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 2005, p. 306). Essa aceitabilidade de excluir a vida do sujeito indígena vem desde o período de colonização, como exposto na primeira parte deste trabalho. Segundo Santos (2006, p. 235 apud Góis, 2013, p. 65), “o racismo é a corrente entre o colonizador e o colonizado”. Logo, o ator indígena do texto-base é visto pelos enunciatários como baderneiro, bárbaro, selvagem, fora do “contexto”, da sociedade.

O racismo, a não aceitação do sujeito indígena, ocorre dentro de um discurso colonialista, que “é aquele discurso em que o Outro e seu universo são vistos como inferiores,

subalternos, dispostos favoravelmente (pela própria natureza?), portanto, para serem colonizados” (GÓIS, 2013, p. 66). A participação do enunciatário, com a finalidade de negatizar o indígena, é um reflexo de como o texto-base o apresenta e também se deixa afetar por discursos precedentes; é o interdiscurso presente no momento de sua participação.

A manifestação dos enunciatários vem por meio de ofensas, xingamentos, repetindo e reafirmando valores absorvidos ao longo da construção dos enunciatários enquanto sujeitos. Os enunciados-comentários acerca do enunciado são carregados de xingamentos contra o sujeito indígena. Repetidas vezes surgem as palavras escória, verme, malditos etc. Em nossa sociedade, os xingamentos são sintomas culturais e isso significa que eles direcionam para um lugar que não deveria ser ocupado pelo sujeito (ZANELLO; GOMES, 2010, p. 263). Ao xingar, o enunciatário afasta o sujeito-indígena do seu “eu”; há uma negação do “outro”.

Dessa forma, nos enunciados-comentários com xingamentos, há um controle social paralelo ao conceito de racismo de Estado. O enunciatário exerce um poder com o propósito de defender a sociedade, tendo como alvo a purificação do corpo social. E na sociedade ocidental existem diversas relações de poder que constituem o corpo social (FOUCAULT, 2005), que, por sua vez, é formado a partir de duas raças, trazendo para a realidade do corpo social de Dourados, dentro da perspectiva deste trabalho, o não indígena e o indígena. Essa divisão está ligada ao racismo de Estado, sendo determinada por uma hierarquia. O poder é exercido dentro dessa corrente hierárquica, pregando uma relação de guerra a fim de exterminar a outra raça.

Ao xingar, o enunciatário está se “protegendo” do bárbaro criado pela narrativa do sujeito-enunciador, como uma espécie de purificação para deixar a sociedade dentro daquele padrão normal, com o apagamento do sujeito indígena. É sua participação dentro de um racismo de Estado, no qual existe “um racismo que a sociedade vai exercer sobre ela”. (FOUCAULT, 2005, p. 73).

Esse discurso das raças funciona como uma espécie de eliminação, de segregar o diferente para deixar a sociedade dentro da perspectiva considerada ideal, normal: sem o indígena.

Foucault trabalha esse conceito de raça. Para o autor, o racismo de Estado surgiu no século XVII com contornos de um olhar para a defesa contra a sociedade, mas que mudou de figura e passou a ser um discurso em que o pensamento é: “Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo” (FOUCAULT, 2005, p. 73). Dessa forma, segundo o autor, há um discurso de defesa contra a outra raça, do diferente, ou seja, há uma ideia de proteção contra o sujeito indígena.

Em Dourados, há uma realidade onde “a cidade é explicitamente o lugar do não índio” (MOTA; CAVALCANTE, 2019, p. 276). O contexto sócio-histórico do município mostra um desafio para o protagonismo do indígena, no qual este encontra dificuldades de traçar seu caminho fora da reserva indígena; desafios estes que passam pelo preconceito.

O xingamento funciona na manutenção do comportamento colonialista da sociedade para manter, conservar a diminuição do indígena. A linguagem reflete diretamente no meio social; ela é capaz de criar sentidos, movimentos, modelar corpos e ideias. Logo, as palavras têm poder não somente para repreender, mas para constituir, e, no caso do indígena, esses xingamentos reafirmam o ódio materializado nos discursos. “Ao xingar, estamos constituindo, repetindo e reafirmando os valores, exercendo uma espécie de microfísica do poder, na qual se situam e se (re)constituem (dinamicamente) os lugares sociais (in)desejáveis para os sujeitos (ZANELLO; GOMES, 2010, p. 266).

Em [C3], os adjetivos “verme”, “tadinho” e “escória” corroboram o enunciado-comentário [C2], reafirmando a condição excludente do indígena e sua falta de serventia na sociedade. É o jogo enunciativo presente. Nesse jogo, há regras que fazem surgir e desaparecer os enunciados. Cada participação de um enunciatário é um surgimento acerca do texto-base.

Ao longo dos anos, houve uma imagem do indígena construída pelo discurso com um conjunto de práticas discursivas. É o que Góis, com base em Foucault, diz sobre os conceitos construídos culturalmente, com apropriação da situação, da história, da memória: “as técnicas criadas pela coletividade no processo de construção e apropriação da cultura – que constroem a memória” (GÓIS, 2013, p. 73).

Os pontos de exclamação são mobilizados para confirmar, reafirmar o discurso ali presente. Quando o enunciatário diz “escória”, quando despreza o sistema jurídico do país, está delimitando um lugar discursivo a partir daquilo dito em seu enunciado.

A opinião emitida em [C3] é parte de uma rede de formulações que se conecta às demais ideias transmitidas pelas outras opiniões dos enunciados-comentários da referida notícia, que são, desde a sua própria formulação, embutidos de preconceitos e valores pejorativos em relação aos indígenas. É o jogo de enunciado em um contexto sócio-histórico aparecendo novamente, suscitando fragmentos de uma história construída. Aplica-se aqui o conceito sobre o acontecimento discursivo.

Para Foucault, o acontecimento discursivo é uma condição de existência para um discurso, seja qual for. É nele que estão as regras de formação, a relação entre determinados enunciados e as práticas discursivas, não podendo ser visto de forma isolada.

Ainda encarando a ordem cronológica dos enunciados dos comentaristas, vemos que o primeiro foi apenas um gatilho para iniciar os discursos ofensivos. Há, ainda, a presença de um discurso jurídico novamente, mencionando a lei de maus-tratos contra animais, afirmando que a lei não afetará o sujeito apontado na reportagem como o autor do fato relatado por ele ser indígena.

O antigo Código Brasileiro (1910 a 1967) estabelecia que o indígena, ao cometer um crime, deveria ser tutelado, portanto, amparado por um órgão indigenista. Com a Constituição de 1988, houve um rompimento desse conceito. No artigo 232, a Constituição estabelece a capacidade processual dos povos indígenas. No entanto, ainda circula no imaginário social o pensamento que o sujeito indígena é inimputável, que não pode ser responsabilizado pelos atos praticados por ele. Dessa imagem surgem os enunciados-comentários acerca da falta de punição. O enunciatário quer criminalizar aquele que ele aponta como bárbaro; ele precisa de uma lei para a criminalização do indígena e que essa mesma lei proteja o cavalo. Em virtude disso, apaga-se toda a historicidade do que é ser indígena em nossa sociedade para lembrar de uma imagem estereotipada dos indígenas. É mais uma vez a presença do já dito acionando uma memória coletiva, capaz de colocar o indígena do lado negativo da história narrada.

Em seguida, um usuário viu a afirmação de que o indígena não conhece as leis e a utiliza no momento de sua participação acerca do texto-base. Antes, em seu enunciado, o enunciatário cita os indígenas como a “escória da humanidade”, ou seja, a classe mais desprezível da humanidade. Isso é um reflexo do contexto sócio-histórico apresentado no início deste trabalho, no qual o sujeito indígena no município de Dourados é visto como algo negativo pela cidade.

Ao falar, participar, interagir com o enunciado-comentário, o enunciatário não é completamente livre. Dentro do processo discursivo, cada sentido exposto pelo enunciatário em sua participação faz parte de uma ideológica. O enunciatário explora um conjunto de práticas discursivas dentro de sua realidade para se valer de suas palavras no momento de criar seu enunciado. Foucault trabalha este fato: “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente” (FOUCAULT, 2008, p. 63).

Os enunciados-comentários estão dentro de um jogo enunciativo “acionado” por meio de enunciados como o do texto-base. Os enunciados-comentários a partir do texto-base seguem práticas e obedecem a regras de julgamento e poder para com o sujeito indígena, não o sujeito isolado, mas o indígena como grupo étnico. Essa constituição do sujeito e do discurso é feita na historicidade (FOUCAULT, 2008). Ao longo do tempo, esses enunciatários foram ocupando posições históricas influenciados por discursos religiosos, políticos, jurídicos, como os da

reportagem em análise, formando uma produção de saberes com marcas de violência e ódio, excluindo o sujeito indígena.

O enunciatário está situado sócio-historicamente na realidade do município de Dourados. Sua participação com enunciados-comentários cria sentidos à narrativa do texto-base. O sujeito-enunciador traz o abandono e os maus-tratos, e os enunciatários dizem “verme”, “escória”, “raça excomungado” etc. São novos sentidos ao texto-base, que só tem esse caminho porque o fato narrado é em Dourados, uma cidade onde a história e os indígenas se fazem presentes. E os enunciados-comentários são ilustrados também com a visão de mundo de cada enunciatário.

O saber discursivo constrói essa imagem do indígena no sul de Mato Grosso do Sul. A violência presente na fala do enunciatário acentua as diferenças. O não indígena vive no mesmo município do indígena, no entanto, torna evidente a intenção de mostrar um “eu” diferente, demonstrando a não aceitação do indígena. Logo, a premissa da Constituição (BRASIL, 1988) de que os costumes, as tradições, as crenças etc. dos indígenas devem ser respeitadas, é colocada à prova dentro da história construída pelos discursos ao longo dos anos.

Há uma contradição acerca do discurso jurídico, demonstrando certa confusão cognitiva dos enunciados-comentários. Em [C3], existe a representação de um pensamento que expõe a inexistência de conhecimento acerca de leis voltadas ao indígena e reafirmando a falta de punição na esfera jurídica para o fato apresentado na reportagem.

Já em [C4], o enunciatário demonstra certa confusão cognitiva em seu enunciado-comentário, não conseguindo ter convicção em relação ao que diz. Em um primeiro momento, surge o trecho “Depois todos protegem os índios”, no qual ao mesmo tempo em que o enunciatário diz “todos”, incluindo quem diz, depois afirma que “esse indígena” não está sob sua proteção, pois merece morrer em “agonia”. O período de confusão no enunciado-comentário mostra lapsos de memória do enunciatário. Como não há enunciado livre, neutro (FOUCAULT, 2008), a participação do enunciatário está impregnada de “influências”. Seu dizer é formado por várias vozes e a confusão fica visível quando registra sua fala.

A memória discursiva suscitada acerca do indígena de Dourados já foi acionada em algum outro momento no qual o sujeito viu, leu, ouviu dizer que o indígena é protegido da lei. Essa memória discursiva, apresentada no segundo capítulo, é capaz de fazer determinado sujeito entender de forma natural um conceito por meio das construções históricas ligadas a lugares e práticas.

O desejo de eliminar o sujeito, como forma de expurgar a sociedade de um elemento não desejável, é uma constante. Não basta a intenção de eliminação, há, ainda, o requinte sobre

tal exceção ao mencionar a “agonia” diante da morte. A inversão do sofrimento do cavalo ao homem, embora nenhum deva ser merecedor de tal ação, é identificado como uma forma de punição a quem, supostamente, o fez contra o cavalo.

Foi observada a mesma inversão no comentário seguinte:

[C5] *Justo um indígena* que deveria preservar a vida em todos os sentidos... O que o MP da cidade fez???? Nada???? *O pobre animal não tem valor para as autoridades????* Belo país vivemos.... as vidas nada valem.... deveriam localiza o “indígena” e fazê-lo pagar pelo crime (grifos nossos).

Em [C5], a expressão “justo um indígena” é associada à condição do sujeito indígena como um protetor da natureza. A qual memória esse enunciado-base se conecta? Ao interdiscurso do indígena do período do Romantismo; ao indígena que mora na floresta, que a salva, sendo que é uma obrigação de todos proteger a natureza. Para esse sujeito enunciativo, o indígena de verdade é aquele que está no meio do mato, então, no pensamento dele, diante dessa ligação com a natureza, o indígena deveria ser o primeiro a cuidar de seu cavalo, apagando a singularidade do indígena que vive em Dourados: um sujeito sem floresta, sem ter sequer terras.

Entende-se, assim como Orlandi (2001), que a memória tem um sentido direto com as condições de produção de um determinado discurso; o contexto histórico é associado à ideologia embutida nos enunciados. Nesse sentido, a memória discursiva traz consigo um discurso pré-construído e retomado enquanto interdiscurso. Assim, podemos caracterizar o discurso acerca do sujeito indígena como uma manifestação que atende a todas as características de um discurso dominante, sendo capaz de organizar aquilo que é tratado como verdadeiro ou falso; uma reconstrução do verídico diante da construção histórica a qual o sujeito faz parte. “Identificar os procedimentos pelos quais os discursos adquirem o estatuto daqueles que têm o poder de dizer aquilo que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2008, p. 12).

A partir do conceito de necropolítica, uma política pautada na produção de extermínios, morte, observa-se a localização geográfica da reserva indígena de Dourados, exposta no primeiro capítulo do trabalho. Ela fica em uma região mais afastada da cidade, bem distante de serviços diversificados, evidenciando a teoria de gentrificação, o que ressalta ainda mais a desigualdade vivenciada por quem mora na reserva indígena de Dourados.

Sendo assim, a distribuição dos sujeitos do município é feita em subdivisões, nas quais os mais favorecidos ficam mais bem localizados, o que não acontece com a reserva indígena de Dourados, um mundo colonial. Colonial, no sentido de separar os que são “mais” e os que são “menos”, se considerada a explicação de Neves (2008) ao mencionar o que mostra Eduardo

Galeano na legenda do mapa-múndi no encarte do livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (2005). Na legenda, conforme o autor descreve, o mapa mente e a geografia do mundo não é mostrada do modo como ele é; o tamanho que se mostra sobre os continentes apequena a América Latina, a rouba, saqueia a economia, falsifica a história, e o Terceiro Mundo é “menos” (GALEANO, 2005 apud, NEVES, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a colonialidade presente é imposta do norte para o sul no mundo, e, como analisada por Neves (2008), ao destacar outra obra de Galeano, *Veias Abertas da América Latina* (1971), o Terceiro Mundo “[...] recorda menos, vive menos, diz menos” (GALEANO, 1971 apud NEVES, 2008, p. 2). E explica ainda:

Nós pensamos que pensamos “menos” porque o nosso pensamento é hoje resultado de um longo processo de colonização que resultou em um profundo sentimento de inferioridade, responsável pela colonialidade do nosso pensamento que por não mais pensar hoje como pensou em tempos ancestrais, como pensaram os antepassados ameríndios, pensa que pensa “menos” (NEVES, 2008, p. 2).

O autor destaca que, por muito tempo, séculos, a crença pela superioridade do pensamento europeu, cristão, científico, moderno, desqualificou o pensamento do que é contrário a esses adjetivos, invalidando, dessa forma, o pensamento indígena. Portanto, no contexto do enunciado analisado, o modo preconceituoso como é denominado o lugar indígena denota má-fama, com sujeitos de reputação ruim, onde pouco importa como eles nascem, como vivem, como morrem.

Quando o enunciatário salienta que o indígena deveria preservar a vida em todos os sentidos, sugere a preservação da vida do cavalo citado no texto-base. Pode-se, inclusive, dizer que se realmente o cavalo pertencesse a um indígena e o animal morresse no local citado na reportagem, não haveria tanta importância; nesse sentido, emerge o conceito de necropolítica, sendo o sujeito indígena alguém pautado na política da morte.

A política da necropolítica é constituída pela forma de diminuir o outro pela diferença. Dito de outra maneira: “O controle classifica a distribuição da espécie humana em grupos, uma subdivisão da população e dessa forma há um gerenciamento de quem vive e quem morre” (MBEMBE, 2018, p. 28). O autor traz o conceito de mundo colonial, e essa teoria mostra que a reserva indígena de Dourados é uma colônia, com a manifestação de um estado de exceção, como se não existisse, a não ser por uma ferramenta de produção, o indígena.

Abaixo apresenta-se o último comentário:

[C6] “Gente ruim”... depois reclamam da “vida de M” que levam...

Essa afirmação fecha o ciclo de participação dos comentários acerca da reportagem. Há uma omissão voluntária após o uso de “Gente ruim...”. Este [C6] ratifica a ideia de que dentro da reserva indígena de Dourados mora gente ruim, reafirmando a presença do conceito de necropolítica e sendo, de longe, o comentário mais maldoso dentre todos. Há a generalização de que o povo leva uma “vida de M”, perspectiva decorrente, segundo o comentarista, de autoatribuição, e nota-se um tom depreciativo a respeito da vida levada pelos povos indígenas de Dourados, finalizando o comentário com mais reticências. É um enunciado pequeno diante dos outros, todavia, há marcas de um estado de violência nele, mesmo com a abreviação atenuante de M, inferindo ser “merda”, dada a expressão corrente “vida de merda” em português

[C6] é o último enunciado-comentário selecionado para análise. Todos foram examinados à luz do trabalho de Foucault e mostraram que os enunciatários não são livres ao proferirem suas palavras e não têm plena consciência sobre seus dizeres.

O filósofo trilhou um caminho iniciado no projeto de arqueologia, o saber, o conhecimento; e não o substituindo, deu o próximo passo para a genealogia, tendo como base o poder. Neste segundo caminho, ele aborda a produção das subjetividades, caracterizada por três domínios da genealogia: o ser se constituindo como sujeito do saber; depois, a formação de nós mesmos em relação ao poder, que é capaz de criar ações sobre o outro; e, por último, a questão da ética como agentes morais que devemos ser.

Apoiado em uma perspectiva foucaultiana, entende-se que, quando um elemento é colocado em questão, a sociedade o entende como tal. Por exemplo, a presença do indígena em território douradense é colocada em questão, e as definições do sujeito indígena implantadas por uma rede discursiva criam “verdades” acerca deles e de sua comunidade. A verdade está ligada a um sistema de poder, a um conjunto de procedimentos, entre eles, o funcionamento dos enunciados Foucault diz:

Por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1988, p. 11).

Logo, a identidade dos sujeitos é criada com a circulação das relações de poder, dos efeitos da memória discursiva e dos efeitos de sentido. Além disso, a história em relação à ética

constitui agentes morais. Trazendo para a análise dos comentários acerca da reportagem, temos a participação de indivíduos pertencentes ao contexto sócio-histórico do acontecimento, e não há uma garantia de que eles não pratiquem atos ruins em outras esferas da sociedade, todavia, julgam os sujeitos indígenas. Quanto à essa subjetividade, o indígena de Dourados é visto como marginal, e a diferença cultural ainda é capaz de promover intolerâncias e preconceitos.

É possível perceber essa aversão contra os indígenas a partir do momento que nenhum dos comentários é para um (suposto) indivíduo que teria praticado a ação, mesmo sem comprovação concreta da presença de um indígena na cena. Todas as participações foram dirigidas ao coletivo, ao grupo, aos indígenas em geral. Nessa perspectiva, o sujeito não indígena cria “saberes” a respeito do indígena por meio dos discursos e, conseqüentemente, em seu entendimento, chega ao nível do “poder”. É nesse caminho que surgem os enunciados-comentários sobre a história dos indígenas, julgando a ação narrada no texto-base e “condenando” o indígena pelo ato descrito na reportagem.

Para Foucault, o racismo nasce quando o tema da pureza de raça toma o lugar da luta de raça. Esse racismo é dirigido para o corpo da própria sociedade; dessa forma, o racismo é uma questão de sobrevivência dentro do corpo social douradense, do não indígena e do indígena. Os enunciados-comentários demonstram um desejo do não indígena de normalizar a cidade de Dourados, reduzindo a presença do indígena. Este pensamento de diminuir o indígena nos discursos demonstra um pensamento colonialista. Foucault apresenta o desenvolvimento desse racismo dentro do processo colonizador com aquilo que o autor chama de “genocídio colonizador” (FOUCAULT, 2005, p. 307). Logo, nos enunciados-comentários existe a presença do discurso colonialista de reduzir os povos indígenas.

O indígena, no contexto de Dourados, é esmagado pela falta de políticas públicas, pelo esquecimento, pela pobreza, sendo exposto a um biopoder disciplinar e a condições de morte. Afinal, essa é a proposta na execução do biopoder: definir o que deve viver e o que deve morrer. Dentro da perspectiva dos povos indígenas, a prática desse poder vem com a criação da reserva, a desumanização do sujeito indígena, a subordinação dos povos indígenas. Isso contribui para a imagem coletiva do indígena como colonizado.

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase nisso haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. Com efeito, que é racismo? E, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer (FOUCAULT, 2005, p. 304).

A sociedade racista enxerga o indígena pela indiferença a seus costumes, seus princípios (GÓIS, 2013). Esse olhar lhes traz uma enorme dificuldade em conseguir um lugar no mercado de trabalho, de conseguir posições dentro da sociedade. O indígena é colocado como a raça ruim do contexto da cidade, é inferiorizado, mostrando um tratamento desigual, baseado em sua discriminação. O desejo do não indígena de reduzir o indígena se faz presente nos comentários e na reportagem do *corpus* desta dissertação.

No texto-base e nos enunciados-comentários há um sentimento de menosprezar o “outro”, que vem por meio de filiações discursivas. A primeira é a filiação ao discurso religioso, na qual o texto-base coloca o indígena como mau. Daí surgem os enunciados-comentários “diabo”, “agonia”, “capeta”.

Já o enunciado-comentário com a frase “Nada acontece” vem do trecho “simplesmente abandonou” do texto-base, alicerçado em uma filiação ao discurso jurídico, referindo-se à lei de maus-tratos, que estabelece condenação para quem comete esse crime.

A análise mostra que tanto o texto-base quanto os enunciados-comentários colocam o indígena como bárbaro. Neste trabalho, a definição de bárbaro será alicerçada em Tzvetan Todorov. Para o autor, os bárbaros são aqueles que negam a plena humanidade dos outros: “em vez de significar que eles ignoram ou esquecem, realmente, a natureza humana dos outros, eles comportam-se *como se* os outros não fossem – ou, de qualquer modo, não inteiramente – seres humanos” (TODOROV, 2010, p. 27, grifos do autor). O confinamento dos indígenas dentro da reserva cria o estigma de alguém que precisa viver em seu mundo e que não estaria apto, dentro das regras da sociedade externa, e, portanto, foram da ordem social.

Todorov traz várias definições relacionadas aos bárbaros, mas o autor as agrupa em uma única grande categoria:

Os bárbaros são aqueles que, em vez de reconhecerem os outros como seres humanos semelhantes a eles, acabam por considerá-los como assimiláveis aos animais, ao consumi-los ou ao julgá-los incapazes de refletir e, portanto, de negociar (eles preferem a briga), indignos de viver em liberdade (permanecem súditos de um tirano); eles limitam-se a conviver com os parentes de sangue e ignoram a vida regida por leis comuns (TODOROV, 2010, p. 26).

Por esse viés, o sujeito não indígena enxerga o indígena com qualidades semelhantes às dos animais. A mídia, com sua parcela de “contribuição” para o meio social, ascende o ato de barbarizar o indígena, percorrendo caminhos, narrativas, condutas que formam o imaginário social acerca do indígena de Dourados. Assim, a mídia reforma o estereótipo do sujeito indígena

como bárbaro, criminoso, desajustado do meio social. Para entender como os discursos jornalísticos em Dourados corroboram a criação da imagem de bárbaro, foram selecionados alguns enunciados da mídia local.

O jornal *O Progresso*, veículo midiático mais antigo de Dourados, tem sua relevância sócio-histórica tratando a temática indígena por quase sete décadas, já que foi fundado em 1951. Ao longo dos anos, ele trouxe em seus *slogans* frases como “pensamento e ação por uma vida melhor”. Hoje, com o fim da versão impressa, traz em seu *site* os valores da empresa: “Prezamos pelo respeito entre pessoas, animais e meio ambiente; valorizamos o consumo consciente, a colaboração e a responsabilidade social” (O PROGRESSO, 2020).

Sendo assim, *O Progresso* é considerado o jornal da família tradicional de Dourados, por apresentar a imagem de uma empresa voltada para o crescimento social e econômico da cidade. O jornal foi digitalizado pelo Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados, e foram escolhidas algumas edições, sem um critério específico, com a finalidade de mostrar sua contribuição para a imagem de bárbaro indígena.

Figura 2 – Jornal *O Progresso* de 21.12.2004

Polícia Polícia Polícia Polícia Polícia **Polícia** **Polícia Polícia Polícia Polícia** 01

Dourados, Mato Grosso do Sul, terça-feira, 21 de dezembro de 2004

O PROGRESSO

Violência

Índio é retalhado com foice em briga

Irmão do agressor foi intervir na discussão e também foi violentamente agredido com o cabo da foice

Isaacson Dacian

DOURADOS – O indígena Edison Machado dos Santos, de 20 anos, foi violentamente agredido a golpes de foice antenoutem, na Aldeia Jaguapiru. Ele sofreu um corte no abdômen lado direito que por pouco não o pariu ao mar. O primo, Adalberto Machado Rodrigues, de 23 anos, foi intervir na briga e também foi violentamente agredido com o cabo da foice pelo corpo. O motivo da discussão está ligado a ingestão de bebidas alcoólicas.

Testemunhas revelaram à polícia que todos – os dois irmãos e o primo – residem na mesma residência, a casa de nº 28, na Aldeia Jaguapiru. Antecostam, por volta das 19h30, Rassis Machado Rodrigues Junior, de 19 anos, estava na casa dele, quando chegou o irmão Adalberto Machado Rodrigues e o primo Edison Machado dos Santos.

Eles iniciaram um longo bate-papo e logo a conversa tomou um tom mais sério, porém, em determinado momento, Rassis e Edison iniciaram uma discussão por motivos fúteis.

Irritado, Rassis arremessou com uma foice e partiu para cima do primo, Edison, desferindo-lhe vários golpes pelo corpo. Mesmo tentando se defender da agressão, foi violentamente resultado com o objeto cortante.

Ele sofreu cortes no pescoço, costas, barriga e um profundo corte no abdômen lado direito que por pouco não o cortou ao meio. Diante da gravidade da agressão, Adalberto tentou acalmar o irmão e evitar uma consequência de maior gravidade, mas também foi agredido com o cabo da foice.

A mãe dos “amigos” disse que na briga generalizada Rassis também saiu ferido, mas até a tarde de ontem, ele não tinha sido localizado.

Edison foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros e internado no Pronto-Socorro do Hospital Evangélico em estado grave.

Edison sofreu corte medindo aproximadamente 30 cm no abdômen lado direito

Curtas

4ª CIPM na Favo de Mel

Dois policiais foram detidos por desarmar a A.A.S., de 48 anos e J.A.L., de 45 anos, transportavam 165 kg de alho e bebidas alcoólicas de origem ilícita.

Desovado em córrego

Enunciado Vinil Mitsunori, de 29 anos, foi encontrado morto dentro do córrego Vitória, no município de Fátima do Sul. Ele apresentava perfurações provocadas por disparos de arma de fogo na cabeça.

Dirigindo “zuzubem”

Dois policiais foram detidos em Ubatuba de Dourados, conduzindo veículos violentamente embriagados. Um deles atropelou um jovem de 21 anos, em Dourados. Os veículos foram apreendidos e os condutores responsabilizados pelas infrações.

Morto à facadas

Almeido Iran de Al-

Tragédias

Bebê morre asfocado e dois jovens afogados

AMAMBAT – Um bebê de apenas três meses morreu asfocado quando os pais e parentes que o filiar, um bebê de apenas três meses, estava morto. Segundo informações, o bebê morreu com os pais, ele de 19 e ela de 15 anos, todos na mesma cama.

Na MS-156, rodovia que liga Amapá a Camapuã, duas pessoas morreram afogadas. Três pessoas se dirigiram a uma lagoa existente às margens dessa rodovia para tomar banho.

O portador de necessidades especiais de 21 anos e uma criança de 10 anos afogaram-se. O acidente ocorreu ao percorrer o acidente, voltou de bicicleta à cidade para buscar socorro. Quando chegaram ao local, as vítimas estavam mortas. (V.S.)

Ignorância

Vereador é indiciado por

Fonte: Arquivo CDR-UFGD (2020).

A notícia é da editoria de polícia do dia 21 de dezembro de 2004. O título relata a crueldade sofrida por um indígena que, na narrativa criada pelo sujeito-enunciador, foi retalhado por outro indígena em uma briga. Além disso, o fio da reportagem traz a informação de que o irmão da vítima também teria sido violentamente atingido. A narrativa é de que os indígenas, dois irmãos e o primo, estavam em um “bate-papo regado a muita cachaça” quando começou a discussão.

A cena englobante está ligada às relações sócio-históricas, logo, a maneira como o indígena é visto pelo não indígena é acionada. A cena genérica faz o leitor assumir um lugar dentro da reportagem. Essas duas cenas são capazes de definir como um enunciado ganha sentido (MAINGUENEAU, 2013). O enunciado também afirma que “a vítima por pouco não foi cortada ao meio após bebedeira na Jaguapiru”, reforçando a imagem de um indígena bárbaro, que ignora a natureza humana do outro e não apresenta níveis de controle emocional e social (“após bebedeira”).

Figura 3 – Jornal *O Progresso* de 31.01.2007



Fonte: Arquivo CDR-UFGD (2020).

Figura 4 – Jornal *O Progresso* de 13.10.2012



Fonte: Arquivo CDR-UFGD (2020).

Na figura 3, a reportagem é do jornal *O Progresso* de 31 de janeiro de 2007; na figura 4, é de 13 de outubro de 2012. Em comum, as notícias têm o ato de barbarizar o indígena como sujeitos que não conhecem a ordem social e estariam do lado do caos (TODOROV, 2010). Ecoa no imaginário coletivo a ideia de que o sujeito capaz de matar o outro a facadas é cheio de ódio e frieza, assassinos cruéis. A mídia contribui para a formação desses estereótipos ao expor diariamente enunciados com o negativismo marcante utilizado pelos veículos de comunicação como parte de uma estrutura habitual dos jornais para transformar um acontecimento em notícia (LOBO, 1970).

Os enunciados demonstram que as características animais dos indígenas não estão presentes somente nas páginas policiais do jornal *O Progresso*, como reforçam as figuras 5 e 6.

Figura 5 – Jornal *O Progresso* de 22.06.2004

Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia **Dia-a-Dia** Dia-a-Dia Dia-a-Dia Dia-a-Dia
Dourados, Mato Grosso do Sul, terça-feira, 22 de junho de 2004
O PROGRESSO

Protesto ▼

Lideranças indígenas invadem a Funai

Se não tiverem resposta dentro de 48 horas, líderes prometem fechar Funai de Dourados e ir a Brasília

3000 vozes

DOURADOS – Lideranças indígenas da Reserva Indígena de Dourados invadiram ontem o prédio da Funai no município. Eles querem uma resposta da instituição sobre o lançamento dos problemas sociais existentes nas aldeias, feito por uma comissão de Brasília.

“O cerca de 45 índios invadiram a sala do chefe do núcleo da Funai de Dourados, onde permaneceram das 7h30 até o final da tarde de ontem, quando foi redigido um documento e passado por fax ao presidente da instituição em Brasília (DF), Márcio Pereira Gomes, reforçando o pedido de resposta sobre os problemas na reserva. Dentre as lideranças, estavam presentes dois papai, um opaitó e três caciques.”

Segundo o capitão tenente, Hélio Nardi, as aldeias do município passam por diversos problemas sociais. Falta apoio e eles querem que outro indígena assumira o posto da Funai na Reserva, no lugar de Argemiro Silva, que foi expulso do cargo.

“A reserva está sem segurança. Aumentou a violência, o consumo de drogas, bebidas alcoólicas e a prostituição. O pessoal de Brasília recebe aqui as funções de trazer medicações para o nosso povo, e até agora não tivemos resposta”, ressaltou o líder.

Ele ainda declarou que, se dentro de 48 horas não tiverem a resposta do presidente da entidade, os índios vão fechar a Funai de Dourados e iniciar um ônibus para ir a Brasília conversar pessoalmente com o chefe da entidade.

O administrador da Funai em Dourados, Israel Bernardino Silva, afirmou que não vai prestar assistência às lideranças indígenas na viagem para Brasília, até que obtenha uma resposta da procuradoria da entidade.

“Estamos com diversos problemas. Falta funcionário, temos 14 servidores para atender nove áreas e dois acompanhamentos em cinco municípios. Há onze povos aldeias estão em estado de emergência. A visita que recebi- mos é insuficiente”, declarou o líder.

O administrador ainda enfatizou que se os indígenas forem para Brasília sem um contato prévio da entidade, podem perder a viagem, porque corre o risco de não serem recebidos pelo presidente da Funai.

“O presidente está viajando para o exterior e não tenho poder de resolver esses problemas aqui. Não sei dizer porque estão demorando tanto para dar uma posição sobre os investimentos, para os indígenas de Dourados. Em quanto isso vou fazer ligações e mandar fax para Brasília até obter uma resposta”, afirmou.

Israel enviou um documento no final da tarde, contendo todas as reivindicações dos líderes indígenas, além de informações sobre a invasão da Funai, o prazo de 48h para a resposta e a possível ida deles à Brasília, na quinta-feira.



Lideranças indígenas sentam à tarde, dentro da sala de Israel Bernardino, na Funai

Fonte: Arquivo CDR-UFGD (2020).

Figura 6 - Jornal *O Progresso* de 01.12.2004

Fonte: Arquivo CDR-UFGD (2020).

As figuras 5 e 6 mostram histórias construídas por meio de práticas discursivas presentes no discurso dos jornais de Dourados. O passado daquele discurso colonialista, capaz de negar o indígena, está no lugar de fala do sujeito-enunciador ao longo dos anos. Esse discurso colonialista norteia os conteúdos envolvendo os povos indígenas.

Na figura 5, o enunciador traz a “invasão” de lideranças indígenas na sede da Funai. É uma forma violenta de tratar o assunto, organizado semanticamente em uma perspectiva do discurso da violência, para o enunciador criar um posicionamento sobre a notícia. O trecho “líderes prometem fechar Funai de Dourados” possibilita dizer que os indígenas irão contra a ordem de manter um local público aberto, construindo um sentido dentro do discurso jurídico, e que, mais uma vez, os indígenas não estariam respeitando as leis.

Na figura 6, o enunciador traz uma narrativa acerca de uma “disputa” dentro da própria reserva indígena. Segundo a reportagem, parte dos indígenas, cerca de 20 famílias, reclamam da distribuição de lotes no território indígena. No fio, o sujeito-enunciador escreve: “Reclama de possível injustiça”. Semanticamente, a palavra “possível” refere-se a algo que pode ser, que pode existir etc., e, portanto, não há certeza sobre o fato narrado. Todavia, colocado no fio, ele aparece em segundo plano, sem tanta relevância em um primeiro momento, pois o que chama a atenção é a negatividade do título sobre uma “disputa interna”, construindo sentidos de que não há entendimento dos indígenas nem entre eles mesmos.

Alguns dos recortes apresentados, mesmo que de modo não verticalizado nas análises, provam que o discurso que hoje sustenta os comentários barbarizando o indígena é o mesmo de outras épocas. Eles dizem respeito aos enunciados que vieram e aqueles que estão por vir (FOUCAULT, 2008).

Figura 7 – Jornal *O Progresso* de 08.09.2014

POLICIA

Milícia da Reserva Indígena mata adolescente de 14 anos

8 SET 2014 • POR • 06h00








Criada para evitar violência na Reserva Indígena, milícia usa equipamentos proibidos, como armas de fogo e algemas. - Foto: Sidinei Bronka

Fonte: *O Progresso* (2014).

O título com o substantivo feminino “milícia” é carregado de efeito negativo no Brasil, relacionando-o a outros termos semanticamente negativos: milicianos, criminosos, armados. A essa “milícia” da reserva indígena, que nas palavras do enunciador é formada por lideranças, é atribuída a morte de um indígena que teria reagido a uma abordagem dentro de uma das aldeias, ecoando sentidos de barbárie.

Na fotografia da reportagem, há três indígenas, vestidos com coletes pretos e com as identidades ocultas, orientando um percurso ao leitor e, portanto, dando um direcionamento de como ela deve ser interpretada. Os três sujeitos estão em primeiro plano e no segundo plano outros indígenas aparecem afastados, permitindo inferir que os líderes indígenas não se deixam aproximar, causando um olhar de receio para os personagens principais da fotografia.

O contexto social e histórico de Dourados faz o leitor dessa notícia lê-la tendo uma imagem da reserva de Dourados. A fotografia utilizada precisa do suporte da história, pois a reserva indígena de Dourados está inserida no contexto sócio-histórico da cidade e já foi pauta de outras notícias ao longo dos anos, com isso, o leitor é capaz de acionar uma memória de como é a reserva. Esse ponto “atesta” para o leitor que o registro de fato foi feito no território da reserva. A fotografia passa uma mensagem ligada a estereótipos acerca dos indígenas; este é o

objetivo dessa fotografia: reforçar a negatividade sobre o indígena, uma vez que “A foto jornalística é trabalhada, escolhida, composta, construída, conforme normas profissionais, estéticas e ideológicas, que constituem fatores de conotação da imagem” (MENDES, 2013, p. 282).

De acordo com os recortes apontados neste trabalho, é possível identificar a circulação de matérias negativas sobre o indígena como uma realidade dentro da história de Mato Grosso do Sul, reforçando a teoria do negativismo na produção de notícias (LOBO, 1970). Essa “sede” do homem por atrocidades é secular (COURTINE, 2013). A forma como esses enunciados são abordados constituem uma “verdade” no imaginário coletivo e há uma aceitação dos estereótipos pela maior parte da sociedade.

Sob o viés foucaultiano, os efeitos de sentidos dos discursos se relacionam com a produção de subjetividades. E é a partir dela que os sujeitos se tencionam. Ao lado do sujeito do poder e sujeito do saber, há o sujeito da ética constituído como agente moral (FOUCAULT, 1995).

Pautado em ser um agente moral, o não indígena se vê no direito de condenar as atitudes dos indígenas, de menosprezá-los. Essa “violência que se aplica ao outro como inimigo confere a si-mesmo estabilidade e firmeza, formando identidade” (HAN, 2017, p. 96). Essa exclusão do indígena, visto como inimigo, torna mais clara a imagem de um cidadão não indígena dentro dos princípios morais; as energias negativas na construção do outro formam um si mesmo marcado dentro de uma “linha correta”.

O *corpus* tem como base uma notícia publicada no meio virtual, em que ocorre uma marginalização por meio de enunciados-comentários em redes sociais. Durante a pesquisa, não foi identificada nenhuma voz em defesa dos indígenas, apontando as causas dos problemas sociais relacionados a eles.

Segundo Han (2017, p. 71, grifos do autor), “A virtualização e a digitalização estão fazendo desaparecer cada vez mais o *real*, que se faz sentir, acima de tudo, por seu *caráter de resistência*”. A imagem do indígena como bárbaro, criada a partir do texto-base e seus reflexos nos enunciados-comentários, decorre de longos anos em Dourados e região. A prova disso são esses recortes, logo, os enunciados do intradiscorso da análise fazem parte de um interdiscorso de negatização do sujeito presente na história do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou discursos sobre o sujeito indígena tendo por base o enunciado jornalístico “Cavalo morre de exaustão após sofrer maus-tratos em Dourados”, extraído do jornal douradense *O Vigilante* e publicado *on-line* em 13 de novembro de 2017. Teve como metodologia a AD, de modo especial a que se pauta na teoria do filósofo francês Michel Foucault.

A pesquisa, inserida na linha de pesquisa “Estudos de Língua(gens) e Discurso” do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), compreendeu a relação entre os enunciados veiculados pela mídia sobre o sujeito indígena de Dourados (Guarani, Kaiowá e Terena) e a história sobre esses povos no contexto da sociedade.

Antes de expressar as considerações, não poderia deixar de destacar o impacto dos estudos e das reflexões deste trabalho sobre o meu olhar diante da sociedade. A violência, as práticas de subordinação, as relações de poder, os sinais de estereótipos, jamais serei o mesmo! É como se um processo começasse a acontecer, mesmo que tardiamente, e tivesse tirado um véu para fazer aparecer o ignorado, até então, para mim. Foram apenas alguns passos dentro do conhecimento das Ciências Humanas, mas eles são provocadores para este pesquisador e não há como pensar em parar. Não poderia deixar de registrar essas marcas. Então, seguimos à conclusão acerca do texto-base e dos enunciados-comentários sobre o *corpus* desta dissertação.

A pesquisa me fez perceber como o sujeito indígena de Dourados é visto por parte da sociedade, percepção esta construída por meio da história e que é fruto de uma memória. Este trabalho me mostrou três pontos para enxergar o processo de construção de sentido com mais clareza.

O primeiro deles é o posicionamento dos enunciatários em seus enunciados-comentários de violência verbal. O trabalho mostra como as ofensas verbais explicam posições ideológicas preconceituosas dos enunciatários formando a discriminação para com o sujeito indígena. Como a construção do discurso jornalístico edita opiniões sobre os mais variados temas, essa opinião se faz presente no enunciados-comentários. O enunciatário é situado no contexto sócio-histórico, desse modo, eu contribuí para o processo de criação de sentidos do enunciado. Sendo assim, a narrativa de um cavalo morto no meio da rua tem um sentido em Dourados; se fosse em uma metrópole, teria outro. Por ser parte no sistema enunciativo, o enunciatário opina, concorda e cria sentidos ao enunciado do texto-base e assume um posicionamento ao aderir ao

processo de construção de sentidos da narrativa. Ao concordar com o discurso da violência, o enunciatário assume também uma visão de mundo atravessada pela violência.

Há um efeito de espelho no ato de enunciatário se filiar ao posicionamento do sujeito-enunciador, pois os discursos jornalísticos já têm uma visão impregnada sobre a comunidade indígena. Essa história toma lugar no momento da criação de um texto jornalístico, uma vez que o jornalista/repórter leva para o seu enunciado seus juízos prévios e eles contribuem para a estruturação de como o acontecimento acerca do indígena será reportado (LOBO, 1970). E esse juízo causa no discurso jornalístico erros, falhas, equívocos (GÓIS, 2013), todavia, os “desencaixes”, como a falta de comprovação técnica da morte do animal, um ator concreto na cena, já que a narrativa traz a suspeita de morte em decorrência de maus-tratos cometido por um indígena, são apagados da visão do leitor.

Ao longo deste trabalho foi apresentada o constante aparecimento da temática indígena nos noticiários de Dourados. Dentro do discurso jornalístico está presente o discurso da violência, e este não é legitimado, mas impregna o discurso jornalístico na forma de tratamento do outro. Conscientemente, ninguém assumiria o papel de uma pessoa violenta, mas a violência do discurso está em um nível mais inconsciente. Neste trabalho foi relevante constituir esse espaço de violência para a percepção dos atores sociais.

Esta dissertação traz um fragmento de uma rede discursiva acerca da construção da imagem do indígena, posto que, ao longo das últimas décadas, a temática dos discursos sobre o sujeito indígena de Dourados se fez presente na mídia. Esses discursos circulam, afetam e acionam os sujeitos por meio de uma memória construída no decorrer dos tempos.

A memória se move em um campo discursivo do conhecimento, dessa forma, a morte do cavalo relatada no texto-base não é um entendimento isolado, mas sim algo presente na história, como foi abordado no segundo capítulo (memória discursiva, interdiscurso, arquivo). que é construída por intermédio do discurso.

O segundo ponto é a presença de um discurso colonialista no texto-base, reforçando a imagem do indígena como colonizado, inferior, minimizado e que não precisa de terra, enunciados que corroboram a criação de uma imagem negativa do sujeito indígena. A resistência em prol das (re)conquistas de terras é vista como algo que “atrapalha” o desenvolvimento da região, do país. Essas práticas discursivas contribuem para marginalizar o sujeito indígena.

Em consequência dos dois primeiros pontos surge o terceiro: tornar o sujeito indígena um bárbaro. No imaginário social, os termos “abandonado/chicoteado”, que figuram na reportagem sobre a morte do cavalo que pertencia ao indígena em Dourados, são carregados

semanticamente de modo negativo. No texto-base, essas ações referentes ao cavalo são atribuídas ao sujeito indígena, transformando-o em selvagem. Dessa forma, tal sujeito é visto como um bárbaro pelo enunciatário, que, por sua vez, passa a ser desumano com o outro. “O medo dos bárbaros é o que ameaça converter-nos em bárbaros” (TODOROV, 2010, p. 15). Os atores são colocados em dois lados: o sujeito indígena como alguém que nega a humanidade do outro, baderneiro, indisciplinado; e o enunciatário que se enxerga como quem reconhece a humanidade do outro (TODOROV, 2010).

A presença do sujeito indígena diante dos enunciados analisados é compreendida pelos enunciatários como incômoda, carregada de preconceitos; o reflexo dessa “rejeição” vem por meio da violência verbal, que tem como ápice um sentimento de ódio. O conflito cultural também é um desencadeador da violência verbal. Ou seja, o não indígena é indiferente à cultura dos povos indígenas, o que parece indicar uma falta de compreensão da realidade, o que acaba por ficar exposto, em forma de opinião, quando são publicadas notícias que apresentam a imagem desfavorável do sujeito indígena. No ambiente virtual, essa opinião vem sem bordas, é direta. Isso acontece porque nesse ambiente não há garantias de que sua identidade será revelada, o que encoraja o enunciatário.

No *corpus* analisado, a violência verbal, marcada pela posição dos enunciatários acerca do indígena, é retroalimentada de um enunciado-comentário para o outro, produzindo um encorajamento, um gatilho, para poder “dizer”. Pelo fato de estar escrito em uma participação pública, aberta a quem quiser, acaba por tirar qualquer receio ou medo de ofender o ator do texto-base.

Diante do objetivo da pesquisa, direcionado à reflexão de como a mídia constrói certa perspectiva sobre esses sujeitos, considera-se que esse encorajamento da opinião do enunciatário na rede mundial de computadores pode ter relação com as condições para a construção de determinado discurso, e isso decorre da direção tomada pela produção textual jornalística. Nesse sentido, o contexto do que se anuncia influencia o imaginário social, em um processo que atravessa a rede de memórias e que engloba o poder, a obediência e as posições políticas (ORLANDI, 2001).

As ofensas, os xingamentos, mostram a maneira de lidar com o outro, apontando um reducionismo da cultura diferente, do outro modo de ser. Ou seja, o não indígena se “prende” a sua cultura e se torna “cego” em relação ao modo de ser do sujeito indígena, formando um pensamento amparado no sentimento de superioridade do não indígena sobre a cultura e os costumes dos indígenas, e, conseqüentemente, uma não aceitação daquilo que não lhe é semelhante. Dito de outra forma por Góis (2013, p. 157): “Em poucas palavras: os povos

indígenas só contam se não o forem mais, se forem como ‘nós’”. Reforça-se, assim, a exclusão por parte do sujeito daquilo que não lhe é próximo (HAN, 2017).

Nos enunciados-comentários, termos como “raça”, “desgraçada”, “filhos do demônio”, poderiam não ser considerados agressivos se estivessem isolados dos enunciados-comentários, mas, na análise, é possível perceber o direcionamento deles contra o sujeito indígena, transbordando a individualidade daquele que teria praticado a ação narrada no texto-base e chegando a uma violência verbal generalizada, que atinge os indígenas como um todo.

O texto-base ilustra o processo de exclusão econômica, social, histórica vivida pelo sujeito indígena no Brasil. A violência física os atinge e os atravessa desde o período colonial, e a verbal cresce nos meios virtuais. A participação do enunciatário na rede mundial de computadores pode ser extremamente agressiva e ficar no anonimato. Isso, em certa medida, pode ser um estímulo ao comportamento discursivo de ofensa do sujeito que o pretende realizar.

Michel Foucault foi o teórico-guia desta pesquisa. Nas palavras do filósofo, o discurso pode ser fixado como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p. 122). Logo, assim como existem os discursos amparados em várias esferas – jurídica, religiosa, clínica etc. –, os discursos analisados nesta dissertação estão alicerçados em uma formação que cria uma imagem negativa dos indígenas, o que vem de décadas incitando a memória dos sujeitos não indígenas, afinal, o discurso é poderoso, grandioso, isto é: “o discurso é, ao mesmo tempo, plenitude e riqueza indefinida” (FOUCAULT, 2008, p. 135).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra Travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.
- AGROLINK. *Aprosoja/MS divulga expectativa da produção de grãos para 2019*. 2018. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/aprosoja-ms-divulga-expectativa-daproducao-de-graos-para-2019_414027.html. Acesso em: 15 ago. 2019.
- AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1969
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347639244011.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BORGES, Águeda Aparecida da Cruz Borges. *Da aldeia para a cidade: Processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível?* 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BRAND, Antônio Jacó. *O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá*. 1993. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- BRAND, Antônio Jacó. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2020.
- CANO, Márcio Rogério de Oliveira. *A Manifestação dos estados de violência no discurso jornalísticos*. 2012. 185 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Igor. Exclusivo: Funai gastou R\$ 8 com cada indígena em ações de combate à pandemia. *Brasil de Fato*, São Paulo, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/20/exclusivo-funai-gastou-r-8-com-cada-indigenaem-acoem-de-combate-a-pandemia>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- CDR. Universidade Federal da Grande Dorados. *Arquivo*. Dourados, MS, CDR, 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

CHOMSKY, Noam. *Mídia: Propaganda, Política e Manipulação*. Trad. Fernando Santos. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2013.

CIMI. *Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2017*. Relatório. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povosindigenas_2017-Cimi.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

CIMI. *Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2018*. Relatório. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povosindigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

COMASSETTO, Leandro Ramires, et al. *As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia*. 2001.

COURTINE, Jean Jacques. *Decifrar o corpo: pensar em Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CREPALDE, Adilson. *A construção do significado de Tekoha pelos Kaiowá do Mato Grosso do Sul*. 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil. *Estudos avançados*, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/8582/10133>. Acesso em: 16 dez. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. *Estudos avançados*, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

DICOM, Diretoria de Comunicação. *Manual de redação jornalística*. [S.l.]: Ed. UFFS, 2017.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso - reflexões introdutórias*. 3. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2008. v. 1.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antônio; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de; COLMAN, Rosa Sebastiana. O território Kaiowa e Guarani – Documentos. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 369-387.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Martins Fontes. São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. O a priori histórico e o arquivo. In: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. p. 610-623.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

FURLANETTO, Maria Marta. Formação discursiva, autoria, filiações e metáfora. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 595-610, 2015

GALIEGO, Andreza. O furo e a barriga. Seção Feitos & Desfeitas. *Observatório da Imprensa*, 30 jul. 2013. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/_ed757_o_furo_e_a_barriga/desfeitas/_ed757_o_furo_e_a_barriga/. Acesso em: 11 ago. 2020.

GIROTTO, Renata Lourenço. *O serviço de proteção aos índios e o estabelecimento de uma política indigenista republicana junto aos índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968)*. 2007. 186 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2007.

GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. *Discursos sobre a demarcação de terras indígenas... ou de como a raposa encontrou a serra do sol*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa; MARTINS, Andrébio Márcio Silva. O Tupi antigo no português: algumas questões sobre história, identidade e ensino de linguagem. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 58, n. 1, p. 422-440, jan./abr. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa*, Araraquara, v. 39, p. 13-21, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso – diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso: 15 ago. 2019.

INGOLD, Tim. *O que é um animal*. Trad. Gláucia Silva e Rosane Prado. Londres, Reino Unido: Routledge, 1994.

LASSWELL, Harold. Estrutura e função da comunicação na sociedade. Trad. Gabriel Cohn. In: BRYSON, Lyman. *The communication of ideas*. New York, USA: Harper & Brothers, 1981. p. 105-117. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1061360/mod_resource/content/1/Lasswell_EstruturaFuncaoComunicacao.pdf. Acesso em: 15 jan 2020.

LISBOA, Silvia Saraiva de Macedo. *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOBO, Luís. O que faz do acontecimento a “notícia”? Notas para uma teoria da produção de “notícias”. *Análise Social*, Lisboa, v. 8, n. 30/31, p. 513-519, 1970.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza e Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo, SP: N-1 edições, 2018.

MENDES, Emília (coord.). *Imagem e Discurso*. Belo Horizonte, MG, : FALE/UFMG, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (org.). *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. São Leopoldo, RS: Karywa, 2019. *E-book*.

MPF. MPF aborda situação da segurança precária em aldeias indígenas de MS. *Ministério Público Federal*, Dourados, 17 jun. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-deimprensa/noticias-ms/em-entrevista-coletiva-mpf-aborda-situacao-precaria-da-segurancapublica-em-aldeias-indigenas-de-ms>. Acesso em: 14 de out.2019.

MURA, Fábio. *À procura do “bom viver”*. Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Rio de Janeiro, RJ: ABA publicações, 2006.

NASCIMENTO, Adir Casaro. A educação e o indígena no Brasil. *REU*, Sorocaba, v. 41, n. 2, p. 331-335, dez. 2015.

NEVES, Lino João de Oliveira. Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia. Novos mapas para as ciências sociais e humanas. *ecadernos CES* [on-line], Coimbra, n. 2,, p. 1-7, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1302#tocto1n1>. Acesso em: 8 ago. 2020.

O PROGRESSO. Milícia da Reserva Indígena mata adolescente de 14 anos. *O Progresso*. Dourados, 8 set. 2014. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/policia/milicia-da-reserva-indigena-mata-adolescente-de-14-anos/132512/>. Acesso em: 28 set. 2020.

O PROGRESSO. Missão. Visão. Valores.. *O Progresso*. Dourados, 2020. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/missao-visao-valores/>. Acesso em: 28 set. 2020.

O VIGILANTE. Cavalo morre de exaustão após sofrer maus-tratos em Dourados. *O Vigilante*. Dourados, 11 nov. 2017. Disponível em: <https://ovigilantems.com.br/noticia/cidades/12455/cavalomorre-de-exaustao-apos-sofrer-maustratos-em-dourados>. Acesso em: 20 ago. 2019.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. A natureza do furo de reportagem: da perspectiva histórica para uma construção teórica. *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 5-20, jul./dez. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2001.

ORMANEZE, Fabiano; FABBRI JUNIOR, Duílio. A quem pertence o furo de reportagem? Uma reflexão sobre a narrativa do caso Joesley Baptista e Temer. *Anais [...]*, Congresso Internacional de Ciberjornalismo. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 27 a 29 set. 2017. Disponível em: <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor8/files/2017/08/Artigohttp://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor8/files/2017/08/Artigo-Ciberjor-Fabiano-Ormaneze-e-Du%C3%ADlio-Fabbri-Jr.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. *Revista eletrônica história em reflexão*, Dourados, v. 1, n. 1, p. 1-33, 2007.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Ano 2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências." *Revista crítica de ciências sociais* 63 (2002): 237-280.

SANTOS, André Cordeiro dos; RODRIGUES, Siane Gois Cavalcanti. Discurso jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 61, n. 3, p. 525-543, 2017.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

VIETTA, Kátya. Sociedades indígenas: algumas das velhas e das novas representações. *Revista Tempos Gerais*, São João Del Rei, v. 4, p. 1-14, 2002.

ZANELLO, Valeska; GOMES, Tatiana. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 23, n. 1/2, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagem publicada no *site* do MPF

The screenshot shows a news article on the website of the Ministério Público Federal (MPF) for Mato Grosso do Sul. The article is dated 11/06/2019 at 10:45 AM. The main headline is "Em entrevista coletiva, MPF aborda situação precária da segurança pública em aldeias indígenas de MS". The sub-headline reads "Ainda nesta segunda-feira, representantes do MPF e lideranças indígenas reuniram-se com o secretário de Estado de Governo para discutir a temática".

The article text includes the following paragraphs:

Enquanto as comunidades indígenas da região sul de Mato Grosso do Sul vivem uma escalada sem precedentes na criminalidade, as lideranças locais clamam por atitudes preventivas e repressivas por parte da polícia. Dos últimos sete homicídios registrados em Dourados (MS), seis foram cometidos dentro da reserva indígena do município. Para jogar luz sobre a gravidade da situação, lideranças indígenas e representantes do Ministério Público Federal (MPF) concederam uma entrevista coletiva à imprensa na tarde desta segunda-feira (11/6).

Na oportunidade, o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida relatou a realização de uma reunião, na manhã do mesmo dia, das lideranças indígenas com o secretário de Estado de Governo, Eduardo Riedel. Todos puderam expor a problemática que enfrentam, especialmente no tocante à falta de policiamento preventivo e emergencial dentro das comunidades. Do encontro, restou agendada uma nova reunião, desta vez com o secretário de Estado de Cultura e Cidadania, Luciano Azambuja, em Dourados, no dia 20 de junho, a fim de buscar encaminhamentos mais precisos.

Durante a entrevista coletiva, tanto o procurador da República quanto as lideranças indígenas foram questionados acerca do atendimento policial e dos índices de violência nas comunidades. Hoje, só um crime é cometido dentro dos limites de uma aldeia ou reserva indígena, seja no dia, tanto, violência doméstica ou assassinato, os moradores não encontram respaldo junto às autoridades policiais que, na maioria das vezes, ignoram o chamado alegando falta de combustível, de vistoria, de efetivo ou até mesmo falta de segurança.

As lideranças das comunidades, por falta de opção, acabam descompondo o papel dos investigadores, fazendo rondas, identificando os autores dos delitos e providendo os próprios procedimentos. Não há a polícia entre as comunidades, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos próprios indígenas. E a situação não é recente: desde 2012, o MPF atua judicialmente para que as polícias Civil e Militar cumpram a obrigação de prestar atendimento emergencial às aldeias da região sul do Estado.

ANEXO B – Reportagem publicada no *site O Vigilante*

Fonte: O Vigilante,(2017).

Cavalo morre de exaustão após sofrer maus-tratos em Dourados

O cavalo apresentava ferimentos na pata e no lombo e estava bastante debilitado



Quem mora na região, acredita que ele teria sido chicoteado e obrigado a puxar carroça excessivamente. (Foto: Leitor Nil (Redação))

A situação de um cavalo abandonado ontem domingo (12), está comovendo moradores do Bairro Santa Fé em Dourados. O animal foi abandonado no meio da rua e a suspeita é de maus tratos. Quem mora na região, acredita que ele teria sido chicoteado e obrigado a puxar carroça exaustivamente até cair ao chão por um indígena. O cavalo apresentava ferimentos na pata e no lombo e estava bastante debilitado

Leitores do Jornal O Vigilante MS entraram em contato com nossa redação e falaram sobre o caso do animal que estava sendo explorado naquela região.

Uma de nossas leitora nos disse que o animal morreu na frente da casa dela e não sabia o que fazer com o animal "Infelizmente, a realidade de cavalos de carroceiros em todo o país é muito triste. Muitos ficam desnutridos ou mesmo morrem em acidentes de trânsito que poderiam ser facilmente evitados se seus donos, que dependem do trabalho deles para conseguir o sustento, fossem mais cuidadosos. Afirma uma veterinária que fez a reportagem.

Para dona de casa Célia Regina que mora no bairro Santa Fé. "Esse animais são submetidos a jornadas cansativas de trabalho, os bichos necessitam de alimentação balanceada e um limite de peso para puxar, cuidados que, geralmente, não são respeitados pelo dono" Diz a leitora.

Para outra leitora que é veterinária, ela nos disse que foi até o local mas o animal teve uma morte rápida. "O proprietário se tratava de um indígena que simplesmente o abandonou, ele morreu ontem de exaustão e foi abandonado, sofrendo". Disse a veterinária.

O VIGILANTE

Libre a reprodução, transmissão por broadcast, ou redistribuição dos conteúdos, desde que sem edição. Pede-se apenas a citação dos devidos créditos nas imagens e textos.